



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 4

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 17 de novembro de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

Sumário:

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Os trabalhos parlamentares começaram com a **Continuação da Apreciação do Programa do XII Governo da Região Autónoma dos Açores.**

Iniciado o debate, participaram no mesmo o Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*), a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*), Jorge Jorge (*PSD*), a Sra. Deputada Fátima Ferreira (*PS*), os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*), as Sras. Deputadas Sónia Nicolau (*PS*), Graça Silveira (*CDS-PP*) e Zuraída Soares (*BE*), o Sr. Deputado Iasalde Nunes (*PS*), a Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), os Srs. Deputados César Toste (*PS*), José Ávila (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados Luís Rendeiro (*PSD*) e José Contente (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), o Secretário Regional da

Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*) e o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 49 minutos.

Presidente: [*Corte na gravação*] o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Secretário: Muito bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Jorge Dionísio Bradford

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

João Paulo Ávila

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Mário José Diniz **Tomé**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Partido Social Democrata (PSD)

António Manuel Silva **Almeida**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco **Vieira** Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame** **Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa

Maria João Soares Carreiro

Mónica Reis Simões Seidi

Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel

Catarina de Oliveira Cabeceiras

Maria da Graça Amaral da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa Mendes

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Terminámos os nossos trabalhos, ontem, à noite, com a intervenção da Sra. Deputada Graça Silva. Abre, agora, um momento para pedidos de esclarecimento.

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos passar à próxima intervenção.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo:

“Açores, um território socialmente coeso e sustentável”

É com esta afirmação que o Governo Regional introduz o seu programa para o capítulo da solidariedade social.

Ainda que se possa relevar o facto deste governo e do Partido Socialista terem, finalmente, assumido que a pobreza e a exclusão social, em especial nas crianças e jovens, são uma prioridade da governação, a verdade é que esta foi uma realidade ignorada e escondida em 20 anos de governo socialista.

Afirmar-se de que os Açores são um território socialmente coeso ou socialmente sustentável é, convenhamos, um contra-senso por parte de quem, depois de o afirmar, quer estabelecer como prioridade o combate à pobreza e exclusão social,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, um combate à falta de coesão e de sustentabilidade social no nosso território.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora aí está!

O Orador: E a realidade é que não é verdadeira a afirmação de que sejamos um território coeso socialmente. Não podemos ter coesão social, ou afirmar que existe coesão social, quando um quarto da população vive no limiar da pobreza, a mais alta taxa de todo o território nacional.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se pode afirmar ou publicitar coesão social quando o coeficiente de *gini*, que mede a desigualdade na distribuição de rendimentos, é dos mais altos do país. Não se pode fazer bandeira de uma região socialmente

coesa quando duas em cada três crianças açorianas em idade escolar necessitam de ajudas públicas, no âmbito da acção social escolar, ou quando somos a região do país com maior incidência do Rendimento Social de Inserção (4 vezes mais que a media nacional) e que, como sabemos, é um apoio social destinado aos mais pobres dos pobres.

Nos Açores dos piores indicadores sociais do País, como por exemplo, a violência doméstica, consumo de álcool, gravidez na adolescência, abusos sexuais de crianças, insucesso e abandono escolar, entre outros, não podemos deixar de notar esta contradição entre o desejo do Governo Regional em afirmar uma suposta região onde existe coesão social e a prioridade em combater precisamente, a falta de coesão social.

Nos Açores, mais de 50 mil pensionistas da segurança social recebem em média menos de 300 euros mensais.

Podemos falar sustentabilidade social?

Não, não podemos!

Podemos falar de sustentabilidade social, ou afirmar esse conceito como ponto de partida num programa de governo quando, por cada mil açorianos em idade activa, havia 117 beneficiários do RSI? Ao passo que no continente eram 38 por mil e na Madeira apenas 35 por mil?

Não, não podemos!

Não podemos também assegurar sustentabilidade social quando mais de 70% das famílias dos Açores vivem com rendimentos inferiores a 530 euros mensais.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo:

Já fizemos notar, e damos nota positiva ao reconhecimento, ainda que tardio, de que o combate à pobreza é uma prioridade regional.

Esse facto devia mobilizar todos para a necessidade de olhar a nossa sociedade, as nossas finanças e a nossa economia de forma a encontrarmos as estratégias de combate à pobreza e à exclusão social.

Mas para isso não basta estarmos de acordo de que os Açores, o Governo dos Açores, e a sociedade açoriana vivem um problema sério de falta de coesão e sustentabilidade social. É necessário muito mais e, honestamente, temos as maiores dúvidas de que o Governo do Partido Socialista, no exercício da sua sexta legislatura, mude de comportamentos, mude de prioridades e mude de políticas de combate aos piores indicadores sociais de Portugal.

São dúvidas com 20 anos de fundamentos, por parte de quem tem sistematicamente alertado para as desigualdades na sociedade açoriana, onde nem todos têm acesso aos empregos, aos subsídios ou aos apoios de que necessitam para levar uma vida mais digna e mais próspera.

É na desigualdade que reside o embrião da pobreza, e sem um efectivo empenho em mudar de políticas, ou de atitudes perante os que mais necessitam, dificilmente podemos acreditar que este programa de governo fará diferente do que os últimos 20 anos.

Há uma geração inteira nascida sob o socialismo açoriano que não encontra coesão social onde possa sonhar com dias melhores.

E o governo que agora renova compromissos e assume novos desígnios é o mesmo que foi incapaz de cumprir esse grande objectivo na actividade governativa que é tratar todos por igual e dar a todos oportunidades de se libertarem do jugo do favor e do clientelismo nas relações com a administração.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente e membros do Governo:

Este não é o nosso programa de governo.

No respeito democrático aceitamos a missão que os Açorianos nos deram em ser oposição e fiscalizar a actividade governativa.

Teremos alternativas de políticas e de estratégias para enfrentar os graves problemas sociais que atravessamos.

Estaremos atentos e vigilantes sobre como se devem enfrentar as questões sociais que nos atingem e que nos envergonham enquanto povo.

Disse.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

(* **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente, só para, por um lado, lamentar que este discurso catastrofista e derrotista venha ainda a esta casa,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

A Oradora: ... quando, no dia 16 de outubro, os resultados das eleições...

(Risos dos Deputados do PS)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não repetir isso todos os dias desta semana?

Deputado André Bradford (PS): Incomoda?

Deputado António Marinho (PSD): Não incomoda nada!

A Oradora: ... foram muito demonstrativos do caminho que o Partido Socialista está a fazer em prol dos açorianos, o voto dos açorianos foi muito claro nesta matéria, acreditaram no projeto socialista e acreditam na sua prossecução.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, este tipo discurso, para além de lamentável, era perfeitamente escusado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Para além disso, e permita-me só mais vinte segundos, de entre outras questões que poderiam ser aqui esclarecidas, gostaria de dizer que esta leitura relativamente ao Rendimento Social de Inserção é uma leitura enviesada, que não cola com a realidade açoriana.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Os números não correspondem à realidade!

A Oradora: Na verdade, todos sabemos que estes valores se prendem com a tipologia das nossas famílias,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade! Tem razão!

A Oradora: ... todos sabemos também que a esmagadora maioria dos beneficiários são menores de idade, todos sabemos que, nos Açores, se apresenta o valor médio de prestação por beneficiário mais baixo do país e que há um caminho que tem sido feito com muita convicção e acreditando na força de todos nós, por parte do Partido Socialista, para que estes dados sejam cada vez mais animadores.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Parece (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, eu acredito que esses números não vos satisfaçam,...

Deputado André Bradford (PS): E não satisfazem! Ninguém disse isso!

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Há um caminho!

O Orador: ... mas números são números e contra factos não há argumentos.

A verdade é que os números e a vossa ação, nos últimos anos, permitem-nos fazer essas leituras.

Dizer que isso é uma visão catastrofista e dizer que, no dia 16 de outubro, os açorianos confiaram no projeto do Partido Socialista, gostava de dizer-lhe o seguinte: os resultados não resolvem os problemas dos açorianos... **Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD:** Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Mas contribui!

O Orador: ... e o PSD, ainda num passado recente, propôs, nesta casa, um conjunto (a que chamamos o Pacote Social) de propostas, algumas delas rejeitadas pelo Partido Socialista, que visavam exatamente o bem-estar dos açorianos e daqueles que mais precisam.

E já agora, também gostava de deixar aqui uma pergunta, ainda que de retórica,...

Deputado Francisco César (PS): Ela é que faz a pergunta!

O Orador: ... porque todos sabemos a resposta, se, em outubro, relativamente ao Rendimento Social de Inserção, foi pago nas datas que normalmente são pagas...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou se anteciparem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa é que é uma questão!

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

O Orador: ... ou se foi antecipado por alguma razão especial?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem! Houve uma antecipação temporal!

O Orador: É porque se não fossemos uma região tão necessitada, se calhar não haveria necessidade para isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Responda lá agora!

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Duas notas muito rápidas.

É lamentável que o Partido Social Democrata se resuma a fazer este tipo de leitura através de números...

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

... desta matéria e ao Partido Socialista nunca interessou fazer reduções administrativas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ah, não? Nota-se!

A Oradora: Enquanto na República, por via legislativa, reduziram o número de beneficiários do RSI, nos Açores, vamos até ao limite das nossas competências...

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

O Orador: ... para garantir a cada família e a cada açoriano aquilo que precisa.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço a palavra para participar neste debate e apenas para contrariar aquela que é uma estratégia que o Partido Social Democrata seguiu na campanha eleitoral e que, no fundo, se pode resumir ao seguinte: uma mentira repetida muitas vezes acaba por passar por uma verdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai dizer que não antecipou o pagamento do RSI?

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Pagaram no dia 14 de outubro!

O Orador: E as questões que eu gostaria de, nesta intervenção, necessariamente breve, no fundo, fazer um ponto de ordem, digamos assim, em primeiro lugar, que não reste a mínima dúvida. O Partido Socialista tem muito orgulho naquela que foi a atuação de todos os governos regionais do Partido Socialista em encarar de frente os fenómenos da exclusão social, os fenómenos

da pobreza, os fenómenos do apoio àqueles que se encontram numa situação de maior fragilidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga que não é verdade que anteciparam o pagamento do RSI?

O Orador: E disso não pode restar a mínima dúvida, porque aquilo que o Sr. Deputado Paulo Parece referiu, daquela tribuna, pura e simplesmente, não é verdade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade, Sr. Presidente!

O Orador: Não é verdade que o Partido Socialista não tenha, ao longo do tempo que tem assumido as responsabilidades do Governo, na região, investido em respostas sociais, investido em infraestruturas, em recursos humanos e em medidas que se destinam a apoiar aqueles que têm uma maior fragilidade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas diga lá por que é que anteciparam o pagamento do RSI!

O Orador: E a vossa afirmação só prova que os senhores não perceberam o que é que aconteceu a 16 de outubro.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Continuamos à espera que diga que é mentira que não anteciparam o pagamento do RSI!

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Exatamente! É verdade!

O Orador: Os senhores acham que 16 de outubro foi um intervalo regimental.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Foi toda a gente para casa, veio toda a gente e continuamos na mesma. Não é assim. Não é assim! Os senhores têm de perceber o que é que aconteceu a 16 de outubro e, pela sua intervenção, daquela tribuna, não perceberam, acham, pura e simplesmente, que foi um intervalo regimental e que continuamos e que devemos continuar todos na mesma.

Ora, da parte do Governo e da parte do Partido Socialista, não é essa a leitura que nós temos. Não é essa a leitura que nós temos e temos, efetivamente, neste início de um novo ciclo, marcado pelas eleições regionais de 16 de outubro, a necessidade de dirigir respostas nos termos que estão explanados neste Programa do Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Segunda ideia, que é particularmente caricata. Os senhores que apoiaram um governo da República,...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Exatamente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh, senhor, essa já está gasta!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E os senhores apoiaram o Governo de Sócrates!

Deputado Luís Garcia (PSD): Apoiar o Governo de Sócrates foi bem pior!

O Orador: ... que mais atingiu as prestações sociais, que agravou o risco de pobreza no nosso país, que, no fundo, contribuiu, e de que maneira, para o desmantelamento de uma rede de apoio social, e os dados estão aí demonstrados, têm a coragem, para não dizer outra coisa, de chegar a este Parlamento e dizer que, afinal,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Presidente, diga lá por que é anteciparam o pagamento do RSI? Por que é que houve um intervalo temporal?

O Orador: ... então, e os governos do Partido Socialista, não fazem nada? Pelo amor de Deus! Vamos ter um bocadinho de pudor...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu acho que faz falta!

O Orador: ... em relação à maneira como nós abordamos aquilo que, no fundo, é também a história do Partido Social Democrata nesta matéria.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Terceiro aspeto. Não conte, Sr. Deputado Paulo Parece, nem conte o PSD para continuarmos a alinhar nesta perspetiva de puxar os Açores para baixo.

Deputados José Ávila e André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores estão a tornar-se exímios nesse exercício.

Deputado Paulo Parece (PSD): Com os mesmos números que foram disponíveis sobre o RSI!

O Orador: Não contem connosco; contem connosco, porque nós contamos convosco para ajudar a puxar os Açores para cima.

Muito obrigado.

Deputados José Ávila e André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No dia 16 de outubro, os açorianos e as açorianas julgaram as propostas que foram apresentadas às eleições. O Partido Socialista venceu as eleições, o PSD-Açores perdeu as eleições, teve a oportunidade de a si, Sr. Presidente, congratular por isso e desejar felicidades.

Agora, o facto de os senhores terem ganho as eleições não iliba que muitos dos problemas que existem nos Açores continuem a existir.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O intervalo regimental que o senhor referiu, Sr. Presidente, não fez *delete* em relação aos que recebem o Rendimento Social de Inserção, não eliminou a pobreza que existe nos Açores,...

Deputado António Marinho (PSD): É verdade!

O Orador: ... não eliminou a fome que existe nos Açores, não eliminou a precariedade laboral que existe nos Açores, nem sequer, nesse intervalo regimental, se resolveram conjuntos de problemas que existem. Mais do que isso.

Há quem afirme, como o Sr. Presidente, que o PSD-Açores puxa os Açores para baixo. Quero dizer-lhe, Sr. Presidente, eu não admito, em meu nome pessoal, em nome desta bancada do PSD-Açores, que se possa dizer que o PSD-Açores e eu próprio não queremos o melhor para a nossa região e o Sr. Presidente é testemunha, várias vezes,...

(Aplausos dos Deputados do PSD)

... do apoio, da ajuda que lhe quisemos dar e demos e ao Governo dos Açores e aos Açores para puxar os Açores para cima e para resolver vários problemas dos Açores, quer a nível regional, nacional e internacional, e o senhor sabe isso muito bem.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, não é admissível.

E se não é admissível que uma mentira repetida várias vezes passe a ser verdade, eu concordo consigo: também um ataque como o senhor faz, repetido, e pela sua bancada, que o PSD-Açores puxa os Açores para baixo,...

Deputado José Ávila (PS): Mas é verdade!

O Orador: ... um ataque falso como esse não pode passar a ser verdade. O PSD-Açores puxa os Açores para cima, está ao lado das açorianas e dos

açorianos e aquilo que nós temos a defender é o nosso projeto, aqueles que entenderam que devia haver uma alternativa. Os senhores venceram as eleições, mas nós continuamos convictos de que é preciso a ajuda do PSD-Açores para...

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Eu pensei, Sra. Presidente, que o Sr. Deputado André Bradford, depois de passar dali para ali, vinha mais contido, mas parece que ainda não.

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Mas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O PSD-Açores puxa os Açores para cima.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo quando diz que a agricultura e o leite estão de baixo de uma tempestade perfeita, está a puxar para baixo ou para cima?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando reconhece isso? O senhor quando diz que as pescas precisam de um resgate, está a puxar os Açores para baixo ou para cima?

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário da Educação quando diz que o insucesso escolar é uma calamidade nos Açores, está a puxar os Açores para baixo ou para cima? O anterior Presidente do Governo quando dizia que a saúde era o calcanhar de Aquiles da governação, está a puxar os Açores para baixo ou para cima?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: E o PSD-Açores quando apresenta propostas para a saúde, está a puxar os Açores para baixo ou para cima? Quando apresenta propostas no pacote social, está a puxar para baixo ou para cima? Quando está ao seu lado a

defender os Açores, em Washington ou em Bruxelas, está a puxar para baixo ou para cima, Sr. Presidente?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Atenção! Respeito por todos aqui e não é admissível que alguém queira dizer que puxa mais ou gosta mais dos Açores, ninguém aqui gosta mais do que os outros.

Estamos todos do mesmo lado, discordando, efetivamente, de algumas políticas, de algumas ações. E uma que eu discordo claramente, Sr. Presidente, sabe qual é? E que a mim me perturba? Não é só, eventualmente, como dizia o sociólogo Fernando Diogo, que os senhores conhecem bem, muito competente e até trabalhou convosco, que nos Açores a pobreza se multiplica. Não fui eu que disse também, não é o PSD que está puxando para baixo e para cima. Um antigo colaborador do vosso Governo diz que nos Açores a pobreza se multiplica.

Há também quem diga que o Governo socialista usa a pobreza eleitoralmente; eu não o vou dizer, mas eu gostaria que o senhor...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor disse-o!

O Orador: Ah! Então, espere aí! Oh, Sr. Presidente, era isso mesmo que eu queira ouvir da sua parte.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: É por essas e por outras que o senhor vai ter que explicar por que é que pagou o Rendimento Social de Inserção no dia 14, em outubro, e no dia 17, em novembro. Eu gostava de saber isso, Sr. Presidente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor acha que nós concorremos às eleições por quê?

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Para pagar o Rendimento Social de Inserção mais cedo!

O Orador: O senhor acha que nós concorremos às eleições por quê? Nós concorremos às eleições com um programa, está lá escrito,...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Que pagava a 14 de outubro!

O Orador: ... que, no fundo, pretende vencer os desafios que os Açores têm à sua frente, sejam eles na agricultura, nas pescas, na questão da educação, na questão da economia. Então, acha que nós íamos concorrer às eleições porque está tudo bem? O que vos preocupa é exatamente isto, é que esta humildade do Partido Socialista...

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... retira todo o espaço para esse discurso.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: O que os senhores gostavam era que o Partido Socialista chegasse aqui e o Governo, “Bom, nós temos um programa que afirma que está tudo bem e que, portanto, não precisamos de fazer nada”. Não! O senhor acha que não me preocupa o facto de ter uma taxa de desemprego de 10,7%? Que não é a mais alta taxa de desemprego do país, conforme o senhor disse em campanha

eleitoral, e que não corresponde, hoje, à verdade, como não correspondia à verdade quando anunciou.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Puxar os Açores para baixo é isso,...

Deputado Francisco César (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é falsear a realidade, para servir o interesse político mais imediato.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Puxar os Açores para baixo é dizer: “Os Açores têm os piores indicadores na área da educação”. E o trajeto que fizemos? Isso não releva?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Presidente, e o pagamento do RSI antecipado o que significa? Em nome da seriedade, diga o que isso releva!

O Orador: Isso não releva? A recuperação de indicadores que temos feito, isso não releva? Acha que isso é um julgamento justo e rigoroso daquela que é a realidade que nós temos? Acha? E assim sucessivamente, num conjunto de outros indicadores.

O facto é que, em bom português, aquilo que o PSD está a tentar fazer é virar o bico ao prego.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Exatamente!

O Orador: Durante toda a campanha, nós eramos os piores da nossa rua e arredores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os piores em tudo; agora, “Não, não! Nós queremos contribuir!”. Não! Os senhores têm que ser responsáveis e assumir a postura de discurso destrutiva...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que praticaram na campanha eleitoral...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não é verdade!

O Orador: ... e que, hoje, daquela tribuna, voltaram e insistir nela. E é isso que nós repudiamos. Nós não embarcamos numa visão cor-de-rosa daquela que é a nossa realidade,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ai não?

O Orador: ... seja nos mais variados setores. Leia o Programa do Governo e isso responde à sua pergunta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não responde!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Explique o pagamento no dia 14 de outubro!

O Orador: Portanto, desse ponto de vista, está absolutamente claro onde é que o Partido Socialista e onde é que o Governo se situam. Nós estamos na linha da frente para responder aos desafios,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Humildade!

O Orador: ... às dificuldades, aos problemas que as famílias, as empresas, os Açores sentem. Estamos na linha da frente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O abono de família também foi antecipado!

O Orador: E vou dizer-lhe mais uma coisa. Podem as soluções que nós defendemos nem sempre resultar da maneira como nós queremos, é verdade, podem não resultar sempre da maneira como nós queremos, mas que ninguém duvide que estamos aqui sempre prontos; se não resulta uma vez, é tentar uma segunda vez;...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ... se não resulta à segunda, tentar a terceira, porque é essa a leitura que fazemos da responsabilidade e da confiança que os açorianos depositaram em nós.

Por isso, Sr. Deputado Duarte Freitas, ilustre Grupo Parlamentar do PSD, se querem puxar os Açores para cima, demonstrem.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Para uma interpelação à Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, peço uma interpelação à Mesa porque, já, ontem, aqui sucedeu, queria perguntar-lhe que área da governação é que estamos aqui a discutir, porque se, ontem, foi aqui referido que um deputado tinha saído da área da governação, eu acho que, hoje, já saímos da área que estava a ser discutida, mas com a latitude toda possível e imaginária e que já ia na estratosfera.

Portanto, eu quero saber, daqui para a frente, como vai ser o debate, nesta casa, porque isto assim não pode ser. Porque se é ao gosto de cada um quando entende e não se diz nada, portanto, eu, daqui para a frente, farei o debate como entender, socorrendo-me ali das palavras do Sr. Deputado do PCP,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Ao que isto chegou!

O Orador: ... eu estou a cumprir o Regimento.

Não, Sr. Presidente, peço desculpa. Foi combinado na Conferência de Líderes uma coisa e essa coisa ou é cumprida ou não é cumprida. Tão simplesmente isso.

(*) **Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Fica registada a sua interpelação.

A Mesa, naturalmente, entendeu que qualquer uma das intervenções que sucederam à intervenção do Sr. Deputado Paulo Parece estavam no âmbito da questão social.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, estavam?!

Presidente: É lógico que é a área de intervenção que nós, neste momento, estamos aqui a trabalhar, e a Mesa concedeu a margem para intervir cada um dos Srs. Deputados e o Sr. Presidente do Governo dentro daquilo que entendeu que se poderia concentrar nesta área.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouvia o mesmo que eu ouvi?

Presidente: Ouvi e penso que a Câmara, tendo ouvido também, percebeu que a Mesa deveria manter a sua ação como manteve até agora, porque claramente se estava a falar de questões sociais abrangentes a toda a sociedade e a toda a comunidade açoriana. E foi nesse sentido que permitimos as intervenções.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da próxima vez é um protesto!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, disse e repito, nesta casa, não acredito que, nessa bancada ou em qualquer uma delas, alguém queira o mal dos Açores. Não é admissível fazer esse jogo político. Nós discordamos do Governo, mas nós também já, publicamente, inclusivamente, dissemos várias áreas em que concordávamos com as propostas do Governo. Na campanha eleitoral, eu disse-o em público e, hoje, aqui, digo mais uma: concordo com aquilo que foi o posicionamento do Governo, a proposta que fez, ontem, de aumento dos impostos sobre o tabaco, nós concordamos e, hoje, que é o Dia Mundial da luta contra o tabagismo, devo dizer-lhe, fica aqui sublinhado, concordamos. Agora, eu gostaria que houvesse essa postura e que houvesse uma mudança de postura também na política açoriana, em que o Governo e o Partido Socialista

percebessem melhor que um dos papéis da oposição é escrutinar e fiscalizar a ação do Governo. E os senhores, muitas vezes, parecem que o que querem é que o principal escrutinado, nos Açores, seja o maior partido da oposição. E isso não é razoável, não é lógico nas democracias modernas, isso é próprio de quem quer ser o dono de toda a democracia, de todo o aspeto partidário de uma região e isso não é admissível.

E quero dizer-lhe ainda, Sr. Presidente, que vai constatar, ao longo do tempo, ao longo desta legislatura, o conjunto de propostas que o PSD vai fazer. Nós, naturalmente, vamos defender as nossas posições, vamos votar favoravelmente quando entendermos que as propostas do Governo são positivas, como esta que eu referi em relação ao tabaco; naturalmente, esperamos também que da parte do Governo haja outra postura. Eu faço lembrar, por exemplo, os ninhos de empresas que nós propusemos, a criação de uma rede de ninhos de empresas municipais nos Açores, propusemos aqui, o Governo está, de alguma forma, a implementar. Foi proposta por nós, mas é para o bem das açorianas e dos açorianos e dos jovens dos Açores. Vocês mudam o nome, mas avançam.

Outras matérias. Na área social, do pacote social, que nós apresentámos, algumas foram chumbadas. Os núcleos sociais de freguesia que nós propusemos, os senhores chumbaram, mas depois avançaram com outro nome. Tudo bem! Nós queremos é o bem dos açorianos, mesmo que as nossas propostas sejam chumbadas e depois os senhores peguem nelas e as reformulem. Tudo bem!

Nós estaremos aqui sempre disponíveis para continuar a propor.

Agora, a finalizar, Sr. Presidente. Eu gostava, sinceramente, que, dessa bancada ou daquela bancada, alguém desse uma explicação a esta bancada, a estas bancadas e aos açorianos, tão simples, uma explicação destas, Sr. Presidente: por que é que o Rendimento Social de Inserção, no mês de outubro, das

eleições, foi pago antes das eleições e, já em novembro, é pago numa data a seguir ao dia 16.

Eu gostava e penso que todos nós gostaríamos...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Que explicasse o RSI e o abono de família!

O Orador: ... e ficaríamos mais tranquilos se o senhor explicasse por que é que o Rendimento Social de Inserção, no mês das eleições, foi pago antes das eleições, e o POSEI-Pescas, e o abono de família. Por que é? Qual é a necessidade, Sr. Presidente? Se há uma verdadeira necessidade, ela deve ser repetida em todos os meses e se o senhor nos explicar por que é, estamos naturalmente disponíveis para compreender e apoiar que se pague mais cedo. Agora, Sr. Presidente, acho que é importante e é uma questão elementar e, certamente, deve ser de fácil explicação por que é que pagaram naquela altura, em outubro, e em novembro já estão pagando mais tarde.

Era só isso que eu queria, tão simplesmente, explicar e pedir-lhe a si e a todos que compreendam que aqui, nesta casa, não há ninguém que goste mais dos Açores do que os outros. Estamos todos a puxar para o mesmo lado, com visões diferentes, mas a puxar os Açores para cima, e o senhor sabe, talvez melhor do que muitas pessoas aqui dentro, que eu tenho razão no que digo e que quando é preciso estar ao seu lado e ao lado do Governo dos Açores, a defender os Açores, acima de tudo, eu faço-o e fá-lo-emos sempre e em todas as circunstâncias.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, em primeiro lugar, vamos esclarecer essa questão de estar ao lado, é que eu fico com a impressão que o senhor acha que com essas referências, que não é a primeira vez que as faz, que eu devia de estar, no fundo, agradecido.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não!

O Orador: Bom, o senhor faz a sua obrigação, porque o Governo dos Açores é este que aqui está e, portanto, se o senhor entende estar ao lado do Governo da sua terra, acho que faz a sua obrigação,...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Claro! E o senhor faça a sua obrigação!

O Orador: ... como, aliás,...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Ao lado dos Açores!

O Orador: ... não é só o PSD. Se queremos falar de questões de política externa e da Base das Lajes, todos os partidos que estão representados nesta Casa estiveram ao lado do Governo.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): E não só!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não fomos a Washington, mas estamos ao lado do Governo!

O Orador: Já o disse publicamente e volto a dizer.

Portanto, desse ponto de vista, Sr. Deputado Duarte Freitas, estamos esclarecidos.

Quanto à questão dos pagamentos feitos antes das eleições, depois das eleições, eu gostava era de perceber melhor o que é que o senhor quer dizer e o que é que o senhor está a insinuar,...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): O senhor percebeu!

O Orador: Não, não! Não percebi eu e não percebeu quem nos está a ouvir.

Deputado António Marinho (*PSD*): Percebeu!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor percebeu!

O Orador: Portanto, vamos lá a esclarecer esta parte.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Vamos lá esclarecer essa parte, porque há pagamentos que foram feitos antes, como há pagamentos que foram feitos depois.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Curiosamente, o pagamento foi antecipado antes das eleições! Foi uma coincidência, Sr. Presidente!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E a razão pela qual houve pagamentos que foram feitos antes é a mesma razão porque, por exemplo, na agricultura, a antecipação dos 54 ou 57 milhões de euros de apoios comunitários foi feita depois das eleições.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a razão muito simples. E se tem algo mais a dizer sobre essa matéria,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mas houve uma antecipação desse pagamento antes das eleições!

O Orador: ... levante-se e fale claramente aqui, porque é aqui o local para explicar isso tudo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A resposta do Sr. Presidente do Governo em relação à razão que justificou fazerem pagamentos de alguns abonos como o Rendimento Social de Inserção,

abono de família e outros antes das eleições, toda a gente, é evidente que percebe...

Deputado Francisco César (PS): Não, não percebe!

O Orador: ... por que é que foram feitos antes das eleições.

Deputado Francisco César (PS): Gostava é que o senhor explicasse, que tivesse coragem de dizer!

O Orador: Então, eu vou colocar a questão de outra maneira.

O senhor explique-me por que é que...

Deputado Francisco César (PS): Não! O senhor é que tem que explicar! O senhor é que está a acusar!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Eu vou perguntar à Câmara, às açorianas e aos açorianos: acham razoável que...

(Aparte inaudível)

O Orador: É verdade! É verdade!

... as pessoas que mais sofrem, algumas delas estão a receber Rendimento Social de Inserção, recebam, no mês das eleições, a meio do mês, no dia 14, e, no mês seguinte, já se adiou três ou quatro dias?

Deputado Francisco César (PS): Três ou quatro dias?

O Orador: Se o pagamento que foi feito em novembro fosse feito em outubro, na mesma data, já era depois das eleições. Houve uma preocupação muito grande para, no mês das eleições, pagar antes das eleições. Tudo bem, Sr. Presidente. E se calhar até é necessário. Eu queria é que o senhor nos explicasse por que é que é necessário e, se foi tão necessário naquele mês, por que é que no mês de novembro já não é e que nos diga se nos próximos meses vai pagar também a 13 ou a 14, porque isso é importante para as pessoas gerirem as suas

casas. São pessoas que recebem muito pouco. Portanto, receber antes é ótimo, só que, depois, é preciso manter a cadência desses pagamentos.

Eu acho que isto é daquelas matérias que são tão elementares que qualquer pessoa percebe por que é que se pagou, no mês das eleições, antes das eleições e depois já se paga nas datas que habitualmente eram pagas.

E gostaria de saber se isto é razoável, se isso é justo e se isso é tratar com dignidade...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): É, é! Com muita dignidade!

O Orador: ... aqueles que mais precisam.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Com muita preocupação e dignidade!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, vamos deixar de conversa para boi dormir...

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... e vamos falar claro e tirar, deixar a conversinha de punhos de renda.

Uma pergunta clara e concreta:...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Está a fugir-lhe a mão para a cintura!

O Orador: ... o senhor está a acusar o Governo...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): A questionar!

O Orador: ... de ter feito pagamentos na altura em que foram feitos por razões eleitorais?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (*PSD*): Afinal o senhor percebeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Presidente do Governo já percebeu!

Presidente: Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que aquilo a que nós acabamos de assistir aqui é absolutamente lamentável.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É uma vergonha para esta Câmara...

Deputado António Marinho (PSD): Vergonha é o senhor não dar resposta!

O Orador: ... aquilo que acabou de ser feito aqui, porque, interpelado diretamente quanto à acusação que estava a fazer, o Sr. Deputado Duarte Freitas, useiro e vezeiro, nesse tipo de comportamento, calou-se.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Calma!

O Orador: Não teve a coragem política de assumir aqui a acusação que, veladamente, quis fazer ao Governo.

Eu nem sequer lhe vou dizer, Sr. Deputado, a razão técnica...

(Risos dos Deputados do PSD)

... pela qual...

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: ... isso acontece. Sabe porquê? E a sua reação a esta minha afirmação de gozo e de riso é a prova de que era absolutamente desnecessário e inútil ter um debate sério a este propósito,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque os senhores entraram aqui para achincalhar, exatamente com essa postura, esta questão dos pagamentos dos apoios sociais.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E vou dizer-lhe uma coisa, Sr. Deputado Duarte Freitas, a razão pela qual esses pagamentos foram feitos antes é exatamente a mesma razão pela qual outros pagamentos foram feitos depois.

(Risos do Deputado António Marinho)

Deputado António Marinho (PSD): Oh, Sr. Presidente, arranje uma resposta melhor!

O Orador: Ri-se? Acha que essa é a reação? Ri-se? Bom, eu acho que o assunto é sério demais para ser tratado com essa leviandade; é sério demais para ser tratado com essa ligeireza.

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: Portanto, a questão é muito simples: se o senhor quer acusar o Governo e o Partido Socialista de alguma coisa, assuma, acuse e, então, nós falaremos.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, o senhor já não é primeira nem a segunda vez que tenta entrar de mansinho, mas, depois, vai-lhe escorregando logo um bocadinho para a arrogância, como já aconteceu hoje, aqui, e em outras vezes, e também da bancada do Partido Socialista.

Deputado José Ávila (PS): Olhe que não!

O Orador: E a máscara de humildade rapidamente fica estilhaçada pelo poder da arrogância de quem intervém em nome da maioria e em nome do Governo. Mas isso já é relativamente habitual.

Deputado Francisco César (PS): Acusam ou não acusam?

O Orador: E se o senhor me está a perguntar se eu acuso o Governo de usar medidas de governação para efeitos eleitorais e pagamentos antecipados para efeitos eleitorais, eu acuso o Governo de usar pagamentos antecipados...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Prove! Prove!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

O Orador: ... para efeitos eleitorais e de usar a pobreza para ganhos eleitorais. Acuso o Governo disso, sim, senhor.

E já o provei aqui...

Deputado André Bradford (PS): Não provou, não!

O Orador: ... e o senhor não explicou nada, só disse que uns eram pagos antes, outros eram pagos depois. A verdade é que o Rendimento Social de Inserção, no mês de outubro, foi pago na sexta-feira dia 14, Sr. Presidente.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Como outros pagamentos foram feitos antes!

O Orador: Sr. Presidente, o Rendimento Social de Inserção das pessoas que o recebem porque precisam, e, infelizmente, nos Açores, há demasiadas pessoas

ainda a precisar, temos que ter em atenção que são pessoas fragilizadas já por si.

Eu acho que isso é usar as pessoas, usar as pessoas mais frágeis, Sr. Presidente. E, sim, eu acuso o Governo Regional de usar as pessoas mais frágeis, que precisam de apoios, para efeitos eleitorais, acuso, sim, senhor. Fica dito.

Deputados Luís Rendeiro e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, vamos colocar aqui uma questão prática.

Se a alternativa fosse pagar nessa altura ou ter um atraso no pagamento, o que é que o senhor faria?

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não respondeu!

Deputado António Marinho (PSD): Manifestamente, o senhor não tem resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Pergunto se há inscrições.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ou se paga antes do tempo ou se paga duas semanas depois!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reunir as condições para que se possam fazer as intervenções.

Sr. Presidente do Governo, está inscrito. Tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu falo desta forma porque tenho maneira de provar aquilo que estou a dizer.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Exatamente!

O Orador: Portanto, se o senhor tivesse perante esta decisão, ou paga agora ou, então, haverá um atraso no pagamento, o que é que o senhor faria?

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas quem é que disse isso?

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Então, explique isso! Nesta casa é o Governo que presta esclarecimentos à oposição, não é a oposição que esclarece o Governo!

Deputado António Marinho (*PSD*): O senhor não consegue responder!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados!

(Diálogo entre bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Mesa já tem uma inscrição.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Fui assistindo a este diálogo com crescente entusiasmo, até o Sr. Deputado Duarte Freitas, com coragem, reconheça-se, acusar o Governo duas vezes. Portanto, agora fiquei eu curioso. Portanto, tenho umas perguntinhas para fazer ao Governo.

Em julho, em que dia foi pago o RSI? Em agosto, em que dia foi pago o RSI? Em setembro, em que dia foi pago o RSI? Em novembro, em que dia foi pago o RSI? E porquê a exceção de outubro?

São estas as perguntas que têm de se fazer. Porque se o pagamento é mais ou menos sempre no mesmo dia, por que é que no mês de outubro foi feito no dia 14?

A pergunta é esta e a resposta deve ser simples: ou há uma razão técnica, objetiva, orçamental e os senhores devem uma explicação à democracia, à transparência e a esta casa ou, então, a acusação tem fundamento.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Repito a questão que coloquei ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado António Marinho (*PSD*): Continua sem resposta!

O Orador: Se a alternativa fosse ou pagar naquela altura ou haver um atraso e problemas no pagamento, qual era a sua decisão?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (*PSD*): Continua sem resposta!

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados!

Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados:

No dia 21 de setembro, às 15h32, o Instituto de Segurança Social dos Açores recebeu um mail do banco Santander Totta que, entre outras coisas, dizia assim: “Quanto aos pagamentos de prestações sociais, que julgo que nos chegam via

SIBS, ainda não temos essa orientação. Sugerimos, se possível, a título excepcional e para precaver qualquer imprevisto a quando da fusão, independentemente do vosso NIB ser ou não ser do ex-Banif, pagarem as mesmas até dia 14-10-2016.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

(Burburinho geral)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, estamos ainda em período de debate. Agradeço algum silêncio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É um pedido de desculpa!

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Exatamente! É um pedido ao Governo!

O Orador: Demorou muito o Sr. Presidente para apresentar aqui uma resposta, mas, devo dizer-lhe, através de quantos bancos paga o Governo os Rendimentos Sociais de Inserção?

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Do Banif!

O Orador: Primeira questão.

Segunda questão. Eu acho estranho, além do mais, que tenha havido telefonemas de algumas IPSS bem escolhidas para os beneficiários do

Rendimento Social de Inserção a dizer: “Atenção! Já está pago hoje o Rendimento Social de Inserção”.

Será que foi o Banif ou o Santander que o fez ou foi o aproveitamento político desta situação que os senhores e os seus apaniguados fizeram?

Fica aqui esta questão de novo: Rendimento Social de Inserção, apoios da agricultura...

(Burburinho geral)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... os abonos de família, de várias áreas, de vários bancos, pagos antes das eleições com telefonemas...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a acusar as IPSS!

O Orador: ... para os beneficiários de Casas do Povo, nomeadamente, e de outras instituições, a lembrar aos beneficiários que já estava pago, na sexta-feira, o Rendimento Social de Inserção.

Está tudo explicado.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, é mais fácil desistir!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, o senhor não quer ser esclarecido, o senhor quer é conversa,...

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Exatamente! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Conversa foi o que esteve a fazer. O senhor assumo!

O Orador: ... que é uma coisa completamente diferente. O senhor quer é conversa!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor assuma!

O Orador: Assuma o quê, Sr. Deputado? Assuma o quê? O senhor não ouviu o que acabei de esclarecer?

Deputado António Marinho (PSD): Assuma por que é que foi pago no dia 14 de outubro!

Presidente: Srs. Deputados!

O Orador: E estou disponível para enviar a esta casa uma cópia do mail.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É assim mesmo!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: O senhor começou a acusar o Governo de ter feito pagamentos antecipados por vontade própria e por motivos eleitoralistas; esclarecido esse assunto, já não é o Governo, os culpados agora são as IPSS, que andaram a telefonar para as pessoas a dizer que já estava pago.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Mas isto o que é?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, não tente baralhar!

O Orador: Onde é que nós estamos?

Sr. Deputado, se caiu a máscara a alguém nesta conversa foi ao senhor,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque o senhor entrou aqui para tosquiar e saiu tosquiado.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria...

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E olhe que isso dito por um “Cordeiro” não é pouco elogio.

(Risos da Câmara)

Portanto, em relação a esta matéria, Sr. Deputado Duarte Freitas, não, não me foge a boca para a arrogância, nem se trata de uma máscara de arrogância ou de humildade, trata-se apenas de eu prezar muito a dignidade que tento imprimir a esta cargo e o respeito que me merecem todos aqueles que recebem esse tipo de prestações sociais.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS) e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Duarte Freitas, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, estamos a falar de um assunto sério. O senhor se acha que isto é aqui de entrar na teatralidade parlamentar, eu não entro por aí, Sr. Presidente.

Aquilo que fica para as açorianas e para os açorianos é que vários apoios sociais foram pagos, no mês das eleições, antes da data das eleições e não depois.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: O senhor pode justificar com questões técnicas de um banco e dos outros bancos, mas a verdade é que não só foi pago nesse mês precisamente das eleições,....

Deputada Renata Correia Botelho (PS): É por isso que o senhor perde eleições!

O Orador: ... antes das eleições, como nos outros meses seguintes, se isso acontece, deviam também acertar os calendários e explicar às pessoas, mas não, foi no silêncio que isso foi feito e, depois, ainda se põe instituições a ligar para os beneficiários a lembrar, “Olha que já recebeste”.

E é assim que se faz a política nos Açores.

Deputado Francisco César (PS): É verdade! É assim que se faz a política nos Açores!

O Orador: E depois vem-se ao Parlamento fazer a teatralidade habitual, como se isto fosse uma coisa de ganhar ou perder. A questão aqui é que quem perde são os açorianos, Sr. Presidente, quem perde são as açorianas e os açorianos, que cresce a pobreza, muitas vezes, esta pobreza é quase, não é alimentada, mas, pela incapacidade do Governo, é acrescentada nos Açores, que, depois, usa-se a própria pobreza para os seus benefícios eleitorais. E é isto que acho que puxa para baixo a política nos Açores.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Naturalmente que vou passar a palavra ao Sr. Presidente do Governo, não sem antes apelar a que não eternizemos o debate sobre esta matéria, porque temos que passar também a outras temáticas.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, não é isso que fica para o debate, nem é isso que fica para os açorianos; o que fica para os açorianos é que este Governo, ou melhor, o Governo anterior, alertado para um potencial problema, que poderia complicar a receção desses apoios, fruto de uma questão de transferência formal entre entidades bancárias, este Governo tomou a decisão acertada de acautelar esse pagamento.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Quais as instituições?

Deputado José Ávila (*PS*) e **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Tem que dizer quais foram as instituições!

O Orador: É isso que fica.

Mas também ficam outras coisas.

(A transferência entre Santander e Banif!)

Nomeadamente, a forma como este assunto foi trazido aqui e a forma como se tentou, no fundo, construir à volta de uma questão que tem toda a explicação um julgamento de carácter em relação ao Governo,..

Deputado Francisco César (*PS*): É verdade!

O Orador: ... e isso é que é mau.

E vou dizer-lhe outra coisa, Sr. Deputado Duarte Freitas. Com esse tipo de coisas, com essa maneira de fazer política, quem perde somos todos nós e oxalá que não cheguemos a essa conclusão bem mais cedo do que aquilo que se pensa. Todos nós perdemos com esse tipo de comportamento.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Julgo não haver mais inscrições.

Sendo assim, para uma última intervenção sobre esta matéria, passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Jorge.

Deputado Jorge Jorge (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Os Açores precisam de uma política demográfica e sobre isso o programa do governo nada diz, nada deixa transparecer.

Como é possível numa região com um envelhecimento populacional galopante e com taxas de natalidade, que não garantem a renovação de gerações, não vemos plasmado no programa de governo a intenção de implementar uma verdadeira política de natalidade.

A análise da corrente situação demográfica da Região, face à natalidade e ao envelhecimento populacional, deve impelir a ação e exige, de forma cuidada, fundamentada e devidamente ponderada, encontrar um juízo equilibrado para uma intervenção em termos de políticas públicas.

Face à atual situação, as ações em termos de políticas públicas têm sido insuficientes e têm-se concentrado nas questões do envelhecimento, com foco na população com mais de 65 anos.

Muitas e variadas políticas e boas práticas têm sido prosseguidas pelo poder local, pelas empresas e outras organizações da sociedade civil com o foco na atenuação dos efeitos do envelhecimento da nossa população.

Com efeito, em 2011, por cada 100 jovens, os Açores tinham 73 pessoas com

mais de 65 anos; no país, a média é muito superior: por cada 100 jovens existem 127 idosos.

Mas não podemos ficar tranquilos com estes números. As ilhas do Pico, São Jorge e Graciosa apresentavam valores muito superiores à média nacional. Apenas São Miguel e Santa Maria apresentavam valores abaixo da média regional.

Por concelho estes números são ainda mais preocupantes, ou pelo menos tão preocupantes. Apenas quatro concelhos estão abaixo da média regional: Lagoa, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo. Oito concelhos estão acima da média nacional: Santa Cruz das Flores, Calheta, Velas, Madalena, Lajes e Santa Cruz das Flores. E dois concelhos bastante acima da média nacional, que são São Roque e Lajes do Pico.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Tão ou mais importante que o enfoque dado ao envelhecimento importa, no entanto, que a natalidade seja igualmente inscrita na agenda das políticas regionais e passe a constituir-se como o principal foco da ação destas medidas.

Nos Açores a taxa de natalidade situa-se à volta dos 11,1/1000, ou seja, por cada 1000 habitantes nascem 11 crianças, enquanto que a média nacional é mais baixa, ficando apenas nos 9,2/1000. Mais uma vez, este resultado positivo em relação à média nacional não nos pode deixar satisfeitos, nem tão pouco descansados.

Apenas a ilha de São Miguel apresenta valores acima da média regional. Todas as outras ilhas apresentam valores bastante abaixo da média regional.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Ter um filho é uma decisão assente em muitos e variados factores que importa, desde logo, acolher e respeitar. Somos uma sociedade livre e as diferentes

opções pessoais quanto à natalidade têm de ser respeitadas.

Um elemento determinante na análise sobre a tipologia das políticas a adoptar e o seu impacto sobre o resultado final é o número desejado de filhos. Os inquéritos realizados no nosso país (Região Açores incluída) indicam que existe, em Portugal, um claro desejo dos cidadãos de terem mais filhos do que aqueles que estão efetivamente a nascer. De igual forma, são identificados os constrangimentos existentes para tal não acontecer.

É, por tudo isto, nossa convicção que a ação política deverá colocar o seu foco, antes de mais, na remoção dos obstáculos existentes, permitindo a cada família ter o número de filhos mais próximo que deseja.

Existe, pois, um clima cultural propício em que vale a pena fundar uma política consistente, transversal, prolongada e capaz de tornar visível para todos esse sentimento amigo da Natalidade.

A família é uma realidade natural com uma função social determinante. Para que esse papel vital seja desempenhado é importante que, salvaguardando o princípio da subsidiariedade, às famílias sejam dadas condições que favoreçam o seu desenvolvimento, permitindo a existência de mais famílias estáveis, saudáveis e funcionais.

As políticas públicas devem assim estar atentas aos sinais e necessidades das famílias. Uma política de família é uma política integrada, universal e coerente que tenha em conta todas as realidades familiares.

O desenho de propostas relacionadas com a população nos Açores deve ser direcionado para travar a atual descida abrupta da natalidade e procurar recuperar os nascimentos para valores próximos da renovação geracional.

Disse.

Vozes de alguns Deputados do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sendo assim, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 11h40m.

Eram 11 horas e 06 minutos.

(Neste momento, o Deputado Jorge Jorge ocupa o seu lugar na Mesa)

Presidente: *[Corte na gravação]* para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 46 minutos.

Vamos então continuar.

Passo agora a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura *(Avelino de Meneses):* Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No retorno a este areópago maior da democracia nos Açores, endereço daqui uma palavra de cumprimento da Mesa da Assembleia às bancadas dos partidos e do Governo e a todos os colaboradores.

Governar é construir o futuro sobre o entendimento do presente, após a incorporação do passado. Assim, à Secretaria Regional da Educação e Cultura cabe um papel determinante na governação dos Açores porque movimenta

essencialmente crianças, adolescentes e jovens, que amanhã desempenharão uma ação decisiva na estruturação de uma sociedade mais justa.

Nesta Secretaria, lidamos com Educação, Cultura e Desporto. Centremo-nos, por isso, em cada uma destas áreas.

Comecemos pela Educação.

Antigamente, uma formação básica, média ou superior era uma solução de vida. Hoje, uma formação básica, média ou superior não é uma solução de vida. Porém, a formação, toda ela, é o instrumento de construção de carreiras de sucesso.

Assim, importa incutir no espírito dos mais novos a convicção de que vale a pena estudar. E nesta época de escolaridade obrigatória alargada a tarefa é hercúlea por que a motivação de uns tantos, bafejados pela sorte ou pela vontade, coexiste com a desmotivação de muitos mais, vítimas da incúria e da impotência.

Todavia, a sociedade democrática não admite a exclusão. Por isso, em articulação urge que as escolas, as famílias e as comunidades sejam arautos de uma sociedade melhor. E como? Pela promoção do êxito, que exige a concessão de confiança, método e autonomia aos estudantes em risco.

Quer isto dizer que, se no passado o suporte do progresso da economia e da sociedade residia na abundância de matérias-primas ou mão-de-obra, no presente reside simplesmente no conhecimento. Quer isto também dizer que no futuro a educação é o maior investimento na promoção do desenvolvimento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: Na escola, formamos profissionais e eventualmente cientistas, que são indutores de progresso. Na escola, formamos essencialmente cidadãos, que contribuirão para o avigoramento da Democracia, oxalá que convertível, em tempo de eleições, na omissão do hoje em participação do amanhã.

Nos Açores, nos últimos 40 anos, a história da educação é uma história de progressos. Caso contrário, não teríamos uma das mais reduzidas taxas de analfabetismo,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... apenas superada pela da Área Metropolitana de Lisboa.

Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Mesmo assim, queremos mais, muitíssimo mais, porque a nossa meta consiste, a prazo, no alcance das melhores prestações portuguesas e europeias, tendente à convergência das habilitações académicas e profissionais dos Açorianos com as dos demais cidadãos do país e da União Europeia.

À luz dos princípios da estratégia 2020, que advogam a redução do abandono precoce da educação e da formação e o aumento do sucesso escolar, implementámos o ProSucesso-Açores pela Educação, a verdadeira estrela que nos guia contra o primado da resignação. Para que ninguém fique para trás, mas sem cedência ao facilitismo, o método do ProSucesso consiste no fomento das aprendizagens, parcialmente financiado pelas verbas da retenção, uma medida de exceção, jamais uma estratégia de ação.

Para evitar atrasos precoces e depois irrecuperáveis, a prioridade do ProSucesso reside no pré-escolar e no 1º Ciclo. Porém, após um tronco comum, já com maior maturidade, a solução consiste na multiplicação das vias pedagógicas, simplesmente entre propostas mais teóricas e mais práticas, mas de idêntica dignidade, e suscetíveis de corresponderem às opções diferenciadas do corpo estudantil heterogéneo da escolaridade para todos.

Pensado a prazo, de concreto, a um prazo de 10 anos, porque a Educação é um reino de melhorias lentas, embora seguras, ao cabo do primeiro ano de implementação do ProSucesso encontramos indicadores positivos, mesmo muito positivos, que até obrigam ao reforço da vigilância para que ao progresso

não suceda a regressão. Entre eles, a melhoria dos resultados em Matemática, no 1º ano de escolaridade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Entre eles, os índices de frequência do pré-escolar, também as taxas de transição e de conclusão do Básico e do Secundário, que em 2015-16 atingiram metas previstas para 2020-21, com cinco anos de antecedência.

Na Educação, entre as prioridades desta legislatura, enumeramos outras medidas, outros projetos. Por exemplo, a adoção, já aqui falada, da periodicidade anual dos concursos e a revisão da obrigatoriedade de permanência de três anos numa escola de colocação, considerada a estabilidade do corpo docente na generalidade das unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional, considerada a possibilidade de reunificação familiar de muitos docentes, com tradução na qualidade do ensino.

Por exemplo, o fomento da aprendizagem ao longo da vida, através da educação de adultos, para a conclusão de estudos, por falta de oportunidades no tempo próprio, para a atualização de conhecimentos, por força do imperativo da mudança de atividade ou de procedimentos próprios da sociedade contemporânea. Por exemplo, a revisão e o aperfeiçoamento dos apoios da Ação Social Escolar, consoante princípios de justiça, adequados aos diversos níveis de ensino e às diferentes necessidades dos alunos, também acrescidos da consideração do mérito académico e cívico, em benefício da construção de uma escola de qualidade.

Por exemplo, a reconsideração da matriz curricular do Ensino Básico, na base do estabelecimento de equidade entre as cargas horárias mínimas regional e nacional, para defesa dos estudantes em exame final, mas sem renúncia de projetos próprios, casos da oferta de uma língua estrangeira em todos os anos do 1º Ciclo, da reserva de espaço para a área curricular de Cidadania e do reforço das tecnologias da informação e da comunicação. Por exemplo, o

prosseguimento da requalificação do parque escolar regional, complementado por uma política ativa de manutenção de instalações.

A pensar no futuro, jamais no passado, adquire justificação um exercício de reflexão sobre a reforma da Educação. Todavia, à escala nacional, nos últimos anos, mesmo nas últimas décadas, uma sucessão de iniciativas assaz contraditória provocou o descrédito das gentes, que desconfiam do termo reforma, do conceito de reforma e do objetivo de todas as reformas, já que muitas delas fenecem ou feneceram à porta da sala de aula, justamente onde deveriam singrar.

Por isso, a investigação especializada e a prática internacional aconselham um pacto em redor da Educação para ser a prioridade de todos. Depois, com esforço, ambição e utopia, construiremos melhor a escola do desenvolvimento. Uma escola que para incluir não abdique da exigência, compatível com a prática da solidariedade, que é o instrumento da justiça. Uma escola que para exigir não abdique da inclusão, compatível com a prática da competitividade, que é o instrumento do progresso.

Falemos também de Cultura.

É pela cultura que se avalia a identidade de um povo. Isto é, pelo conjunto de ideias e de práticas, acumulado pelas sociedades de geração em geração e transmitido por herança aos vindouros, como dádiva da tradição ao universo da modernidade. Este legado varia consoante a vivência das gentes no espaço ao longo do tempo. Mas nem de todos os espaços em todos os tempos brota uma cultura própria.

Porém, no Portugal de hoje, como bem sublinha Eduardo Lourenço, os Açores são o território e a realidade mais singulares, sem par nas diversas, mesma nas recônditas, parcelas do continente. Por isso, enquanto para as partes metropolitanas se reivindica ocasionalmente a regionalização, as ilhas

desfrutam constitucionalmente de Autonomia, que possui necessariamente por alicerce uma identidade cultural muito específica.

Enraizada na matriz portuguesa, dada a introdução das ilhas na marcha da civilização, por ação do Portugal dos Descobrimentos, e correlacionada com a imensidade atlântica, dada a participação das ilhas no conhecimento e na utilização do mar, a cultura açoriana é essencialmente filha da História e da Geografia, isto é, de uma vivência de mais de meio milénio num ambiente díspar do continental.

Nesta época de globalização, no arquipélago, como no demais mundo, a conformidade de práticas e de representações suscita uma uniformidade artificial avessa ao reconhecimento da especificidade. Assim, por razões acrescidas, a individualização de uma identidade cultural, como a nossa, constitui uma mais-valia traduzível comunitariamente em superioridade moral e progresso material.

Um qualquer programa cultural desenvolve estratégias de defesa e de valorização do património móvel e imóvel, entre nós favorecidas pela aprovação de nova legislação. À luz das cartas, das recomendações e das convenções intervencionais do ICOMOS e da UNESCO, importa a junção das práticas do passado com as preocupações do presente e as expectativas do futuro para que o povo não seja inimigo do património, já que tem de ser o seu principal defensor, para que o património não seja tido como um incómodo, antes como uma mais-valia para cidadãos e comunidade. Por outras palavras, há que desenvolver uma pedagogia para que o património suscite a atração de mais gente jamais devendo suscitar o seu afastamento.

A promoção da cultura beneficia de uma rede de infraestruturas e de equipamentos no essencial consolidada, sobretudo formada por bibliotecas, arquivos e museus. Mais do que lugares de guarda de livros, à guisa de antigamente, as nossas bibliotecas são e serão vastas assembleias de

utilizadores, que estimulam a circulação do conhecimento. Mais do que depósitos informes de papel velho, os nossos arquivos são e serão por excelência laboratórios da história, que procedem à recolha, preservação, tratamento e disponibilização dos documentos, que transportam a individualidade das gentes. E quanto aos museus, são e serão estruturas de caracterização do semblante do território, do caráter das gentes e da história das comunidades, que agora atuam em rede segundo a prática internacional.

Em benefício da criação cultural, registamos a revisão do sistema público de apoios, traduzida em acréscimo de meios e de transparência. Também em benefício da ação cultural, anotamos a instituição de seis prémios. Ainda em benefício da ação cultural, individualizamos a nomeação de um Conselho Regional de Cultura, que acompanha o planeamento e a execução de políticas e de estratégias, casos das já aprovadas para o audiovisual e multimédia e as artes cénicas.

A criação de um passaporte cultural diz bem da intenção deste Governo na transformação dos cidadãos se não todos em agentes ativos de cultura pelo menos todos em consumidores críticos de cultura.

Falemos ainda de Desporto.

Nos Açores, em matéria de desporto, a política do Governo assenta em dois pressupostos fundamentais. Acima de tudo, a nossa política firma-se na generalização da atividade física e desportiva, inequivocamente um direito de todos, jamais um privilégio de alguns. Por acréscimo, a nossa política firma-se também na prática da competição, uma aposta já ganha na evidência de taxas de participação muito superiores às médias nacionais e também traduzida na obtenção de resultados honrosos que há escassos meses, pela primeira vez na nossa história, abriram aos atletas das ilhas a montra dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, com uma intervenção no atletismo de uma atleta dos Açores a

representar um clube da Região e outra no futebol de um atleta com formação nos Açores, mas agora a representar um clube do exterior.

À luz da máxima de Pierre Coubertin, fundador dos Jogos Olímpicos Modernos, e segundo a qual “o mais importante não é vencer, mas sim participar”, fazemos quotidianamente do desporto uma atividade de todos e para todos, promotora de uma vida ativa e saudável, o mesmo é dizer, de maior qualidade.

Um tanto alheios à vitória, que transporta a alegria, e à derrota, que traz a tristeza, inculcamos nos nossos cidadãos, das crianças, aos jovens e aos adultos, a convicção de que a essência do desporto se encontra nos valores, designadamente da convivência, da tolerância e da entreajuda. Assim, no respeito pela condição humana, contribuímos mais e melhor para a formação física e psíquica dos praticantes, também dos espetadores.

Apesar de tudo, e como disse atrás, reconhecemos que no desporto a competição é o paradigma da excelência. Neste caso, a revelação nos Açores da taxa de participação desportiva portuguesa mais elevada, de quase 9,5%, equivalente a quase o dobro da média do país, é um sinal de acerto das nossas estratégias e das nossas políticas.

Hoje, na relação com os nossos atletas, enalteçemos o esforço e a dedicação, esteios seguros da obtenção dos melhores resultados, que nos enchem de orgulho. Amanhã, na relação com os nossos atletas, não haverá lugar para o esquecimento. Em vez disso, urge que saibamos com eles construir um futuro de dignidade pessoal e profissional, para evitar a revelação de vidas contraditórias, nas quais à fama efémera sucede a frustração permanente, com repercussões físicas e psicológicas negativas.

A profilaxia para um tamanho perigo, para um tamanho mal reside na escola que não constitui um embaraço à prestação desportiva, que constitui sim um alicerce de construção de uma carreira profissional compensadora, que assegure

o prolongamento da felicidade pessoal, após os anos efémeros da glória desportiva, vividos no entusiasmo dos estádios.

Com mais de $\frac{3}{4}$ de atletas federados nos escalões de formação, com a duplicação da participação feminina dos últimos 20 anos e com a maior taxa nacional de participação desportiva absoluta, o futuro só pode ser necessariamente auspicioso, ainda servido por uma acrescida rede de instalações, sensivelmente o dobro das existentes à entrada deste século.

Chegados ao fim, estamos convictos da bondade das medidas constantes desta proposta de Programa de Governo, que já foi sufragada pelo povo nas últimas eleições. Todavia, com humildade, tomaremos boa nota das críticas e dos comentários expressos nesta Assembleia, necessariamente tendentes à melhoria da governação em benefício da nossa gente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado André Bradford (PS): Quando a gente gosta, aplaude!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa, de momento, já tem duas inscrições.

De qualquer forma, agradeço que se continuem a inscrever.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Ferreira.

(*) **Deputada Fátima Ferreira (PS):** Excelentíssima Sra. Presidente da Assembleia Legislativa dos Açores, Sras. e Srs. Deputados desta Assembleia, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que esta é a primeira vez que intervenho, quero saudar-vos e desejar que todos os nossos trabalhos tenham sucesso e tragam aos açorianos e açorianas que votaram em todos nós uma vida melhor, mais emprego, mais

rendimento, mais felicidade, no dia a dia, e que o nosso trabalho tenha maior transparência e possamos sentir que é reconhecido. Por isso, desejo que todo o esforço individual e em conjunto se reflita na vida dos açorianos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Acredito que o Sr. Secretário da Educação e Cultura vai dar a estabilidade que o XII Programa do Governo dos Açores exige e proporcionar sucesso no nosso sistema de ensino, pois os professores merecem confiança e tempo para implementar as mudanças e, assim, consolidá-las, no caminho do progresso e da evolução.

Para mim educação é o caminho para a inovação e engrandecimento da competência e da autoestima e a cultura o desenvolvimento das nossas diferenças, das nossas tradições e da nossa identidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria de deixar duas perguntas.

As medidas para atingir o sucesso escolar são diversas e transversais. Neste momento, os indicadores já são mais favoráveis, pelo que gostaria que referisse quais as perspetivas para 2020.

A segunda. A taxa de abandono escolar precoce conduz-nos, nas diferentes faixas etárias, aos jovens NEET – *Not in Employment Education or Training* –, os valores conhecidos desta taxa já são animadores: de 2011 para 2015, reduzimos 66%. Que estratégia pretendo e Governo desenvolver para continuar a reduzir a taxa de abandono escolar precoce? Entende, desta forma, que, em 2020, estaremos próximos da média europeia, não obstante a nossa posição inicial relativamente ao continente e à Europa?

Vozes de alguns Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Quanto à educação, para o PCP-Açores as respostas às desigualdades não existem, quando o Partido Socialista mimoseia os alunos da região, ao contrário dos restantes, com a negação ao direito aos manuais escolares gratuitos.

Uma questão como esta demonstra a incapacidade de entender a autonomia político-administrativa dos Açores como instrumento do desenvolvimento harmonioso da região, usado para retirar direitos aos açorianos.

Como é óbvio, em circunstâncias algumas, deixaremos esquecidas a necessidade e a justiça que representam a aprovação de tal medida.

Está o Governo Regional disponível para implementar, na região, o que já acontece no continente em relação aos manuais escolares gratuitos?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Peço desculpa, estou um pouco constipado (muito constipado!), mas vou tentar ser explícito.

Trago aqui algumas questões de carácter local, que são as seguintes.

Aqui no Programa refere que é da maior importância, e vou citar, “garantir que em todas as unidades orgânicas do Sistema Educativo Regional se concretiza a necessária articulação entre ciclos e, de forma particular, é um trabalho realizado no pré-escolar e o ingresso no primeiro ano de escolaridade”. Eu

continuo a insistir nesta questão: Por que é que a ilha do Corvo tem que ter um tratamento diferenciado em relação ao que sucede na generalidade das outras ilhas em relação à integração do pré-escolar na Escola Básica e Secundário Mouzinho da Silveira? Não faz qualquer tipo de sentido. Significa que estamos a desperdiçar uma série de recursos, os alunos do pré-escolar no Corvo continuam sem ter o ensino do inglês, sem ter o acesso do professor de educação visual, até completava os horários destes professores e, nesse sentido, tinha vantagens de aproveitar os recursos humanos que já lá estão instalados. Portanto, não tem qualquer tipo de racionalidade a manutenção de um sistema que é único, que não tem uma explicação racional e que significa que se está a desaproveitar recursos humanos que existem, que não são aproveitados e que é uma questão que se tem vindo a arrastar. O que eu lhe pergunto é se, nesta matéria, do ponto de vista concreto, para mim é importante, obviamente, e para a população da ilha do Corvo, pensa alterar o posicionamento do anterior Governo?

A segunda questão é uma precisão em relação ao pré-escolar. Eu concordo com a medida de tornar universal o ensino pré-escolar a partir dos três anos, e os senhores referem os cinco anos. Eu posso deixar-vos aqui uma sugestão no sentido de precisarem, em vez de referirem que é até aos cinco anos, nós temos crianças que ingressam, que fazem anos entre 16 de setembro e 31 de dezembro, essas crianças já têm seis anos e, de acordo com a vossa formulação, não cabem aqui. Portanto, o que eu vos quero deixar como sugestão é o seguinte. A melhor formulação seria dos três anos até ao ingresso no primeiro ciclo, e aí já estamos a ter uma concretização mais precisa e estamos a abranger esses miúdos que nascem, que completam os seis anos de idade entre 16 de setembro e 31 de dezembro.

Para já, são estas questões.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apresento, em primeiro lugar, os meus cumprimentos a V. Ex.^a, disponibilizando-me para contribuir para a dignificação do debate político.

Sr. Secretário, daquela que foi a sua intervenção e com uma leitura atenta do Programa do XII Governo dos Açores, há dois princípios norteadores que penso que a todos nos devem acompanhar e com eles também aquele que é o convite ao pacto para a educação que é o de ninguém ficar para trás e que todas as crianças são capazes de aprender. Penso que esses são dois princípios essenciais de uma escola democrática, de uma escola pública democrática.

Sr. Secretário, gostaria, por favor, nesta senda, de lhe pedir esclarecimentos relativos a: considerando os dados já conhecidos da implementação do ProSucesso, e que agora tem uma continuação nesta Programa do Governo, no seu reforço, pergunto se é seu entendimento que o pacto da educação se potencia como instrumento estruturante para o futuro da educação.

Em segundo lugar, Sr. Secretário, as competências sociais e emocionais, que acreditamos estarem também na base da indisciplina escolar, para além da medida inovadora de introduzir na certificação final dos alunos informações adicionais de educação não formal, que meios pretende V. Ex.^a diligenciar para potenciar as competências sociais e emocionais de toda a comunidade educativa: pais, funcionários escolares, professores e alunos?

As escolas de hoje precisam de responder aos jovens de hoje. As tecnologias são essenciais e estruturantes para o desafio da região. Como entende, por esta via, o Governo Regional introduzir o ímpeto transformador ao processo educativo das tecnologias?

Muito obrigada, Sr. Secretário.

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento, a Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, assumiu o Sr. Secretário e o Sr. Presidente do Governo, ontem, que vai rever o concurso de pessoal docente. Assume, no seu Programa de Governo, e cito, “A estabilidade do sistema educativo está assegurada na quase totalidade das unidades orgânicas dos Açores”. Assume que vai acabar com os programas de três anos. E pergunto-lhe se também vai acabar com as prioridades regionais nos concursos de pessoal docente.

Segundo. Assume que quer, como objetivo, diminuir, no primeiro ciclo do ensino básico, o número de turmas com mais de um ano de escolaridade. Pergunto, Sr. Secretário, vai continuar a encerrar as escolas de freguesia? Porque se, efetivamente, quer diminuir turmas com mais do que um nível, isso só acontece nas pequenas escolas. Vai continuar a fechá-las? Porque se, efetivamente, o seu objetivo é o sucesso escolar, tinha a obrigação de demonstrar que crianças de escolas pequenas, inseridas nas suas comunidades, com uma relação de proximidade com colegas e professores, têm, efetivamente, um pior desempenho, coisa que o senhor nunca mostrou nesta casa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, a educação é a prioridade das prioridades e o ProSucesso é mesmo a estrelinha que nos guia. Estamos de

acordo. Só que há contradições óbvias entre este discurso, que nós subscrevemos, e depois algumas das medidas que constam do programa, nomeadamente a educação pré-escolar e a cobertura a 100% na região nas idades entre os três e os cinco anos. Subscrevendo a intervenção do Deputado Paulo Estêvão, no sentido de que estes cinco anos possam ser alargados até à entrada no ciclo subsequente, julgo que faz sentido e, portanto, subscrevo o aporte e a proposta que aqui foi feita, mas tenho que lhe perguntar uma coisa, Sr. Secretário Regional: como é que é compreensível que a educação seja a prioridade das prioridades, e bem, e o ProSucesso seja a estrelinha que nos guia e depois a educação pré-escolar, entre os três e os cinco anos, numa cobertura a 100%, sabendo e reconhecendo todos nós a importância que o ensino pré-escolar tem para o sucesso e, portanto, para o ProSucesso, seja atirado para uma legislatura de quatro anos, não seja para daqui a um ano, não seja para daqui a seis meses, não, seja para daqui a quatro anos? Se isto é prioridade, eu nem quero pensar no que não é prioridade.

Segunda pergunta. Sr. Secretário Regional, tem havido aqui, aliás, com o senhor também, um debate permanente sobre o conceito de...

Deputado André Bradford (PS): Não é magia, dá trabalho!

A Oradora: ... necessidades permanentes no Sistema Regional de Educação. Ontem, eu ouvi o Sr. Vice-Presidente ensaiar uma definição do conceito de necessidade permanente dizendo que um trabalho feito consecutivamente durante dois anos e que não esteja em substituição corresponde a uma necessidade permanente na Administração Regional.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não foi isso!

A Oradora: Foi isto que o Sr. Vice-Presidente disse.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Está certo, menos os dois anos!

A Oradora: O que lhe pergunto, Sr. Secretário Regional, é o seguinte. Se nós aplicarmos esta definição, este conceito ao nosso sistema regional de ensino e aos cerca de 700, 800 professores precários que nós temos no nosso sistema regional de ensino, há de haver docentes que durante 20 anos ou durante toda a vida vão ser precários. E eu pergunto-lhe se isto também é consentâneo com um ProSucesso, que é a estrelinha que nos guia.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Diálogo entre o Vice-Presidente do Governo Regional, a Deputada Zuraida Soares e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Eu agradeço que se inscrevam para podermos continuar o debate.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo: Seguiria nestas respostas a ordem das perguntas, começando pela Deputada Fátima Ferreira, que levantou uma questão sobre o sucesso escolar e os seus indicadores, outra questão sobre o chamado abandono escolar precoce.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor vai ter dificuldade em responder a essa pergunta!

O Orador: Considerando e integrando todas as estratégias e todos os programas do passado, a partir da segunda metade de 2014, nós esboçámos um

plano geral de promoção de sucesso escolar, ao qual efetivamente demos, como se sabe, o título de “ProSucesso, Açores pela Educação”.

Como tive a oportunidade de dizer, na tribuna, trata-se de um plano a prazo de dez anos e porque em educação as transformações e, por consequência, também as conquistas, são sempre, sempre lentas. Contudo, no dia a dia, os indicadores são já encorajadores. Pelo facto de serem encorajadores não quero eu, de maneira alguma, e quero sublinhar isto aqui, embandeirar em arco. Tive, inclusivamente, a preocupação de dizer ali que isso exige da nossa parte uma vigilância acrescida para que ao progresso não suceda a regressão. Estamos, entretanto, também preparados para, se houver alguma regressão, dar um passo atrás e procurar, logo de seguida, dar dois passos adiante.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

O Orador: Senão, vejamos, portanto, em matéria de indicadores, porque me pediu indicadores. Muito por ação dos chamados professores DA, que são especialistas na deteção de dificuldades de aprendizagem, na transição de 2014/15 para 2015/16, foi possível, em matemática, no primeiro ano de escolaridade, reduzir substancialmente os níveis de insuficiente e de suficiente e, curiosamente, aumentar nas nossas unidades orgânicas os níveis de bom e de muito bom.

Além disso, a frequência da educação pré-escolar, que aqui muito se falou, por exemplo, ao nível dos três anos, em 2015/16, atingiu já a meta que nós tínhamos definido para 2020/21. Isto é, efetivamente, com cinco anos de antecedência, porque tínhamos previsto para 2020/21 uma frequência de mais de 75%, alcançámos este ano uma frequência de 78%.

Não me vou demorar mais sobre estes indicadores, porque, como disse aqui, há pouco, não quero, de maneira alguma, embandeirar em arco, temos de ter sempre os pés bem assentes no chão.

Passando à segunda questão, a questão do abandono escolar precoce. Nos Açores, em matéria de abandono escolar, em 98, registávamos 60%, em 2015, registamos 29%, menos de metade.

Se estamos contentes?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ah! Estão tristes e contentes ao mesmo tempo!

O Orador: Obviamente que não,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa tese já está gasta!

O Orador: ... porque a nossa taxa de abandono é ainda a mais elevada do país. Se estamos contentes, obviamente que sim, porque, em termos absolutos, descemos muito e porque (isto é o mais importante), em termos relativos, a nossa descida foi a mais acentuada do país.

Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Alteraram a idade?

O Orador: E se estamos a recuperar mais depressa do que os outros,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... temos a esperança de vir a alcançar, em prazo razoável, os seus melhores indicadores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O que é que isso quer dizer?

O Orador: Passaria à frente e responderia à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado João Corvelo.

O Sr. Deputado João Corvelo reportou-se aqui aos manuais escolares. Que eu me lembre, nos últimos dois anos, por duas vezes, essa questão foi efetivamente discutida nesta Assembleia. A posição do Governo, na altura, manteve-se, a posição do Governo vai manter-se. Para nós, a prática da boa gestão e o exercício da justiça social não justificam o fornecimento gratuito, isto é, a fundo perdido, de tudo a todos, só àqueles que mais precisam.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Não é propriamente nosso timbre fazer engordar os gordos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Não parece!

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Mas quem são os gordos?

O Orador: Mais. O nosso sistema de empréstimo de manuais escolares equivale à garantia da gratuidade reclamada pela oposição de esquerda. Por isso, não é verdade que por força da aquisição de manuais escolares se encontrem onerados os orçamentos das famílias dos Açores.

De facto, entre nós, apenas os beneficiários da ação social escolar,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Não! É mais assim: engordar os gordos!

O Orador: ... isto é, aquele...

Repito, de facto, apenas os não beneficiários da ação social escolar, isto é, aqueles que menos precisam, são obrigados ao pagamento de uma caução de 20% para garantia da restituição dos manuais em condições de reutilização e contra a devolução do valor dessa mesma caução.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Os senhores retiram!

O Orador: Por acréscimo, no confronto com o princípio da gratuidade, a prática do empréstimo é muito mais pedagógica, já que confere o sentido de responsabilidade individual e social aos estudantes, que aprendem as vantagens da poupança de recursos num exercício de literacia financeira, que aprendem também as vantagens da utilização de recursos em manifesto benefício do ambiente.

De resto, aquilo que se passa em Lisboa não condiciona propriamente a nossa ação. No Governo da República, nós admiramos as atitudes de maior abertura, de maior cooperação para com as autonomias, bem diversas da sobrançeria e do desprezo de Passos Coelho.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É verdade. Contudo, na correspondência com o Governo da República, na educação e em tudo mais, Lisboa segue as suas opções, nós seguimos as nossas opções. Por outras palavras, para nós as prioridades são os Açores e a autonomia e só depois a referência partidária.

Vozes de alguns Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

O Orador: Passando adiante. O Sr. Deputado Paulo Estêvão...

(Tenho de concluir! Muito bem! Senão os meus colegas ficam sem tempo!)

Passando adiante. Relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu diria muito simplesmente que a questão que foi levantada, a questão do pré-escolar, foi discutida nesta Assembleia, há muito pouco tempo, a nossa posição mantém-se. Bem sei que foi na anterior legislatura, e relativamente à existência, no Corvo, de cooperação entre o pré-escolar e o primeiro ciclo, isso é tudo muito fácil de fazer, porque as duas casas estão a cinco metros uma da outra, a ilha é bem pequena, a cooperação, efetivamente, é bem possível.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Secretário, os professores podem dar aulas noutra estabelecimento privado? O senhor sabe que isso não é legal!

O Orador: Passando adiante.

Deputada Sónia Nicolau, levantou três questões. Pacto da educação. Um pacto é fundamental para vencer, como eu disse, a descrença das gentes que efetivamente desconfiam das reformas por elas terem sido, durante muito tempo, filhas de iniciativas mil e de iniciativas contraditórias. O pacto na educação é fundamental para que em cada nova legislatura, para que em cada novo período político não seja necessário começar sempre tudo de novo, para que em vez disso haja, sim, a disponibilidade para reforçar e melhorar as estratégias.

Questão das competências. Para além das competências técnicas e científicas, é necessariamente de considerar as sociais, mesmo as emocionais. E porquê? Porque a escola, como tive a oportunidade de referir, forma profissionais e cientistas, mas essencialmente cidadãos, para que a democracia seja vivida plenamente, para que a democracia jamais se cinja a um conjunto de procedimentos repetitivos quase destituídos de conteúdo.

Assim, na apreciação final do trabalho dos alunos, há que valorizar aquilo que está no currículo, mas também o que está para além do currículo; aquilo que resulta, por exemplo, do seu envolvimento comunitário e que, futuramente, será, de certo, muito útil na construção de uma sociedade mais solidária.

A preservação, no nosso Sistema Educativo Regional, de uma área da cidadania que persistirá independentemente da revisão da matriz curricular do ensino básico diz bem do nosso compromisso em formar sempre e cada vez mais cidadãos ativos indispensáveis à construção de um futuro melhor.

Última pergunta. Valorização das tecnologias. Faz-se de dois modos: naturalmente por via do currículo, através também de atividades extracurriculares, muitas delas programadas nas próprias escolas pelas próprias escolas. E faz-se assim para quê? Para que os alunos sejam bons utilizadores das tecnologias da informação e da comunicação, mas para que sejam também algo mais, isto é, pequenos ou grandes programadores.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Nos Açores, as TIC são lecionadas no 2.º e no 3.º ciclos, na área da cidadania, em par pedagógico, sempre com um professor com formação em informática. No país, nós somos pioneiros neste capítulo, porque no continente a leção desta temática começa apenas no 7.º ano. Mesmo assim, teremos de ser, digo agora, mais ambiciosos, e como? Começando talvez pelo 1.º ciclo,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... uma medida a prazo, porque depende da formação de professores e da aquisição de equipamentos, apostando mais nas atividades extracurriculares, através da constituição de mais clubes de informática, de programação, já com bons, aliás, exemplos nos Açores, casos do que se passa nos Arrifes, em Nordeste, em São Miguel, na Tomás de Borba, na Terceira.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Adiante.

A Deputada Graça Silveira levantou várias questões.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Duas!

O Orador: Eu vou direito a uma das questões. Uma das questões prendeu-se... Portanto, nós vamos atender à anualidade dos concursos, nós vamos atender aos três anos de permanência na escola, as prioridades regionais não estão, neste momento, no nosso programa.

Quanto à questão da diminuição de turmas com mais de um nível dentro da sala, nós temos aqui um problema, porque se tapamos a cabeça, destapamos os pés,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... e nós queremos que fique tudo tapado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não tem acontecido!

O Orador: Eu estou aqui, ou melhor, estive na anterior legislatura quase dois anos e meio; na anterior legislatura, durante dois anos e meio, eu fechei quantas escolas de proximidade? Uma! Na Casa da Ribeira, no verão passado. Tinha oito alunos e, quando lá fui confrontar-me com os pais e encarregados de educação, o que eles me disseram, “Sr. Secretário, já devia ter vindo mais cedo”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E o futuro?

O Orador: Nós não temos qualquer política para fechar escolas de proximidade. Entretanto, há um limite e o limite já foi estabelecido. Nós achamos que se devem fechar escolas de proximidade quando for necessário, efetivamente, meter todos os alunos do 1.º ciclo numa mesma sala. Aí, há desvantagens pedagógicas. Nós devemos fechar escolas de proximidade quando o número de alunos for tão reduzido, tão reduzido, tão reduzido que fique em causa a socialização desses alunos, que é necessária na sociedade da globalização.

Vou terminar com a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Em matéria de pré-escolar, é um compromisso para a legislatura, eventualmente sim, todavia, eu também já dei aqui exemplos de antecipação de etapas. Oxalá que se verifique a mesma coisa nesse caso, porque na transição de 2014/2015 para 2015/2016, em matéria de frequência dos alunos dos três anos, passou-se de 67% para 78%. Os resultados são efetivamente encorajadores.

Quanto à questão dos professores e das vagas permanentes, com concursos extraordinários, nos últimos anos, com o último concurso ordinário, no ano passado, nós travámos sempre uma luta para que nos Açores qualquer docente que, no nosso sistema educativo, esteja a ocupar uma vaga efetivamente permanente, que não pertença a outro docente que esteja eventualmente fora, esse docente passe para os quadros da região.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*) e **Deputado André Bradford** (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário Regional:

Engordar os gordos é uma expressão muito interessante que V. Ex.^a aqui usou e eu acho que já um camarada seu, do Partido Socialista, achava que quem era rico era quem ganhava 1000 euros por mês e era a classe média, V. Ex.^a acha que são os gordos da sociedade.

Portanto, eu pergunto-lhe, relativamente aos manuais escolares, uma proposta do CDS, feita nesta casa e aprovada nesta casa também pelo Partido Socialista, que estipulava no seu n.º 2 do artigo 1º. que esse diploma se aplicasse aos alunos do ensino básico e secundário da RAA, incluindo os beneficiários do Regime de Ação Social Escolar. Eu queria perguntar-lhe até que nível de ensino é que estes manuais estão a ser aplicados e se as escolas estão dotadas dos fundos bibliográficos necessários para procederem ao empréstimo de manuais escolares este ano (ou vão ser!).

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário da Educação, é evidente que se as posições se mantêm inalteradas entre as legislaturas, evidentemente o sentido de voto vai manter-se inalterado, porque é evidente que nós representamos aqui preocupações legítimas dos nossos eleitores e da população que estamos aqui a representar e, portanto, nesse sentido, não existindo modificação nenhuma em relação a estas questões que nos preocupam, não há qualquer progresso possível e também qualquer alteração possível em termos de votação do Programa do Governo.

Quero dizer-lhe o seguinte. Aquilo que referenciou em relação ao facto de poder existir cooperação entre a escola e o professor poder dar aula na escola e completar o seu horário também em instituições particulares e cooperativas, V. Ex.^a tem obrigação de saber que o quadro legal não o permite. Essa solução,

pura e simplesmente, não é possível, porque é ilegal. Ilegal! Portanto, não a pode referenciar, é ilegal. Não pode um professor ter um horário numa escola pública de 18 horas, por exemplo, e ter quatro horas numa escola particular, não é possível. Isso não é possível.

Portanto, essa forma como afasta a questão não é correta.

Quero colocar-lhe outra questão concreta. A comunidade escolar na ilha do Corvo tem 94 pessoas, entre professores, entre não docentes e entre alunos. É a única ilha e a única escola que não tem um refeitório escolar, ainda por cima quando, e para os professores isto é um problema também e para os alunos que beneficiam de apoios...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

O Orador: ... e de abonos para as refeições escolares, o que lhe digo é porque é que estas crianças, por que é que as crianças do Corvo não podem aceder, não têm direito a ter um refeitório escolar como todas as outras em todas as outras ilhas?...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É incompreensível que esta situação se mantenha (é incompreensível que esta situação se mantenha!).

Eu peço desculpa! Pode parecer ao Sr. Secretário que esta é uma questão estratosférica, mas isto são as questões que as pessoas e as comunidades querem ver discutidas neste Parlamento, são as questões que lhes dizem respeito ao seu dia a dia e os problemas concretos que têm que enfrentar. E são esses problemas, e não são questões estratosféricas que eu lhe trago aqui, eu trago aqui questões concretas.

Portanto, quero uma resposta, qual é a sua disposição, a disposição do Governo em relação à abertura e à construção de um refeitório escolar para 94 pessoas nesta escola e dando a possibilidade dos alunos do Corvo terem acesso aos

mesmos abonos, aos mesmos tipos de apoios que têm os outros alunos noutras ilhas.

Mais uma vez, há aqui um tratamento diferenciado,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma questão social!

O Orador: ... quando esta ilha, de facto, está prejudicada em vários aspetos. Já vimos a questão do pré-escolar e agora a questão do refeitório.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é grave!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos começar pelos gordos, efetivamente.

Deputada Zuraida Soares (BE): É sempre uma boa maneira de começar!

O Orador: É!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Dizem que os gordos são os mais felizes!

O Orador: Sr. Deputado, quando aludi aos gordos, foi uma forma de dizer que acho que os manuais escolares devem ser disponibilizados gratuitamente aos beneficiários da Ação Social Escolar e podem ser emprestados, mas não disponibilizados gratuitamente àqueles que não são beneficiários da Ação Social Escolar, porque são aqueles que menos precisam.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É muito bom ouvir a explicação do Sr. Secretário Regional!

O Orador: E em matéria de gordos ficamos entendidos por aqui.

Quanto à questão dos manuais escolares ainda, as escolas são obviamente dotadas dos recursos necessários para acorrerem às necessidades, o ano letivo está em curso, nós estamos na segunda metade de novembro, as aulas começaram em meados de setembro, há dois meses, e, que eu saiba, não houve qualquer queixa que indiciasse dificuldades no empréstimo dos manuais, empréstimo que nós fazemos aos beneficiários da Ação Social Escolar e também aos não beneficiários da Ação Social Escolar.

Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, mas até que ciclo?

O Orador: Passando adiante.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu continuo a pensar que, independentemente de tudo, na ilha do Corvo, dadas as suas características bem específicas, é possível o estabelecimento de uma cooperação profícua em termos pedagógicos entre o pré-escolar, que está num edifício, e o 1.º ciclo, que está num edifício ao lado, que deve distar, como eu disse, cerca de cinco a dez metros.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode. Os professores não podem dar aulas!

O Orador: De resto, em relação ao refeitório e ao facto das ilhas terem todas as mesmas coisas ou não, de haver ilhas que estão ou não estão para trás, eu gostaria de dizer o seguinte.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma refeição de dois euros como têm todas as crianças nas outras ilhas!

O Orador: Tratar por igual todas as ilhas não é fazer tudo igual em todas as ilhas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... é responder positivamente às necessidades de cada uma delas, necessidades essas que podem ser diferenciadas e que podem exigir soluções também elas diferenciadas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é inaceitável!

O Orador: Aliás, foi por isso que, no Corvo, em vez da construção de um museu tradicional, nós optámos pela construção de um eco museu, que, neste momento, registo o restauro, pelo Governo, de um edifício, o Museu do Tempo, e que prosseguirá, depois, com intervenções do próprio Governo e da Câmara Municipal.

De resto, colocou aqui, em cima da mesa, a questão de uma obra em particular, a eventual construção de um refeitório na escola do Corvo, eu gostaria de relembrar que este debate é um debate sobre a proposta de Programa de Governo, é um debate sobre orientações gerais...

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Bem lembrado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... para os setores diversos, para os próximos quatro anos, creio que a seu tempo, no debate do plano de investimentos e do orçamento da região para 2017, haverá, certamente, a oportunidade de discutir o mais específico, o mais concreto, por exemplo, as obras previstas para cada ilha, para cada local, para cada instituição.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a fazer milionários todos os dias é o slogan do *Euromilhões*, todas as semanas,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Excêntricos!

O Orador: ... quem anda a engordar gordos todos os dias é a geringonça da República, da qual o seu partido faz parte e a proposta é nesse sentido. Portanto, é dar os manuais escolares a todos e, portanto, na sua conceção,...

Deputado Francisco César (*PS*): Antes engordar os gordos do que emagrecer os magros!

O Orador: ... é engordar gordos. Portanto, sobre a matéria, estamos conversados.

De resto, Sr. Secretário, com certeza que a sua opinião...

(Se puder falar com o Sr. Secretário, eu agradeço!)

... sobre os manuais escolares é muito importante, mas deve considerar que mais importante do que a sua opinião é a lei e a lei estipula, a regra estipula exatamente como é que eles devem ser emprestados, inclusivamente à Ação Social Escolar e ao ensino básico e secundário. Eu perguntei-lhe, neste momento, o empréstimo de manuais escolares faz-se em que ciclos? No 1.º, no 2.º no secundário? Faz-se nos ciclos todos? É a resposta que eu quero que o Sr. Secretário me dê.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Muito bem!

Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*): Até ao 12.º ano!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vamos lá a ver se nos entendemos. Em relação à ilha do Corvo,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já passou a constipação!

O Orador: Já está a passar, é a temperatura! Quando aquece, o problema fica resolvido!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O tratamento está a fazer efeito!

O Orador: O que lhe quero dizer é o seguinte. Eu não lhe pedi uma universidade na ilha do Corvo, eu não lhe pedi nada de estratosférico na ilha do Corvo, o que eu lhe peço...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda!

O Orador: ... e o que eu estou aqui a exigir a este Governo é que aqueles alunos, por exemplo, carenciados, o senhor acha normal, a situação é tão caricata que até vale a pena descrevê-la aqui: então, os alunos do Corvo têm apoios, têm abonos e têm direito a refeições quentes durante as férias do Natal e durante as férias da Páscoa, durante o ano letivo não têm!

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

Isto faz algum sentido? Isto é o vosso tipo de políticas! É isso que se está a passar! É um conjunto de alunos que têm abonos e que têm apoios e que beneficiam desses apoios nas férias, porque no período das férias está previsto, durante a Páscoa e o Natal, refeições quentes para os alunos que necessitam; durante o resto do ano letivo não há nada para ninguém. Porquê? Porque a ilha do Corvo tem características especiais. Até tem: não tem um único restaurante a funcionar, neste momento. Portanto, as pessoas, neste momento, até têm mais dificuldade para irem comer fora.

Portanto, nesta questão, neste tipo de questões, este tipo de “é o Corvo, não é preciso” ou outras comunidades mais pequenas, é algo que tem de ser afastado definitivamente.

Em relação ao museu, Sr. Secretário, para esse peditório não dou mais.

Deputado Manuel Pereira (PS): E a universidade?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Iasalde Nunes.

(*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma pequena intervenção para falar de algo que já falamos, há muito pouco tempo, na última legislatura,...

Deputado André Bradford (PS): Bem lembrado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê? Não podemos falar mais?

O Orador: Podemos falar e podemos continuar sempre a falar no assunto!

O ensino pré-escolar é ministrado no jardim de infância O Planeta Azul, pertencente à Santa Casa da Misericórdia do Corvo, há vários anos, isso é uma realidade, com qualidade e eficácia, por um grupo de funcionários competentes, formados para o efeito e com valências e condições excelentes para este fim.

Além disso, estamos numa fase avançada de uma obra de uma creche, de melhoria e requalificação da creche, que, após a sua conclusão, fica com capacidade para 20 crianças, com condições de excelência, Sr. Deputado.

Em relação às crianças terem acesso a, por exemplo, aulas de inglês, como o Sr. Deputado referiu, eu acho que isso é extremamente fácil de resolver essa situação, se houver uma boa colaboração entre a Escola Mouzinho da Silveira e...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não pode completar um horário numa escola particular, desde que esteja numa escola pública!

O Orador: ... a Santa Casa da Misericórdia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Numa escola pública pode-se completar horários?

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Iasalde Nunes possa fazer a sua intervenção!

O Orador: Para terminar, dizer-lhe que, até hoje, eu nunca vi ninguém, nem nenhum pai pôr em causa o bom funcionamento do pré-escolar no Corvo, nem nunca vi ninguém...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é alguma pergunta?

O Orador: Estou sem óculos? Eu não uso óculos já há algum tempo!

E em relação ao refeitório escolar, não conheço ninguém que, até agora, tenha falado sobre este assunto, sinceramente.

E uma vez que estamos numa fase de perguntas e eu tenho de fazer uma pergunta, não estou aqui para lhe dar uma resposta, pergunto ao Sr. Secretário se, nas suas visitas ao Corvo, alguém ou alguma vez o abordou sobre a situação da construção de um refeitório escolar no Corvo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não concorda? É contra?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está inscrito agora o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Uma pergunta objetiva, Sr. Secretário. É legal que um professor possa completar o seu horário letivo dando aulas numa escola pública e possa completar o resto do horário numa instituição particular? Esta pergunta é clara. É legal? Isso é possível?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Telegraficamente, porque o tempo vai avançado, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Artur Lima que em matéria de disponibilização de manuais escolares, neste momento, fazemos para todos os anos, exceto o 12.º ano. O 12.º ano será no próximo ano e ficamos com o naipe completo.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Está a ver como é fácil?

O Orador: Relativamente às intervenções do Deputado Paulo Estêvão, Sr. Deputado, em 2016, no Corvo, nós não temos indicação de ter havido qualquer sinalização para fornecimento de refeições em período de férias.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Está errado!

O Orador: E quanto à questão dos professores completarem horários, eu acho que esta questão é uma questão excedentária, porque eu não estou a dizer que os educadores do pré-escolar devem ir trabalhar para a Mouzinho da Silveira nem vice-versa, estou a dizer que há muitas e muitas formas de estabelecer cooperação, cooperação proveitosa entre as duas instituições e facilitar a transição dos estudantes do pré-escolar para o 1.º ciclo.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Secretário, essa informação está errada, é falsa.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o senhor sabe?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Conheço a Presidente do Conselho Executivo!

Deputado Francisco César (PS): Ah!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor não conhece o seu pai?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, eu peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de se aproximarem a Mesa.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então avançar para as intervenções de tribuna.

A primeira é da Sra. Deputada Sónia Nicolau.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais,

As minhas primeiras palavras nesta intervenção são de agradecimento às Açorianas e Açorianos que, tendo votado no PS, permitiram a minha eleição.

Permita-me congratular V.Exa., Sra. Presidente, pela sua eleição e desejar-lhe, assim como a todas as Sras. deputadas e Srs. Deputados, felicitações no desempenho das funções.

A si, Sr. Presidente do Governo, felicita-lo pelos resultados obtidos, fruto da confiança das Açorianas e Açorianos, o que lhe permitiu constituir uma orgânica governativa coesa,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... inovadora e valorizadora da missão dos Açores no panorama regional, nacional e internacional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como a escola da Ribeira Grande!

A Oradora: “Nos Açores, a construir por todos e para todos, rumo a uma Educação Sustentável no século XXI, nenhuma criança, jovem ou adulto, pode ficar para trás.”

Este é o rumo político definido pelo Governo Regional e que assume a educação como pilar estruturante e ligante às diferentes áreas governativas.

O PS está aqui hoje, como sempre esteve, para assumir o passado e vencer o futuro.

Foi isto que, no passado dia 16 de outubro, o Povo Açoriano, livremente, decidiu.

Ao longo dos 40 anos de Autonomia, nos diferentes programas de Governo, assumem-se a importância da educação. Esta é a prova política e estratégica que a educação importa a todos.

Nos diferentes atos eleitorais a Educação é sempre motivo de debate, por vezes emotivo, com naturais avaliações e compromissos.

Se estas formas, em traços gerais, nos aproximam, foi, porém, o conteúdo paradigmático que nos diferencia e que foi confirmado, não nos esqueçamos, do veredito popular, pela permissão democrática do Povo Açoriano a 16 de outubro de 2016.

O programa do XII Governo dos Açores que agora analisamos prova-o à evidência.

A Educação é a chave de um futuro sustentável como pilar do desenvolvimento humano, suportada no aprofundamento da autonomia educativa regional, que se por um lado valoriza a cultura do Povo afirmando-a para além do nosso espaço territorial, da nossa especificidade arquipelágica e social, por outro lado tem sempre presente a firme certeza do nosso lugar do conhecimento para o conhecimento ao nível nacional e internacional.

Assiste-se, de há uns anos a esta parte, um novo tempo de transformação social, cultural e tecnológica que nos mobiliza para outras linhas de força, para um futuro colectivo.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Estas outras linhas de força que, em parte, tiveram resposta com o PROSucesso – Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar –, e por essa razão o queremos fortalecer, não veem tradução nas expressões que alguns partidos da oposição lhe quiseram conferir na campanha eleitoral. Há quem se tenha afirmado pelo paradigma único do “saber ler, escrever e contar”...

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai! Isso é muito bom, Sra. Deputada, mas é isso que os senhores não conseguem!

A Oradora: ... este por sua vez **identificador de uma escola conservadora em vez de libertadora** ou de outro que pela esteira básica de que “o aluno aprenderá apenas no seu meio, levando-o à sombra de um barco” configurando desta forma **uma escola limitadora em vez de potenciadora.**

A estas vontades expressas, não é de estranhar o recorrente recurso a vincar negativamente os indicadores regionais da educação no comparativo nacional.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas são reais ou não?

A Oradora: Em linguagem educativa, é o caso do aluno que está no fim da tabela avaliativa e o professor, aqui representado por alguma oposição, desvaloriza-o continuamente, não obstante o seu esforço, e empurra-o para baixo e até isenta-se de participar no debate, reservando-se à sua solidão de opinião!

Nós estamos conscientes dos indicadores,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não apoiado!

A Oradora: ... mas com a responsabilidade e o dever de apresentar soluções e puxar os nossos alunos e o nosso sistema educativo regional para cima.

Em março de 2016, o presidente do PS/Açores, Dr. Vasco Cordeiro, lançou um convite a todos os partidos e que foi reiterado a 8 de outubro de 2016: Concretização de um pacto para a educação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era! É como o pacto da autonomia!

A Oradora: Consideramos hoje estarem criadas as condições de um pacto para o futuro, como a certeza da estabilidade de recursos básicos no sistema educativo regional, como a construção e melhoramentos do parque escolar, a contratação e procedente estabilidade dos professores e um quadro inovador jurídico do sistema educativo regional, para de forma useira e vezeira, **vos convidar à materialização de um pacto para a educação, para o futuro dos Açores.**

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem mais um sapinho aqui dentro!

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Senhoras e Senhores deputados, sintam-se mais uma vez convidados e, já agora, se não for pedir muito, digam presente ao futuro dos Açores.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dizer presente ao futuro!

Deputado Francisco César (PS): Veja se aprende, Sra. Deputada!

A Oradora: Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais,

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só que isto aqui não é como o *facebook*! É um bocadinho diferente!

A Oradora: Há que encontrar respostas aos desafios de hoje e de amanhã. Este Governo apresenta-se hoje com um programa que não desiste da procura de respostas.

À Educação do século XXI, exige-se uma vida plena no mundo contemporâneo, que combine a pluralidade das habilidades adquiridas e intrínsecas ao aluno. Pelo que, para além das disciplinas nucleares, assumem particular importância a arte e o desporto, dimensões firmadas no objetivo do programa do Governo. Ademais, é a OCDE no seu relatório relativo à Educação em 2030, que contempla essas dimensões, e nos Açores este caminho é afirmado pelo PROSucesso, que assume-se como um instrumento dinâmico.

Temos sempre presente que para a afirmação de todos com direitos iguais, há crianças nas nossas escolas que merecem tratamento especial. Desde logo, pelos nossos princípios ideológicos e no sentido de cumprir as recomendações...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Todos com direitos iguais. Essa é uma boa fundamentação! Todos com direitos iguais!

A Oradora: ... das Nações Unidas para evitar a segregação destas crianças, pelo que realçamos a pretensão do Governo em desburocratizar os procedimentos inerentes ao Regime Educativo da Educação Especial.

Estimulado pela dinâmica das políticas educativas para este século, importa o reforço do programa PROSucesso, que está em sintonia com a estratégia europeia para a educação e formação, Europa 2020m, e que representa os pilares do sistema educativo que esta maioria acredita: A autonomia das Escolas; a competência e sensibilidade de professores e

funcionários escolares; o empenho e dedicação dos alunos à sua escala de mérito e a participação dos pais, assim como pela responsabilidade que cabe a todos.

A Educação do Século XXI para e com gerações onde a informação é parte do seu quotidiano só se afirmará aliando aos processos educativos uma cultura científica, inovadora e tecnologicamente inclusiva.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais,

O sucesso escolar passa, também, pela consciencialização e responsabilização de toda a comunidade em ligação a políticas educativas que valorizam a formação pedagógica e sócio emocional dos intervenientes na prática diária da escola e num modelo organizativo modernizador em que o aluno é o centro da ação, permitindo que a escola seja apelativa e o processo de ensino/aprendizagem esteja assente em processos pedagógicos inovadores e tendo a família estimulando o papel valorizador da escola. Estes são pressupostos estruturantes no programa em debate.

Estes elementos são essenciais para o fortalecimento da disciplina em ambiente escolar e, por conseguinte, também, do sucesso escolar.

Deputado Bruno Belo (PSD): Ainda vão inventar o limbo do futuro !

A Oradora: Quem, se afirma pelos Açores, pelo desenvolvimento humano, deseja 100% do sucesso escolar, nas suas diferentes vertentes.

Relembrando a este propósito o prólogo do documento PROSucesso e citando o seu autor, Sampaio da Nóvoa, ao intitular o mesmo com a frase “Para que os Açores sejam terra da educação e mar do conhecimento.”, permitam-me, prosaicamente, descrever, uma das raízes que restringe o sucesso escolar.

“Peça-se a um peixe para correr e a uma vaca para nadar”.

O resultado será o da minimização da capacidade do aluno. Mas se ao peixe se avaliar a sua capacidade de nadar e à vaca a sua capacidade de andar o sucesso terá garantia, porque o “aluno” deve ser o centro da Educação. Esta personificação dá expressão aos três eixos de ação prioritária do PROSucesso e que se pretendem reforçar: Foco na qualidade das aprendizagens dos alunos; Promoção do desenvolvimento profissional dos docentes e Mobilização da comunidade educativa e parceiros sociais.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais,

O princípio do sistema educativo regional, a educação pré-escolar, é um preditor determinante para o sucesso escolar. A universalização do pré-escolar que tem tanto de ambicioso e exigente que é o de garantir que todas as crianças, a partir dos 3 anos, frequentem a educação pré-escolar.

Hoje já está assegurado 100% da cobertura do pré-escolar nos 5 anos. O nosso objetivo, a médio prazo, é garantir a cobertura, primeiro, aos 4 anos, e seguido dos de 3 anos.

O ensino pré-escolar, base do desenvolvimento da criança, do seu autoconhecimento, da sua capacidade de criar e brincar, tem o compromisso deste Governo no reforço pela monitorização dos espaços e projetos educativos das instituições que acolhem as crianças e a revisão das orientações curriculares.

No Ensino Básico, no ensino regular, os dados conhecidos conferem-nos ainda mais confiança.

A taxa de conclusão do ensino básico regular é de 88,1%, pelo que já superamos as metas para 2020/2021.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já foi de 100!

A Oradora: Na taxa de abandono precoce de educação e formação que muito contribuiu para o engrossar dos jovens que não estudam, não trabalham ou estão sem formação, os dados conhecidos são estimulantes.

Se em 2011, 23% dos jovens açorianos entre os 15 e os 24 anos apenas tinha concluído o 2º ciclo, em 2014/2015 a taxa é de 17,4%.

A taxa de abandono precoce de educação e formação nos Açores era de 43,8%, em 2014 melhorámos para 32,8% e em 2015 voltamos a reduzir para 28,8%.

Vemos com agrado a opção deste governo em rever os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico e a respectiva matriz curricular.

Aliada à estratégia política está o rigor, competência e dedicação de alunos, professores, pais e funcionários escolares, que suportam a melhoria destes resultados. Se estamos satisfeitos com estes resultados? Sim, eles nos animam! Se este é o fim? Não. É um olhar para o futuro, melhorando e inovando com a sociedade, porque é o futuro dos Açores que está a ser avaliado.

Esta breve análise estatística demonstra que temos uma boa base para o futuro.

Por este caminho, o Governo dos Açores reforça a conquista do sucesso escolar de cada aluno, num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao desenvolvimento na qualificação das Açorianas e Açorianos e na diminuição das desigualdades.

Na concretização do rumo político de que “ninguém fica para trás” está a firme certeza que “todas as crianças são capazes de aprender”.

Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais,

Estamos certos que há bons motivos para não baixarmos os braços, bons motivos para melhorarmos e reforçarmos a nossa acção e em consequência estamos convictos que há boas razões para confiarmos!

Vamos ao trabalho!

Disse.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Nós vamos encerrar os trabalhos para almoço, mas vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de anunciar os tempos restantes.

Secretário: Então, aqui a minha contabilidade é a seguinte: o Governo Regional dos Açores tem 127 minutos 90 segundos; o Partido Socialista 188 minutos 97 segundos; o PSD 110 minutos 57 segundos; CDS-PP 41 minutos 18 segundos; Bloco de Esquerda 12 minutos 20 segundos; PCP 6 minutos 7 segundos; PPM 6 minutos 22 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado André Bradford, pede a palavra para solicitar a repetição dos tempos, não é?

Deputado André Bradford (PS): Se fosse possível, porque não conseguimos perceber no caso do PS.

Presidente: Muito bem.

Eu peço ao Sr. Secretário, que penso que foram os tempos do Governo e do PS que não se ouviram muito bem. Penso que os outros foram audíveis.

Secretário: Muito bem.

Então, o Governo Regional dos Açores tem 127 minutos 90 segundos e o Partido Socialista 188 minutos 97 segundos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Um bom almoço a todos. Regressamos às 15h.

Eram horas 13 e 05 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos. Agradeço que ocupem os vossos lugares para podermos retomar os nossos trabalhos.

Eram horas 15 e 05 minutos.

Vamos então continuar com as intervenções de tribuna. A próxima cabe ao PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Começo por saudar a senhora Presidente e, na sua pessoa, as senhoras e os senhores Deputados, bem como o senhor Presidente do Governo Regional, e as senhoras e os senhores Secretários Regionais, expectante de que, em conjunto, trilharemos um caminho profícuo em prol do futuro das Açorianas e dos Açorianos, que em nós depositaram a sua confiança.

Com um espírito livre e um olhar construtivo, mas sempre crítico, venho a esta tribuna tecer algumas considerações sobre as políticas de Educação versadas no Programa do Governo que nos é aqui proposto.

Na sociedade em que hoje vivemos, o saber é um bem inestimável, pelo que o conhecimento proporcionado pela Educação ao longo da vida deve ser encarado como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, aptidões e da sua capacidade de discernir e de agir. Saber é poder e a Educação é mais que uma simples aquisição de saber.

Citando Nelson Mandela, “Educação é a mais poderosa arma pela qual se pode mudar o mundo”.

A Educação é o pré-requisito elementar para o desenvolvimento político e económico, para a democracia e para a igualdade social. Não haja qualquer

dúvida: mais educação leva a maior participação política, pelo que o combate ao abstencionismo eleitoral passa certamente por termos uma geração de açorianos mais qualificada!

A Educação é o pilar fundamental para o desenvolvimento da nossa Região, razão pela qual é necessário dar prioridade ao investimento público neste setor e encontrar formas mais eficientes de mobilização dos recursos financeiros disponíveis, de modo a que se assista a uma melhoria efetiva da qualidade educativa e se previna o insucesso escolar e o abandono escolar precoce.

Ao longo dos últimos anos assistiu-se ao aumento da despesa pública nos sucessivos orçamentos da Região no setor da Educação. No entanto, a realidade diz-nos que continuamos a ser os primeiros dos últimos nesta área, a nível nacional e da União Europeia.

Com que orgulho podemos afirmar que a taxa de abandono escolar precoce na Região é de 29%, quando ela representa mais do dobro da média nacional? Com que satisfação podemos dizer que apresentamos as taxas mais altas do país, seja em relação aos alunos matriculados no 9.º ano de escolaridade nos Açores que não concluíram o 3.º ciclo do ensino básico, seja em relação aos alunos matriculados no 12.º ano de escolaridade que não concluíram este nível de ensino?

E como explicamos o facto de nos Açores 22,2% dos jovens, com idade entre os 15-34 anos, não estarem a frequentar o ensino nem qualquer outra formação e não estarem empregadas? Que explicação poderemos ter para que esta taxa represente quase o dobro da média nacional?

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores está manifestamente preocupado com estes resultados.

Somos da opinião de que a melhoria dos resultados só se atingirá mediante o desenvolvimento de uma cultura escolar de cooperação, ajustada às características da Região, assente em princípios norteadores, entre os quais destacamos:

(i) O Alargamento da autonomia das escolas, celebrando contratos de autonomia com cada escola, com objetivos e metas quantificáveis e permitindo a flexibilização do projeto educativo ao contexto socioeconómico da comunidade educativa em causa.

Citando o ilustre sociólogo francês Émile Durkheim, “A Sociedade e cada meio social particular determinam o ideal que a educação realiza”.

(i) A Proximidade entre todos os agentes educativos, em particular fomentando um maior envolvimento dos pais.

Mas para que os pais sejam capazes de influir nas respetivas tomadas de decisão, será necessário certamente promover programas de formação e qualificação para esses pais.

Em 2013, a Eurostat publicava um estudo realizado nos 28 países da União Europeia, comparando o nível de escolaridade de adultos entre os 25-29 anos de idade com o dos respetivos países. Portugal era dos países em que persistia baixos níveis educativos em 68% da população inquirida.

Urge quebrar este “canal” de transmissão das desigualdades sociais para que possamos ter uma geração qualificada.

O Governo Regional, nesta sua proposta de Programa de Governo, apresenta como um “ambicioso objetivo” a sua intenção de atingir os 100% da taxa de pré-escolarização, a partir dos 3 anos.

Este objetivo não poderá ser qualificado de ambicioso. Pois já devia ser uma realidade de hoje e demonstra a falta de ambição durante muito anos, em prejuízo da sociedade açoriana.

Conforme demonstram os mais variados estudos científicos, as primeiras fases da educação devem ser privilegiadas, a fim de prevenir não só o insucesso escolar precoce, e as consequências daí advenientes na fase adulta (emprego, renumeração, prevenção de criminalidade, saúde), como também constitui uma forma de colmatar as desigualdades sociais e de promover uma maior igualdade de oportunidades, essencialmente junto dos mais desfavorecidos.

Apraz-nos constatar que o Governo Regional se propõe rever o Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básicos e Secundários, “estabelecendo a periodicidade anual dos concursos e alterando a obrigatoriedade de permanência num lugar do quadro por um período de 3 anos”. Perdeu-se algum tempo, desnecessariamente, em adotar esta medida, por mera teimosia política. O modelo atual, com a quadrienalidade de concursos provoca a precariedade, a injustiça e a desmotivação dos profissionais do ensino.

É necessário que continuemos a encarar a Educação como um contexto vivo no qual os alunos, pais, professores, comunidade educativa são peças fundamentais. Vamos estar atentos à execução das políticas aqui propostas e aos seus resultados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Quantos pais? E as mães?

A Oradora: Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Investir na Educação é investir no desenvolvimento das nossas ilhas. Investir na Educação é abrir uma porta com vista à dinamização da criação de emprego, mas para uma geração qualificada.

Investir na Educação é garantir um caminho sólido e seguro para o futuro dos Açores, mas para que o futuro se faça presente é necessário lutar!

Os Açorianos fizeram a sua opção em eleições livres e democráticas. Encarregaram uns de governar e outros de fiscalizar a ação governativa.

Com empenho e determinação, iremos escrutinar, fiscalizar a governação socialista, e iremos apresentar propostas para uma melhor Educação. Para uma Educação de sucesso.

Apelamos à necessidade de desenvolver um trabalho em parceria, que privilegie a troca de olhares e saberes e que transforme dúvidas em reflexões e reflexões em resultados, citando a célebre frase “A educação é o passaporte para o futuro, mas o amanhã pertence aos que se preparam para ele hoje”.

Disse.

Deputado Duarte Freitas (PSD:) Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos então à próxima intervenção, pertence ao Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Subir a esta tribuna para falar de Cultura, no início de uma nova Legislatura e no âmbito da discussão do programa do XII Governo Regional dos Açores, é, permitam-me o desabafo, um enorme privilégio. Não que o termo privilégio – esclareçamo-lo desde já – se aplique (ou deva aplicar) à Cultura. A Cultura não

deverá ser, em caso algum, um privilégio, deverá ser-nos tão inerente como beber ou respirar,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem sido um privilégio nos Açores só para alguns!

A Oradora: ... e todos (julgo) pugnamos pela sua democratização, seja ao nível da produção cultural, seja no acesso a ela. O que é um privilégio, na verdade, é vivermos numa região que, ao contrário de cenários a que o nosso país assistiu num passado ainda recente, considera a Cultura um dos pilares do seu desenvolvimento.

Por definição, e em todas as suas aceções, a Cultura remete sempre para um território ilimitado, feito de memória, de vivência quotidiana e de construção do futuro. Ilimitado também pela sua plasticidade, e, muitas vezes, pela sua intangibilidade. Se Cultura é uma peça concreta do espólio de Francisco de Lacerda ou a edição em papel dos *101 Poemas Escolhidos* de Emanuel Félix, é o igualmente o teatro levado à cena pela Jangada ou uma atuação do grupo folclórico de São José da Salga. Os Açores são atravessados por esta riqueza cultural ímpar, tão diversa quanto indivisa, que vai da solidão criativa do pintor à alegria partilhada da filarmónica.

O presente programa de Governo pretende chegar, pois, a todas estas vertentes, através de cinco grandes objetivos, a saber: o de promover, divulgar e entender o nosso património Móvel, Imóvel e Imaterial; o de apoiar e promover os Agentes Culturais e Criativos da Região; o de incrementar a Divulgação de Conteúdos Culturais sobre os Açores; o de potenciar a criação de novos públicos; e o de fomentar o gosto pelo Livro e pela Leitura. Atente-se igualmente a uma crescente preocupação interdepartamental, uma vez que – e não há como situá-la de outra forma – a Cultura se estende às diversas áreas.

Não será de mais lembrar que, ao longo dos últimos anos mas sempre com o olhar lançado ao futuro, vimos consolidada e ampliada a nossa rede de

equipamentos e infraestruturas culturais e renovado o nosso paradigma museográfico...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga quais são!

A Oradora: ... (que, como se percebe neste Programa, se inclina crescentemente para um conceito mais integrado e verdadeiramente regional), conhecemos um novo regime jurídico de apoio às atividades culturais (mais condizente com os tempos e as necessidades dos agentes do sector, mas, como também está previsto, passível de ser aperfeiçoado), assistimos a uma descentralização mais vincada, e que deverá ser fortalecida e consolidada, da oferta cultural, bem como ao lançamento de uma agenda cultural online, que, naturalmente, carecerá sempre de ajustes e atualizações. O período económico conturbado que atravessámos a nível nacional, muito marcado por políticas autoritárias (“austeritárias”) de uma direita incontente,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... não fez – nem tão-pouco fará – abrandar os Açores na sua luta pela Cultura e na sua aposta em políticas culturais impulsionadoras de progresso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Talvez umas chapadas fosse melhor!

A Oradora: Nos Açores, mesmo em contextos muito adversos, pautamos sempre a nossa ação pela certeza de que (e lembro aqui, uma vez mais, o historiador Victor de Sá) “sem Cultura, o Homem é um vassalo, não um cidadão”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era uma taponia!

A Oradora: Nos próximos quatro anos, a aposta e a determinação não podem ser inferiores, nem subtrair-se aos movimentos dos tempos, o que resulta claro dos objetivos e medidas elencadas neste programa. É por isso fundamental valorizar, como está expressamente previsto, as novas tendências culturais de intervenção urbana; prosseguir a atualização e divulgação dos nossos conteúdos

culturais através de ferramentas de comunicação online; proporcionar melhores condições para o contacto com dinâmicas culturais externas, trabalhando igualmente no sentido de aumentar a mobilidade, tanto dos bens como dos agentes culturais, dentro e fora do arquipélago, e potenciando a integração em redes de parcerias culturais de âmbito internacional; fomentar a utilização dos espaços públicos pelos agentes e artistas, para que ali possam desenvolver, com condições físicas e técnicas adequadas, os seus projetos; divulgar, de forma eficaz, informação relevante sobre concursos, intercâmbios e oportunidades de trabalho na área cultural, quer no país, quer no estrangeiro.

Realce-se ainda a criação do “Passaporte Cultural”, como facilitador de acesso aos equipamentos e incentivo à frequência de eventos culturais, e a adoção de medidas que acompanham os objetivos do Programa ProSucesso. Têm estas medidas por principal meta a Promoção e Criação de Novos Públicos, entroncando num outro grande objetivos deste Programa, o de Promoção do gosto pelo Livro e pela Leitura.

Há dias (e perdoem-me se não fui capaz de resistir a mais esta citação), disse o poeta insular (madeirense) José Tolentino Mendonça, na sua crónica semanal, que “uma das grandes virtudes que precisamos reencontrar é a arte do espanto, pois é verdadeiramente por aí que tudo começa”. É esse assombro do espanto, esse sobressalto interior que pretendemos provocar nos mais jovens (uma espécie de clarão que – consintam-me esta consideração – as artes e a cultura conferem de forma única e lapidar), fazendo-os (aos jovens) desde cedo consumidores de cultura. Mas também nos menos jovens, que podem e devem fruir da cultura de forma cada vez mais fluida e natural. “O espanto obriga-nos a uma revisão do que sabemos de nós próprios e do mundo”, diz ainda Tolentino Mendonça – e essa é, por excelência, dizemos nós agora, a inquietação que o acesso à Cultura deve ser capaz provocar em cada um de nós.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há democracia sem cultura. Não há igualdade sem cultura. Não há liberdade sem cultura.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Um Governo que, desassombradamente, pretende ver implementados, no plano cultural, estes objetivos e estas medidas é um Governo comprometido com a Cultura, com a democracia, com a igualdade, com a liberdade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em que ilhas?

A Oradora: É um governo comprometido com a nossa riqueza histórica e patrimonial, com os agentes atuais e com as expressões contemporâneas, com um labor cultural que projeta os Açores no mundo e que traz o mundo para os Açores. É um governo comprometido, ao mesmo tempo, com a memória dos que nos antecederam, com os Açorianos e as Açorianas de hoje (conferindo-lhes ferramentas sólidas de análise do mundo, de criação e de fruição), mas também com aqueles que chegarão depois de nós. É um governo comprometido com a luta incessante por uns Açores culturalmente mais desenvolvidos, o mesmo é dizer, por uma sociedade sempre mais sólida e mais justa.

Deputados Francisco César e André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados do PS)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que concordo com a intervenção da Sra. Deputada Renata Botelho quando diz que a cultura não deve ser um privilégio, não deve ser um privilégio de classe social, não deve ser um privilégio de território,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nem de ilha!

O Orador: ... e a verdade é que foi e continua a ser um privilégio. Não deve ser, mas continua a ser um privilégio de alguns em que existem também alguns que ficam de fora, que é o caso da ilha do Corvo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

O Orador: O projeto museológico da ilha do Corvo está em implementação há dois anos e o próprio Governo diz no Programa do Governo que “Os Açores possuem uma rede regional de museus composta por quatro museus regionais, quatro museus de ilha e o eco museu do Corvo”.

Bem, devo dizer o seguinte. Durante muito tempo, a solução orgânica que foi encontrada pelos governos do Partido Socialista foi criar um museu comum, Flores e Corvo, em que a gestão era realizada nas Flores e o museu estava nas Flores e o do Corvo tinha uma manta (uma manta!). Ora bem, isto durou quase 40 anos e agora temos um outro problema. É evidente que o edifício está a ser construído, o edifício do museu do tempo, um investimento de 249 mil euros. Mas há uma coisa que é importante referenciar, é que a estrutura orgânica, porque eu não sei, é o tal espanto que a Sra. Deputada falava, nós já estamos espantados: pode ser criado um museu do Corvo nas Flores.

Portanto, eu estou sempre à espera de me espantar com algumas políticas e nesse sentido estava no projeto do eco museu prevista uma estrutura orgânica. Isto foi feito por parte do Governo, só que não foi implementado, já está aqui previsto há três anos. O que eu pergunto ao Governo Regional é se esta estrutura orgânica vai ou não vai ser criada e se a gestão é assegurada a partir do Corvo, por esta estrutura orgânica que estava prevista no vosso projeto?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): O senhor tem que fazer perguntas é a quem fez a intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(*Pausa*)

Julgo não haver.

(*Pausa*)

Sras. e Srs. Deputados, julgo não haver inscrições, portanto vou passar à última intervenção de tribuna sobre esta matéria.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O PS não tem falta de tempo!

Deputado César Toste (*PSD*): Exma. Sra. Presidente, Exmo. Sr. Presidente do Governo e respetivos secretários, Exmo. Senhores Deputados

Minhas Senhoras e meus senhores:

Haja saúde a todos.

Nesta primeira intervenção permitam-me desejar o melhor trabalho em prol dos açorianos à Sra. Presidente da Assembleia, Sra. Ana Luís, ao Sr. Presidente do Governo, Sr. Vasco Cordeiro, e seus secretários, a todos os colegas deputados e ao inúmero staff desta casa da autonomia.

A minha intervenção centrar-se-á na análise do plano do governo no âmbito da cultura. E nesta permitam-me antes de tudo congratular o senhor secretário, Dr. Avelino Meneses, pela sua nomeação, também ele lajense e homem da cultura.

Nesta área, todos concordamos que os Açores são um marco a nível nacional e internacional. Numa dispersão geográfica de nove ilhas, entrar em cada uma delas é respirar a alma de um povo que brota cultura que o identifica e torna único.

Da análise do programa proposto constatamos um conjunto de objetivos e medidas vasto e que cobre muitas áreas. Do mote “a força da tradição e a pujança da criação” passou para “a moderna tradição da criatividade” onde constato mecanismos criados importantes.

No entanto, permitam-me que vos chame a atenção para a necessidade da maior transversalidade da Cultura no âmbito dos Açores para enfrentar os desafios do futuro. Cultura, turismo, ambiente devem ser prioritárias para esmiuçar medidas mais práticas e eficazes para que o que apresentamos a quem nos visita não fique redutor a alguns pontos de cada ilha.

Mais do que criar permitam que vos sugira a palavra aproveitar.

Aproveitar o que já existe e é do melhor. Todos nós sabemos disso.

Aproveitar, valorizar e enriquecer.

Aproveitar para não deixarmos de ser quem nós somos.

Sendo natural do monte e não das cidades, como diz o povo, permitam-me chamar-vos para a cultura que nasce espontaneamente do seio das nossas localidades. Este é o produto que intercala cultura, turismo e ambiente de forma natural, em todas as ilhas.

Minhas senhoras e senhores:

Legitimamente eleitos, permitam-me que vos chame a atenção para – Valorizar a cultura do povo de cada localidade dos Açores. Pode e merece ser mais aproveitada. Existem mecanismos de apoio. É verdade. Mas mais do que dar dinheiro é preciso ver em cada localidade os seus pontos fortes, pois eles são a nossa verdadeira identidade.

Termino salientando que a minha postura e do PSD será de manter uma oposição positiva, uma crítica construtiva e uma proposta alternativa. Nesta área como em todas as outras, mais do que o governo do PS ou a oposição do PSD, e dos restantes, o que importa é o bem-comum dos Açores.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, damos por encerrado este tema do nosso debate. Passamos para a intervenção do Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*): Exm^a. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Exm^o. Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia, quero apresentar a si, Sra. Presidente, um cumprimento especial e em seu nome cumprimentar, mais uma vez, as Sras. e os Srs. Deputados e desejar a todos um bom trabalho nesta legislatura que agora se inicia, para bem das nove ilhas dos Açores, dos açorianos e de todos aqueles que escolheram viver na nossa região.

Ao assumir a responsabilidade de tutelar as pastas do Mar e das Pescas, da Ciência e da Tecnologia, faço-o com a plena consciência da responsabilidade que este cargo significa, mas também com o entusiasmo de querer dar o meu

contributo para o desenvolvimento e para a consolidação destas áreas determinantes para os Açores.

O Programa do XII Governo para estes setores procura responder a três grandes desafios prioritários:

1. O aproveitamento do enorme potencial que o Mar nos oferece para o desenvolvimento sustentável das comunidades costeiras e das atividades tradicionais e emergentes;
2. O aumento e a diversificação do rendimento das famílias e das empresas que exercem atividades ligadas ao Mar;
3. E a afirmação da competência e da atratividade dos Açores como centro de excelência para o desenvolvimento de atividades de investigação, desenvolvimento e inovação e para a criação de empresas inovadoras em áreas relevantes do conhecimento a nível regional, nacional e global.

E a resposta a estes desafios assentará em cinco vetores-chave:

1. A Sustentabilidade das políticas e medidas a empreender, conjugando as suas valências ambiental, económica e social;
2. O Conhecimento, promovendo a produção e transferência de conhecimento em todas as áreas prioritárias da economia regional, e, em particular, na vasta área do Mar;
3. A Inovação, facilitando a conversão de ideias e conhecimento em soluções e medidas de valor acrescentado, capazes de gerar, de forma sustentada, ganhos significativos no tecido produtivo regional;
4. A Cooperação, reforçando as parcerias e o trabalho em rede entre a administração regional, os agentes económicos e sociais e as instituições do sistema científico e tecnológico regional;
5. E a Qualificação, dando resposta às necessidades para as profissões relacionadas com atividades tradicionais e emergentes ligadas ao Mar, mas,

também, promovendo a formação avançada de quadros regionais e a sua ligação ao tecido empresarial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são uma região singular no que ao Mar diz respeito, pela extensão e localização geográfica, pela diversidade de ecossistemas e pelo potencial de descoberta que ainda encerra. Queremos, por isso, valorizar cada vez mais este recurso tão determinante na nossa identidade coletiva, enquanto região insular e ultraperiférica.

Devemos, para isso, reforçar a aposta no reconhecimento dos Açores como centro de excelência aos níveis nacional e internacional nas áreas da investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico, ligadas às Ciências do Mar, fomentando o trabalho em rede, a interdisciplinaridade e as parcerias com entidades exteriores à Região.

Este Governo pretende continuar a conjugar o conhecimento científico com políticas de apoios e incentivos para que sejam criadas condições atrativas para o desenvolvimento sustentável de novas atividades económicas, como a aquacultura e a biotecnologia marinha, e redobrar os seus esforços para a consolidação das atividades marítimas tradicionais, como as pescas ou o turismo náutico e costeiro.

As Pescas assumem-se nos Açores como um setor de grande importância social, cultural, ambiental e económica, sendo a atividade que mais impacto tem sobre os recursos marinhos. Sabemos que a situação deste setor exige uma ação política consistente e determinada. E devemos, para isso, prosseguir a estratégia para a melhoria do rendimento e sustentabilidade desta atividade na Região, com base no conhecimento e em diálogo com todos os parceiros do setor.

Como saberão, esta semana chegou de Bruxelas uma boa notícia para o setor das pescas da Região: os Açores conseguiram manter a quota do goraz nas 507

toneladas para o próximo biénio. Foi uma vitória para a Região e para os pescadores açorianos, que não teria sido possível se não estivéssemos munidos de estudos científicos sobre esta espécie. Este é um bom exemplo da importância do conhecimento científico produzido nos Açores e da sua interligação com a atividade económica.

Este Governo pretende continuar a cumprir o objetivo da gestão dos nossos recursos marinhos de forma precaucionaria e sustentável,...

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: ... contando para isso com o importante contributo da nossa Universidade e dos Centros de Investigação. Só desta forma se poderá garantir a estabilidade das capturas à nossa comunidade piscatória.

Pretendemos dar continuidade às medidas do documento estratégico “Melhor pesca, mais rendimento”, tendo em vista pescar menos e vender melhor, garantindo o respeito pelos recursos existentes e, simultaneamente, um rendimento digno para os profissionais da pesca.

Pretendemos ainda promover a formação profissional dos pescadores e agentes do setor no sentido de se atingirem melhores práticas de segurança, manuseamento, processamento e conservação de pescado a bordo.

Acreditamos que a Escola do Mar dos Açores terá um papel importante na formação dos nossos pescadores, mas também na formação de jovens em profissões do mar em áreas em expansão, como as atividades marítimo-turísticas, ou em profissões emergentes, relacionadas, por exemplo, com a monitorização ambiental. Esta será uma escola que queremos abrangente, moderna, dinâmica e capaz de gerar emprego qualificado na economia do mar.

Queremos continuar a desenvolver políticas de fortalecimento do setor das pescas, um setor que é responsável por cerca de 20% das exportações regionais.

Acreditamos que os próprios armadores e pescadores, através das suas associações, devem ter um protagonismo crescente.

O novo Quadro Comunitário de Apoio, através do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, prevê um financiamento global de cerca de 74M€ até 2020, dos quais 4,7M€ destinam-se a medidas de desenvolvimento local de base comunitária. Para este efeito, serão brevemente criados os Grupos de Ação Local de Pesca — os chamados GAL Pesca —, constituídos por agentes locais que são responsáveis por propor e implementar estratégias e medidas de desenvolvimento no respetivo território.

Através deste mecanismo, o Governo dos Açores pretende fomentar uma estratégia de desenvolvimento local que tenha em conta as realidades específicas de cada uma das comunidades costeiras das nossas ilhas, criando novas fontes de rendimento para os pescadores, através de novos projetos e negócios complementares à pesca.

Os investimentos realizados em infraestruturas portuárias e os equipamentos de apoio à pesca, como casas de aprestos, lotas e entrepostos frigoríficos, são de extrema importância para assegurar boas condições de operacionalidade aos pescadores açorianos, contribuindo, desta forma, para o aumento da sua produtividade e, conseqüentemente, dos seus rendimentos.

Nesse sentido, este Governo irá continuar a investir na manutenção da nossa rede de portos e de infraestruturas de apoio à pesca, mantendo também a colaboração com as associações da pesca e autarquias na gestão destas infraestruturas. Aqui gostaria de salientar a reestruturação dos serviços de apoio ao pescador pela LOTAÇOR, em articulação com as associações do setor.

Ainda na área das Pescas, gostaria de referir que a gestão sustentável dos recursos pesqueiros não pode ser dissociada de uma fiscalização eficaz, bem como do controlo das medidas de gestão implementadas.

Este Governo pretende reforçar a coordenação regional da fiscalização do Mar dos Açores com a Marinha, a GNR e a Força Aérea, e continuar a apostar na utilização de meios tecnológicos para melhorar a eficácia da atividade inspetiva.

Pretendemos continuar a combater a fuga à lota, fiscalizando o cumprimento da legislação vigente, designadamente o novo regime da primeira venda de pescado fresco.

Prevê-se também a implementação de medidas de fiscalização, de vigilância e de monitorização das atividades marinhas no Parque Marinho dos Açores.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta Região é e quer continuar a ser um exemplo no que respeita à conceção e execução de medidas de monitorização e proteção do ambiente marinho.

Os programas de monitorização ambiental são, por isso, uma prioridade para este Governo. É nosso objetivo continuar com os programas de monitorização dos recursos pesqueiros, das variáveis oceanográficas ou das áreas marinhas protegidas e da biodiversidade, já que eles são fundamentais no apoio à decisão e à definição de estratégias de gestão de longo prazo, bem como para o cumprimento de obrigações da Região no âmbito das políticas marítimas nacionais e europeias.

Na componente internacional, estaremos presentes nos fóruns que interajam com a Política Marítima Integrada da Europa, dando especial atenção à implementação da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha” e da Política Comum das Pescas, mas também às iniciativas dirigidas para o 'Crescimento Azul'.

A nível regional, vamos continuar a promover iniciativas de educação e sensibilização ambiental, como é o caso da campanha “SOS Cagarro”, uma iniciativa que é um sucesso a nível nacional e que este ano teve mais valências, nomeadamente as brigadas científicas e a promoção turística.

Daremos também especial atenção à promoção do Plano de Ação para o Lixo Marinho dos Açores, em todas as suas valências, incentivando, em particular, a separação e o tratamento de lixos produzidos a bordo, o que felizmente já começa a ser prática corrente nalgumas embarcações.

Vamos também continuar a responder aos desafios impostos pelas alterações climáticas e riscos naturais na orla costeira do arquipélago, salvaguardando a segurança das pessoas e bens e, simultaneamente, valorizando as diversas valências daquelas zonas.

Para tal, este Governo irá prosseguir as intervenções para a proteção das zonas costeiras, especialmente aquelas que estão identificadas como mais vulneráveis aos riscos de erosão e onde a ocupação do território é mais intensa.

Simultaneamente, em parceria com outros serviços da administração pública, iremos implementar sistemas de monitorização de zonas costeiras onde os riscos de erosão são conhecidos e a vulnerabilidade das pessoas e bens é elevada, permitindo a mitigação dos impactos por sistemas de alerta em tempo real.

Gostaria ainda de salientar que, na gestão de riscos em zonas urbanas costeiras, é fundamental estabelecerem-se parcerias com as autarquias, e com outras instituições públicas relevantes e com competências na matéria.

A prevenção e a mitigação dos riscos decorrentes da erosão costeira exigem que sejam implementadas medidas de ordenamento de território no quadro dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). No entanto, há que continuar o processo de revisão e atualização destes instrumentos de gestão costeira, coordenando com as entidades com competências na matéria, e de forma integrada com outros regimes de gestão territorial, designadamente da reserva ecológica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo Regional nesta legislatura vai manter e reforçar as linhas políticas estratégicas que promovam a Ciência, a Inovação e a Tecnologia e que coloquem, assim, os Açores como uma região de referência nestas matérias.

A proposta de Programa de Governo no que respeita a estas áreas apresenta três objetivos principais:

- estabilizar o financiamento ao sistema científico regional;
- potenciar o surgimento de processos de transferência de conhecimento;
- e fomentar e potenciar a internacionalização dos projetos de base tecnológica e científica.

Este Governo propõe continuar a apostar na promoção eficaz e no desenvolvimento efetivo da cultura científica nos Açores, através do apoio aos nossos centros de investigação e aos nossos centros de ciência, garantindo a proliferação de projetos de investigação e projetos de inovação de base tecnológica, bem como a criação de condições para a qualificação do capital humano.

Ao ter consciência da importância da cooperação e da criação de parcerias com a Universidade dos Açores, o Governo Regional abre as portas à concertação estratégica das políticas dirigidas à transferência de conhecimento para o tecido económico, assente nas áreas definidas na Estratégia Regional de Especialização Inteligente, a RIS3, à investigação aplicada e fundamental, bem como à inovação empresarial.

Ainda nesta matéria, e considerando o contributo da Universidade dos Açores para o desenvolvimento equilibrado das nossas ilhas, este Governo irá também continuar a apoiar a organização tripolar desta instituição de ensino superior.

Defendemos que devemos contribuir para a criação das condições necessárias para que os processos de transferência de conhecimento sejam mais fáceis e eficazes.

Este é o papel facilitador do Governo, onde infraestruturas como os parques tecnológicos de São Miguel e da Terceira, e o Centro Aquacultura dos Açores a ser instalado aqui na Horta, são pontos-chave para a criação de novas dinâmicas na inovação empresarial na Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Graças a Deus!

O Orador: Aqui, importa também explorar as extraordinárias condições de investimento existentes para atrair e fixar empresas em áreas estratégicas e inovadoras que potenciem a fixação de capital altamente qualificado e o desenvolvimento económico da Região.

Deputado André Bradford (PS): Muito Bem!

O Orador: Paralelamente, os Açores pretendem consolidar e potenciar cada vez mais a sua centralidade geográfica, nomeadamente em áreas científicas cuja importância se traduz já em diversas infraestruturas e projetos aqui instalados, nomeadamente no que diz respeito a áreas como o Espaço, as Alterações Climáticas, a Vulcanologia ou o Mar Profundo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Isso tem sido feito!

O Orador: Este Governo está empenhado em promover a instalação, nos Açores, do Azores International Research Center, um centro de investigação internacional que trará uma dimensão científica e de negócios muito importante em áreas como o Espaço, a Energia, ou os Oceanos, e que irá beneficiar das infraestruturas existentes no arquipélago, que contaram com investimentos, alguns deles, do Executivo açoriano.

Este é um projeto que, ao concretizar-se, irá mudar por completo a relevância dos Açores e do país no contexto da investigação internacional.

Neste sentido, queremos aproveitar sinergias e potenciar o surgimento de um espaçoporto nos Açores para o lançamento de microssatélites, e que atrairá investimento internacional. Gostaria ainda de referir que o Governo dos Açores irá continuar a trabalhar em articulação com o Governo da República para que a instalação do Observatório Internacional dos Oceanos, aqui na cidade da Horta, seja uma realidade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em linhas gerais, são estes os grandes objetivos do Governo para as áreas do Mar e das Pescas, da Ciência e da Tecnologia. Estamos convencidos de que com trabalho, dedicação e diálogo será possível concretizá-los. Para isso, precisamos de todos.

Sabemos que os desafios e os constrangimentos são reais e temos de contar com eles, mas temos grande esperança nas potencialidades da nossa Região e queremos encarar o futuro com otimismo.

Este é um momento particular para os Açores. Saibamos aproveitar as oportunidades e concentrar esforços a bem do desenvolvimento económico sustentável das nove ilhas deste arquipélago.

Vamos renovar a nossa ambição. Vamos mudar os Açores!

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Membros do Governo e dos Deputados do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem uma inscrição. Agradeço, no entanto, que também se vão inscrevendo.

Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como é sabido, o setor das pescas é muito importante para a economia dos Açores, quer pelo peso que tem no Produto Interno Bruto, quer também pelo impacto que tem no emprego.

Deputado Bruno Belo (PSD): Esse papel é de há quatro anos?

O Orador: Dentro deste setor, a pesca do goraz é uma das mais relevantes para o rendimento dos pescadores, sobretudo em algumas ilhas.

Em 2015, mais de 8,6% das capturas nos Açores era realmente desta espécie, enquanto em termos de rendimento, o goraz representou quase 23% do valor total das capturas registadas em primeira venda.

Em algumas comunidades piscatórias este tipo de pesca ainda assume uma importância maior com implicações na viabilidade de muitos armadores e, conseqüentemente, na subsistência de muitos pescadores e das suas famílias.

Deputado Bruno Belo (PSD): Trouxeste o papel errado, José Ávila!

O Orador: Em 2015, na Graciosa, 82% do valor das capturas em lota provinha do goraz; nas Flores, esse valor era de 41,3%; na Terceira, mais de 36%; no Faial, 30%; e no Corvo, o valor do goraz representava 20% do valor total das capturas.

Como se poderá perceber, estas comunidades piscatórias dependem em muito desta espécie e, como tal, foram as que mais sofreram com os cortes abruptos decididos, em 2014, para os 2015 e 2016.

Registo a minha admiração pelos pescadores,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... pelas entidades associativas e também pelo Governo, devido ao papel que desempenhou neste processo. Perante este enorme constrangimento, souberam procurar alternativas para minimizar os impactos negativos que se fizeram sentir.

No início desta semana, o Conselho das Pescas da União Europeia decidiu, e, quanto a mim, muito bem, manter a cota do goraz nas 507 toneladas, abandonando a proposta de novos cortes para 2017 e 2018, que era de 12% para cada um destes anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era!

O Orador: Sabemos que em todo este processo houve um grande empenhamento do Governo Regional dos Açores, o anterior e o atual, sejamos justos, nestas difíceis negociações e por isso quero aqui, pessoalmente e em

nome do Grupo Parlamentar, felicitar o Sr. Secretário Regional pelo excelente trabalho desenvolvido sobre esta matéria, que foi crucial para a classe piscatória dos Açores.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

O Orador: Pedia ao Sr. Secretário que esclarecesse esta Câmara que plano de gestão vai ser traçado para esta espécie, nomeadamente a questão dos tamanhos mínimos e a criação de zonas de proteção. Gostaria também que nos esclarecesse que impacto poderá ter a redução das capturas do alfonsim e do imperador, também anunciadas no princípio desta semana. Por outro lado, perguntava também se a pesca assessória de tubarões de águas profundas é uma boa notícia para os açorianos e, por fim, pergunto que impactos poderão ocorrer nas comunidades piscatórias com a execução do GAL pesca.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, logicamente que o facto de não termos perdido cota nas negociações é sempre algo a ressaltar e, neste sentido, devo dizer que acaba por ser também uma boa notícia para todos os pescadores açorianos.

A questão que eu gostaria de colocar ao Sr. Secretário tem a ver com o seguinte. O Governo reconhece a existência de sobrepescas com grande impacto nas economias costeiras, admitindo a necessidade de que as unidades populacionais de peixe devem ser repostas. Esta constatação faz-nos perguntar se o Governo vai aplicar o plano de gestão cauteloso que aprovou a redução do esforço da

pesca com suspensão temporária da atividade e com compensação financeira dos afetados?

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção, gostaria de saudar a Sra. Presidente, as Sras. e os Srs. Deputados, o Sr. Presidente do Governo e os Membros do Governo.

Sr. Secretário, relativamente às pescas e sendo este um setor tão importante para o desenvolvimento económico da região, gostaríamos de esclarecer algumas questões.

Sem dúvida que a valorização do pescado e da fileira da pesca são objetivos que temos de alcançar por forma a aumentar a rentabilidade deste setor. Contudo, não podemos falar da valorização do pescado sem falar de um sistema de transportes eficaz, rápido e competitivo, que permita aos pescadores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... escoar o pescado em tempo útil e que a disponibilidade de transporte seja coincidente com a altura de maior volume de captura.

Assim, a questão que se coloca é em termos de modelo de transportes, qual a solução apresentada que garante aos pescadores colocar o seu pescado no mercado nacional e internacional num período não superior a 24 e 48 horas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ora aí está!

Deputado André Bradford (PS): Isso é para a área dos transportes, não é neste debate!

A Oradora: É claro que isto envolve a área dos transportes, mas as várias secretarias não são estanques e têm que trabalhar em conjunto e isto é uma resposta que esta secretaria tem de dar aos pescadores, no meu entender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: No Programa do Governo prevê-se também a implementação de um programa de reestruturação da frota de pesca. Como será feita esta reestruturação? Que embarcações serão abatidas? As dos pescadores que vão para a reforma? Quais as embarcações que melhor servem a nossa região?

Para finalizar, é com agrado que vemos como uma das medidas deste Programa do Governo implementar, ao nível de ilha, planos de gestão de recursos e os do território marinho envolvendo os vários utilizadores. Assim, relativamente ainda à questão da cota desta espécie, perguntamos se existem algumas garantias de que os dados científicos enviados serão, finalmente, em janeiro, reconhecidos pela União Europeia? A gestão desta cota será feita por ilha, salvaguardando, assim, as capturas?

Termino perguntado se a Universidade dos Açores será também parceira da Escola do Mar.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Sr. Secretário, penso que vai usar então da palavra.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou começar pelo Sr. Deputado José Ávila. Agradeço as suas palavras e as suas questões.

No que aos planos de gestão do goraz diz respeito, para já, já existe uma série de medidas de gestão que vinham de trás e que nós tencionamos manter, nomeadamente os tamanhos mínimos, as áreas de reserva às artes de palangre junto às ilhas, que, para embarcações maiores, está nas seis milhas e para o caso da Terceira e São Miguel podem vir até às três milhas; existe também uma divisão por ilha das cotas de pesca para esta espécie, portanto, existe uma chave de repartição e, dentro de cada ilha, depois, existem cotas individuais. Aliás, permita-me fazer aqui um parêntese, que julgamos que este deve ser o princípio, ou seja, cada empresa de pesca, cada ilha, mas principalmente cada pescador ou cada armador deve ser responsável pela gestão da sua cota. Este deve ser um princípio basilar da gestão pesqueira que fazemos aqui nos Açores, porque ele atribui responsabilidade e faz com que as empresas escolham e decidam as suas formas de gestão, de forma a otimizar aquele quinhão, digamos assim, de peixe que tenha para o melhor rentabilizarem.

Por outro lado, existe também um período de defeso, que está definido entre 1 de janeiro e 29 de março. Posso adiantar que existem algumas associações que, eventualmente, defendem um alargamento deste período de defeso e são estas, basicamente, as questões em relação à gestão desta espécie. Naturalmente que, embora isto exija um pouco mais de trabalho, vai exigir, eventualmente, em algumas áreas, vamos tentar perceber quais são os planos de recuperação de pesqueiros. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que temos que fazer uma gestão espacial do esforço de pesca, tendencialmente para aí, dado que a distribuição dos recursos é muito heterogénea, bem como a distribuição da própria frota e do esforço de pesca. E temos que encontrar aqui uma forma de

recuperar alguns pesqueiros para que eles, daqui a uns anos, possam dar aos pescadores açorianos mais rendimento. Um exemplo muito bom disso será o Banco Condor, que, como sabe, está fechado e os resultados são muito animadores para prosseguir esses objetivos.

Em relação à redução da cota de alfonsim, devo dizer que ela é relativamente baixa, não tem grande impacto na pesca dos Açores. É claro que reduções de cota são sempre chatas, mas, pelo menos, em 2018, mantém-se, não há alteração, é um *rollover* em relação à cota que vai ser atribuída em 2017.

A nossa prioridade nas negociações foi o goraz, como é natural, e nas negociações, como sabemos, não se pode obter tudo e o alfonsim não terá, realmente, grande impacto. É uma redução de cerca de 11 toneladas, que é manifestamente pouco.

Os tubarões de profundidade foram outra notícia que eu diria muito boa, porque, não sei se sabem, mas existem pescarias, por exemplo, pescarias de anzol palanque, por exemplo, o peixe-espada preto é um exemplo, mesmo na nossa pesca demersal, em que é inevitável apanhar tubarões de profundidade. Os tubarões de profundidade têm estado no alvo das organizações ambientais, por razões da sua vulnerabilidade biológica, são espécies, de facto, muito vulneráveis à exploração, mas, de facto, a lei que existia, as regras que existiam ao nível da política comum de pescas para estas espécies eram demasiado restritivas e o que acontecia era como se estivessemos a varrer a coisa para de baixo do tapete sem encararmos a realidade. E a realidade é que se continuava a apanhar tubarões de profundidade como pesca assésoria e isso tinha dois problemas: ficávamos sem saber o que é que se tinha realmente apanhado, qual eram as taxas de mortalidade destas espécies e, pelo menos agora, conseguimos que cada região do país ficasse com 10 toneladas para essas capturas assésorias. Não pode haver pesca dirigida, mas é muito bom, penso eu, também para a nossa pesca.

Sr. Deputado Jaime Vieira, agradeço as suas perguntas, e em relação às questões da sobrepesca, na realidade, nós temos alguns problemas, são conhecidos. Eu diria que atendendo a que o nosso território é um território fragmentado do ponto de vista das batimétricas marinhas, etc., como eu já disse, existe alguma heterogeneidade na exploração dos recursos e na intensidade de exploração e, na realidade, existem algumas áreas, nomeadamente no Grupo Oriental, em que existem problemas com os recursos. E aí é quando eu falava que, eventualmente, aí será necessário fazermos um plano a longo prazo de recuperação desses pesqueiros.

A suspensão temporária, julgo que já falei nela.

Quanto à compensação financeira, isso terá de ser concertado com os parceiros do setor e vermos a forma de fazer isso. Não me parece, para já, que isso seja possível, mas estamos a analisar esse aspeto, aliás, penso que isso tem sido um assunto debatido nesta casa, por várias vezes, e estamos a analisar essa questão para ver se conseguimos, nomeadamente com a utilização de fundos comunitários, fazer algum tipo de apoio. Mas penso que será difícil e, inclusive, penso que há algumas associações que discordam um pouco desse tipo de apoio.

Quanto às perguntas da Sra. Catarina Cabeceiras, também agradeço as suas perguntas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Da Sra. Deputada!

O Orador: Sra. Deputada!

Como é sabido, existe um documento estratégico que foi realizado pelo anterior Governo, que é um documento que eu considero muito bom e muito apropriado para a realidade da nossa pesca. Esse documento tem, fundamentalmente, como baliza ou como objetivo primeiro, na realidade, a valorização do nosso pescado e o maior rendimento possível para os nossos pescadores. São esses os objetivos que enfermam esse documento e posso adiantar que existe uma...

Agora perdi-me!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Acontece aos melhores!

O Orador: Existem já muitas medidas, peço desculpa, do Melhor Pesca, Mais Rendimento cumpridas e que nós temos o objetivo de as finalizar e posso adiantar que se olharmos para os rendimentos dos últimos anos, em termos de preço médio, subiu de três euros para quatro quatro euros e pouco, mesmo com a redução brutal que tem havido nas capturas, mais devido à pesca do atum, onde tivemos uma redução, de 2013 para 2015, de cerca de 33% das capturas, o rendimento global da pesca nos Açores não desceu tanto, desceu menos 14%, o que quer dizer que há aqui uma valorização do pescado e que as políticas que estão a ser seguidas estão a dar os seus efeitos.

Em relação ao transporte do escoamento do pescado, esse é um assunto que não é da minha competência, como perceberá, é uma preocupação do setor, é uma preocupação deste Secretário, nomeadamente naquilo que diz respeito ao transporte de pescado fresco, e que eu penso que será esclarecido pelo meu colega, mais tarde. O que eu posso adiantar é que existe um grande empenho de melhorar as condições de transporte do pescado das várias ilhas, porque isso também vai ajudar os pescadores e a valorização do nosso pescado e a qualidade do nosso pescado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Como?

O Orador: Quanto à reestruturação da frota, também é verdade que isso está no nosso Programa do Governo. Existe, realmente, a necessidade de equilibrarmos aquilo que é a dimensão dos nossos recursos à capacidade de pesca que nós temos instalada e isso será sempre feito com os parceiros do setor. Essa realidade está bem identificada e, nesse sentido, tudo será feito em parceria com os parceiros do setor. As modalidades vão ser muito analisadas, o tipo de barco, que tipo de pesca é que vai ser abrangida. Portanto, isso ainda é um pouco prematuro para lhe estar a dar detalhes, mas está em cima da agenda como uma

das nossas prioridades, porque só assim é que também conseguimos, é uma das formas de dar mais rendimento àqueles pescadores que são mais eficientes e para termos empresas de pesca saudáveis e rentáveis.

Quanto aos dados científicos do goraz, eu tinha outras responsabilidades, até há duas ou três semanas, e posso garantir, Sra. Deputada, que os dados apresentados são muito consistentes, muito animadores e que não prevejo razões para que o ICES, que é o órgão internacional de aconselhamento da União Europeia na área das pescas, possa ter outra opinião. Por isso, estou extremamente confiante. Eu posso adiantar-lhe que tenho sido o coordenador da campanha de monitorização destas espécies desde 1996 e os resultados são bastante animadores em termos globais, nos Açores.

Não sei se havia mais alguma pergunta.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): E a questão da Universidade dos Açores?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Rui Bettencourt é que vai falar!

Presidente: Obrigada, Sr....

O Orador: Peço desculpa.

Presidente: Faça favor, Sr. Secretário.

O Orador: Só muito rapidamente.

Em relação à parceria com a Universidade dos Açores para a Escola do Mar, o anterior Governo tem diligenciado e já tem algumas propostas para o estatuto desta escola, quais serão os parceiros, a Universidade dos Açores foi convidada a participar neste projeto, que eu julgo que será muito interessante,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas ainda não respondeu!

O Orador: ... ainda não respondeu, mas também é uma questão recente, relativamente recente...

Deputado Artur Lima e Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Recente?

O Orador: ... e que vai, com certeza...

Mas repare, nós temos outros parceiros já garantidos, como a Escola Náutica,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A Escola do Mar!

O Orador: ... e teremos, com certeza...

A Escola do Mar, em resumo, vai avançar e vai ser um sucesso,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque a região precisa de escolas.

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O primeiro sucesso foi pagar um ordenado durante três anos a um diretor da escola sem haver escola!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, três perguntas concisas também para lhe favorecer três respostas concisas, porque tanto o senhor como eu estamos cronometrados.

Primeira pergunta. Como o Sr. Secretário Regional sabe, há uma resolução desta casa, deste Parlamento, datada do dia 7 de setembro, que recomendava ao Governo Regional, sob a epígrafe de “Centro Público Internacional das Ciências do Mar...”, estou a citar, “... fomentasse a participação e procedesse à auscultação das instituições e entidades científicas regionais, nomeadamente o Departamento de Oceanografia e Pescas e o Departamento de Biologia da Universidade dos Açores, bem como os centros de investigação com atividades relativas ao mar”. A pergunta que lhe faço, Sr. Secretário Regional, é que notícias nos pode dar, em nome do atual Governo, mas isto já vem do anterior,

sobre o percurso e os procedimentos que já tenham sido feitos em cumprimento desta resolução, desta casa?

Segunda questão. Apoios comunitários. O seu antecessor, Sr. Secretário Regional, mediante determinadas situações, optou, legitimamente, é uma decisão do Governo, por ficar bem, ou melhor, não ficar mal face à União Europeia, ao solicitar determinado tipo de apoios de fundo comunitários, mas deixou mal a comunidade piscatória dos Açores não os tendo solicitado. E assim, de repente, estou a lembrar-me do FEAMP, por exemplo, não os tendo acionado. Aquilo que eu pergunto ao Sr. Secretário Regional é se o senhor está na disposição de acionar estes fundos comunitários sempre que isso venha em favor das nossas comunidades piscatórias e, sobretudo, lhes garantam um reconhecimento e um auferir mínimo da dignidade mínima de rendimentos que possibilitem a sua subsistência e a subsistência das suas famílias?

Terceira e última pergunta. Ontem, o Sr. Vice-Presidente anunciou variadíssimos programas ou novos programas de apoio às empresas e respondeu-nos, nomeadamente ao Bloco de Esquerda, que a grande contrapartida era a criação de postos de trabalho. A pergunta que lhe faço é: está o Governo Regional, nomeadamente a Secretaria que o senhor tutela, na disposição de criar programas de apoio às empresas da pesca no sentido de garantir, por exemplo, que, de uma vez por todas, nesta região, existam contratos de trabalho para os pescadores e se acabe com, digamos, o conceito medieval de quinhão e, já agora, da tal caldeirada a que, ainda por cima, o Governo Regional, recentemente, se dá ao luxo de escolher o peixe que a integra ou não?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado finalmente fala!

O Orador: Em sentido lato, tecnologia é o encontro entre a ciência e a engenharia. Quem disse isto foi o seu antecessor, o Secretário Vítor Fraga, neste mesmo debate, há quatro anos. E este encontro tarda em acontecer, nos Açores. A região tem sido muito incapaz de transferir o conhecimento científico para as empresas de modo a desenvolver economicamente as nove ilhas, e não é por falta de entidades, planos, programas ou investimento público.

Sr. Secretário, quantos empregos de base tecnológica é que já foram criados nos Açores? Quantas patentes é que já foram registadas com base em ciência e conhecimento produzidos na região? Qual o retorno daquilo que se investiu até agora? Quantas e quais as empresas nacionais ou estrangeiras que vieram para a região? O que é que produzem? Ou será que a ciência que se produz se anda a esgotar no financiamento que obtém?

É preciso saber como é que este Governo pretende melhorar a ligação entre as prioridades e necessidades da região, a Universidade dos Açores e a investigação científica e as empresas locais ou as estrangeiras ou as exteriores que queremos que aqui se instalem.

Os parques tecnológicos da região não se podem esgotar no betão em que são ou estão a ser construídos, mas têm que se assumir como alavancas ao desenvolvimento regional e à criação de riqueza e emprego, algo que os governos do PS tardam em conseguir concretizar.

Convém que a região não se perca em anúncios, mais ou menos delirantes, no domínio aéreo espacial, se os mesmos não forem para ser concretizados ou se, na prática, resumirem apenas a uma rulote ou a um contentor com apenas um operador de sistemas lá dentro.

E, já agora, convém não anunciar numa ilha e fazer noutra, porque as coisas devem ser assumidas e transparentes, porque todas as ilhas dos Açores precisam de se desenvolver.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Seja como for, gostava que nos desse explicações detalhadas acerca dos planos deste Governo para o lançamento de foguetões, drones,...

Deputado André Bradford (PS): Está maior do que as intervenções de tribuna!

O Orador: ... satélites, ovnis, aviões de papel e outros objetos que já se anunciou que iam ser lançados nos Açores, bem como das parcerias com a República Popular da China no domínio da ciência, que já foram noticiadas, mas nunca desmentidas, e pelas quais todos aguardamos ansiosamente.

Aos governos socialistas nunca faltaram ideias, medidas e planos,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ainda bem que o senhor diz!

O Orador: ... são tantos e com nomes tão criativos, que se torna impossível memorizá-los a todos, mas vão faltando os resultados.

Há que clarificar as prioridades do sistema científico da região com base nas nossas necessidades sociais, económicas e territoriais, mais prementes,...

Deputado André Bradford (PS): Os da tribuna falam menos do que o senhor!

O Orador: ... e direcionar a política científica para a resolução de problemas e para a criação de empregos. Há que apoiar a captação de investimento público e privado, nacional e estrangeiro, em ciência e tecnologia, e há que reforçar o papel da Universidade dos Açores como parceiro central do sistema científico regional.

Mais do que retórica, exigem-se resultados.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me que, a caminho de 41 anos de serviço público, cumprimente todos os vencedores, todos os vencidos e, quiçá, os não e os convencidos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Queria também dizer que, em matéria de ciência e tecnologia, e a minha intervenção circunscreve-se a esse domínio, ouvindo a intervenção do Sr. Deputado Luís Rendeiro, poderia parecer que a região estaria no grau zero...

Deputado Bruno Belo (PSD): Em ciência!

O Orador: ... e só teria projetos teóricos e assunções teóricas para essas áreas.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Existem outras!

O Orador: Não é verdade. É preciso lembrar que, por muito que seja pouco conhecido dentro e lá fora, a região tem um caminho que é reconhecido por aqueles que, de algum modo, se ocupam e preocupam com essas matérias. Senão, vejamos.

Não são projetos de papel o centro internacional que já existe, por exemplo, na deteção de infrações de ensaios nucleares, na ilha Graciosa, que corresponde a uma integração numa rede internacional, sediada em Viena, não são projetos de papel. Todos os projetos têm a ver com as áreas climatológicas, nomeadamente o projeto do *Atmospheric Radiation Measurement*, na Graciosa, e também o projeto SuperDarn, na área da climatologia, que, um, nas zonas mais baixas da atmosfera e, outro, nas zonas mais altas da atmosfera, estudam, em termos de rede internacional, essas importantes áreas. Não são projetos de papel todos os

projetos associados à Estação Espacial de Santa Maria, ESA, que tem um importante papel e um significado já mundial no rastreio dos satélites que são lançados no Kourou da Guiana e que a vertical de 28 mil km de Santa Maria tem um importante não só papel, mas também função quando há o desacoplamento da cápsula, que se desloca até à estação internacional. Não são projetos de papel os projetos que estão em Santa Maria e correspondem a uma Estação do Galileu que vai servir também de referência nos Açores como projeto internacional para, efetivamente, participar nesse grande projeto europeu que, hoje, e esta semana, lançará mais quatro satélites do conjunto de 29 para essa nova estratégia de geolocalização da Europa. Não são projetos de papel aquilo que acontece nos Açores, nomeadamente nas áreas da ciência e tecnologia, como o Parque Tecnológico, ao contrário do que foi aqui dito. Tem muitas e variadas empresas que não só dão emprego qualificado, como projetam o nome dos Açores,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Muito bem!

O Orador: ... não só no país, como também na Europa. Não são projetos de papel...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): O senhor já não é Secretário. O Sr. Secretário é que tem que esclarecer!

O Orador: ... todas as qualificações que existem ao nível dos apoios que são dados em matérias de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento pelo Governo Regional e que levaram a Universidade dos Açores e os seus centros de investigação a terem números *record* nos *rankings* mundiais dos centros de investigação com os apoios que foram dados pelo Governo dos Açores em matéria de ciência e também de tecnologia. Não são projetos de papel todas aquelas áreas que existem nos Açores, nomeadamente aquelas que estão associadas à área aeroespacial,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Responda às perguntas!

O Orador: ... nomeadamente com a estação da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais, que já funcionam em Santa Maria, que já há um novo projeto também a decorrer nas Flores e que vai trazer, mais uma vez, emprego qualificado para a RAA.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Quantos?

O Orador: Por isso é que há um caminho, há uma estratégia e há um Programa de Governo que apoia e que está a fazer germinar essa sementeira.

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor vem dizer quem é que foi o semeador!

O Orador: Pelos vistos o PSD continua a não ver nada à frente do horizonte e por isso continua na sua política de não só deitar para baixo, como se deitar para o lado a ver o projeto passar.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não! O senhor é só deitar para o ar!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não foi respondida uma única das minhas questões!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, uma das questões, talvez um alerta, porque, como sabe, também pertenço a uma das zonas onde a pesca faz parte do meu dia a dia, o Sr. Secretário referiu que relativamente à compensação financeira pela paragem do goraz havia associações que não defendiam esta mesma paragem. Tenho conhecimento também dessa pretensão de algumas associações, mas o alerta que eu também gostaria de deixar é que existe o outro lado que defende, ou

seja, existem milhares de pescadores que assim defendem uma compensação financeira e algumas associações que também defendem, algumas delas também já o fizeram publicamente. E neste sentido, e nós não podemos esconder, existe uma grande crise no setor das pescas, a questão que eu colocava era, se não houver compensação, como é que vão sobreviver as famílias que diretamente dependem do goraz, como também foi defendido já aqui por companheiros deputados? Porque, ainda antes, e não estou a falar num passado muito longínquo, falando de há três ou quatro anos, quem se dedicava a esta arte teria como alternativa sempre os “luleiros”, mas, como sabemos, as lulas também estão numa altura muito complicada e o rendimento das lulas nem se fala.

A outra situação, muitos deles dedicavam-se à albacora, mas, como sabemos, também existe uma grande crise, aliás, há quem diga que já não gostam dos Açores, porque já ninguém as vê nos mares dos Açores. E neste sentido, o alerta que eu deixo, mais do que uma questão, é que é preciso não ignorar também esses passos, porque, acima de tudo, será muito complicado para os pescadores poderem sobreviver sem nenhuma compensação. Logicamente que não é fácil, mas urge encontrar uma medida.

Disse.

Deputados Luís Rendeiro e Carlos Ferreira (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Queria só acrescentar aqui, em relação à minha intervenção, fazer aqui mais duas questões ao Sr. Secretário que eram: em relação a quando falamos nos dados científicos a questão é: os dados que foram apresentados em Bruxelas,

agora, de que é que diferem dos anteriormente apresentados, que nunca foram reconhecidos pela Comunidade Europeia e a que fez aplicarem o princípio da precaução e reduzirem a cota, anteriormente? E é só também percebermos qual é a diferença, para ficarmos mais descansados, digamos assim, em que em janeiro estes dados serão reconhecidos.

Também ainda em relação à Escola do Mar, não sei se podemos interpretar ou não que esta irá arrancar mesmo sem a Universidade dos Açores enquanto parceira, se é isso que podemos interpretar da sua resposta.

Muito obrigada.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

(Pausa)

Sr. Deputado José Ávila, inscreveu-se? *(Risos)*

Essa mão no ar induziu-me em erro.

Pergunto então se há mais inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Luís Rendeiro, para uma interpelação à Mesa, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Era para perguntar à Sra. Presidente se o Governo ainda dispõe de tempo para participar neste debate, porque foram colocadas questões ao Sr. Secretário, às quais ele ainda não respondeu.

Deputado André Bradford (PS): O senhor faz sempre o mesmo número!

O Orador: E portanto, era importante saber se o Governo dispõe ainda de tempo para participar neste debate, porque há questões que foram colocadas ao Sr. Secretário,...

Deputado André Bradford (PS): Esse número é tão velho!

O Orador: ... não foram colocadas a nenhum dos deputados do Partido Socialista, foram colocadas ao Governo e era importante que o Governo respondesse.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Nós já respondemos, Sr. Deputado!

Presidente: Sr. Deputado, a Mesa, naturalmente, irá registar a sua interpelação, mas eu também não tinha encerrado as inscrições, por isso, naturalmente, ainda estamos em tempo de quem assim o entender se poder inscrever.

Pergunto então se há inscrições.

(Pausa)

Para esta fase do debate, naturalmente, para ele poder prosseguir, tem de haver inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Sr. Secretário Regional, não sei se se vai inscrever.

Tem então a palavra, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Porque não tenho muito tempo para responder a tantas perguntas, teria muito gosto em respondê-las a todas.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Tem, tem!

O Orador: Quanto às perguntas do Sr. Deputado Luís Rendeiro, eu julgo que o Deputado José Contente já respondeu.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Mas o pedido de esclarecimento foi ao Sr. Deputado ou foi ao Governo?

O Orador: Quanto à Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, muito rapidamente. O goraz estava classificado como categoria 3. O que é que quer dizer? Quer dizer que o que vale para o aconselhamento, já que não existem avaliações analíticas, é o índice de cruzeiro, de campanha, de monitorização. Se o índice sobe, durante um X tempo, as cotas sobem; se o índice de abundância desce, descem. Isto é o que se chama de categoria 3 e é como o goraz está classificado em termos do ICES e em termos da Comissão Europeia.

(Aparte inaudível da Deputada Graça Silveira)

O Orador: Eu peço desculpa, não sei se sabe, mas eu posso informar-lhe, que a avaliação de *stocks* é uma coisa um pouco complexa e nós temos os dados todos para fazê-lo e as nossas avaliações já foram alvo de *benchmarking* nas reuniões do ICES. Eu não tenho tempo para lhe explicar, mas poderei explicar mais tarde.

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sem propostas concretas, não vão chegar lá!

O Orador: Noutra oportunidade explicar-lhe-ei.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em janeiro, a gente conversa!

O Orador: Sra. Deputada Zuraida Soares, muito rapidamente, só para lhe dizer que os apoios do FEAMP, de 2014, 2015, já foram todos atribuídos, nomeadamente do POSEI, estão agora em fase de candidaturas os apoios referentes a 2016. Posso informar-lhe que os procedimentos destes fundos foram alterados e há aqui novos procedimentos, mas esses apoios estão a ser dados. Não sei se se referiu ao FundoPesca, mas penso que era ao FEAMP. O FEAMP está em plena execução, portanto, os pescadores estão a ter o apoio devido a isso.

Quanto às questões dos contratos de trabalho, isto é um trabalho que está a ser feito conjuntamente com a Secretaria da Segurança Social, é uma coisa que nos preocupa, naturalmente, e que é um trabalho que está a decorrer. Como sabe, a atividade de pescador é uma atividade um pouco particular, não é um trabalho normal, digamos assim, e algumas questões têm que ser aferidas para que isto seja uma realidade e essa é a nossa vontade.

Em relação aos apoios e à compensação aos pescadores, eu só queria dizer isto. Este Governo Regional está sempre ao lado dos pescadores para os apoiar em momentos de crise, venham elas de onde vierem.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Já aprendeu!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** [*Corte na gravação*]... que não tenha respondido a nenhuma das questões que eu coloquei,...

Deputado Francisco César (PS): Já foram respondidas!

O Orador: ... que eram questões que quantificavam, tinham objetivos.

Não, não! Eu não coloquei nenhuma questão ao ex-Secretário, que se lamentou de ter terminado a sua carreira na governação...

Deputado Francisco César (PS): Não é ex-Secretário, é Sr. Deputado!

O Orador: ... precocemente, coloquei questões objetivas e quantificavas ao senhor atual Secretário Regional, que não respondeu. Mas o Partido Socialista, e bem, colocou a geração de riqueza e emprego no seu Programa de Governo e é isso que também queremos aqui discutir. E o retorno desse investimento...

Deputado André Bradford (PS): Mas afinal é ciência e tecnologia ou é criação de emprego?

O Orador: ... e o retorno destes projetos é importante e não se podem esgotar apenas na construção de ciência *per si*,...

Deputado André Bradford (PS): Está fora do âmbito!

O Orador: ... tem que haver resultados, tem que haver economia, tem que haver empresas e tem que haver emprego. E é aí que têm sido parcos em resultados e não férteis, na retórica do Deputado José Contente.

Muito obrigado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Deputado José Contente (PS): Sabe quantas empresas há no Nonagon? Vá à página do Governo. São 14!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Queria só registar que não foi respondida a questão da Escola do Mar e se vão avançar ou não sem a Universidade dos Açores.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, vamos avançar para as intervenções de tribuna.

Vamos então dar continuidade às intervenções, neste caso, para uma intervenção de tribuna do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

Deputado João Costa (PS): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Gostaria de começar por cumprimentar respeitosamente a mesa, na pessoa de V. Exa., Senhora Presidente, e desejar a todos, votos das maiores felicidades durante os próximos quatro anos, no exercício da nobre função que o povo nos confiou através do seu voto.

Dito isto, gostaria de vos expressar a enorme satisfação e conforto que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista sentiu ao analisar a proposta de programa do XII Governo Regional dos Açores – a quem também saudamos e desejamos os maiores sucessos – por ter constatado que existe racionalidade, arrojo e equilíbrio, na sequência, aliás do que vinha sendo feito na pretérita legislatura.

O mar é central para os Açores, conforme se verifica numa leitura atenta do Programa ora em discussão, daí que salientamos a preocupação que o Governo Regional tem, neste domínio, em gerir e lançar mão, de forma interdisciplinar, do conhecimento científico gerado pela Universidade dos Açores nos seus mais variados departamentos a ele ligados, utilizando toda uma tecnologia que se pode considerar de ponta, e muita dela também originária da investigação

produzida nos Açores, sempre com o objectivo de inovar em benefício de todos quantos estão de uma forma ou de outra ligados às mais variadas actividades económicas do mar dependentes, criando emprego, mas sempre com respeito pela sustentabilidade ambiental.

A verdade é que a prioridade do Governo Regional dos Açores nesta área é procurar incrementar programas de topo ao nível tecnológico e científico, aproveitando as sinergias que se criam entre profissionais do meio, Universidade dos Açores, Organizações de cariz Nacional e também Europeu, para os colocar ao serviço dos Açores e dos Açorianos, e com isto procurar fazer da nossa terra um local cada vez mais próspero e aprazível de se estar.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Toda a estratégia assenta num crescimento sustentado, que procura minorar os impactos negativos que a evolução tecnológica naturalmente acarreta, e potenciar todas as mais valias daí resultantes.

Assim, na prossecução de políticas relacionadas com o mar, congratulamo-nos com a interligação que se pretende operar entre os diversos organismos regionais, nacionais e globais, com os profissionais das áreas com ele relacionadas, por forma a permitir a todos o acesso a conhecimento que seja transformado em inovação, com o objectivo de obter melhores condições de vida para todos quantos vivem ligados ao Mar, sem nunca descurar que embora o mar seja dos principais, senão o principal, recurso natural para os Açores, ele não é uma fonte inesgotável de proventos económicos se não forem respeitadas as mais elementares regras de sustentabilidade ambiental.

Daí, o investimento previsto para a sensibilização e formação dos agentes ligados ao sector, fazendo-os perceber que o retorno económico será tanto mais duradouro, quanto maior respeito e equilíbrios ambientais se procurarem. Se é certo que nem tudo está feito e, por isso, o desafio continua a ser pertinente, em abono da verdade se diga, que muito já se fez.

De enaltecer, também, a preocupação deste Governo em melhorar os índices da literacia do mar, da divulgação junto das escolas de programas como o S.O.S. cagarro, apelando a uma consciência colectiva mais respeitadora da natureza e ambientalmente mais sustentada.

É ainda clara a intenção de ter particular atenção com a protecção da Orla Costeira como forma de proporcionar por um lado, maior segurança aos cidadãos que vivem junto ao mar, e por outro lado, preservando-a e recuperando-a para uso de todos, o que se saúda.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Simultaneamente, este governo está a preparar convenientemente a Região para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) sendo as suas Prioridades Estratégicas:

- 1- Promover a competitividade com base na inovação e no conhecimento.
- 2- Assegurar a sustentabilidade económica, social e ambiental do sector da pesca e da aquicultura, contribuir para o bom estado ambiental do meio marinho e promover a Política Marítima Integrada.
- 3- Contribuir para o desenvolvimento das zonas costeiras, aumentar o emprego e a coesão territorial, bem como, aumentar a capacidade e qualificação dos profissionais do sector.

O novo Programa Operacional inclui novas áreas de intervenção prioritárias, como sejam, o Programa de Recolha de Dados, o Controlo e Vigilância da Actividade da Pesca, a Organização Comum de Mercados dos Produtos da Pesca e da Aquicultura, o Plano de Compensação para as Regiões Ultraperiféricas e ainda, sob gestão partilhada, a Política Marítima Integrada.

A estrutura de missão para o **MAR 2020**, para além das suas aptidões no âmbito do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, irá assegurar uma adequada monitorização do Programa, garantindo um controlo e acompanhamento das operações, prevenindo e detectando irregularidades,

promovendo a redução de prazos de intervenção e resposta e conferindo maior fiabilidade aos resultados obtidos.

Este Governo tem o arrojo de levar a cabo políticas de um verdadeiro aconselhamento científico, que permitam massificar o conhecimento, para com isso poder gerir melhor, quer os nossos recursos quer os nossos interesses, começando por casa, mas igualmente nas instâncias internacionais, designadamente na União Europeia.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É nesta esteira que o Governo pretende reforçar a forma de aconselhamento dos decisores, criando um núcleo mais pequeno de conselheiros (para análise do estado de saúde do nosso mar) permitindo, assim, que se obtenha uma visão comum, mais precisa e abrangente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Também na ciência o Governo incrementará e potenciará aquilo que parece ser comumente reconhecido pelas entidades internacionais, que é a situação geográfica de excelência dos Açores para o desenvolvimento de investimentos ligados ao espaço (e não são aviões de papel!). Uns já efectuados, e de que são exemplo os casos da Agência Espacial Europeia (ESA), da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas e Espaciais (RAEGE), em Santa Maria e nas Flores, do Observatório de Investigação Climática (projecto ARM), na ilha Graciosa, e outros que emergem, com possibilidades de evolução para diferentes patamares, como é o caso da implementação do AIR Center (Azores International Research Center), centro de investigação internacional sobre o espaço, as alterações climáticas e o oceano que, para além da vertente científica, abrirá portas a novos negócios em áreas antes desconhecidas como as do espaço.

Mais um exemplo é o investimento já em curso, cuja execução se iniciou em Outubro passado, relativo à instalação, na Ilha de Santa Maria, de uma nova antena de rastreio de satélites (designada por antena de Perth) em parceria com

a ESA e a FCT (Fundação de Ciência e Tecnologia) tutelada pelo Governo da República, o que só por si vai duplicar os postos de trabalho já existentes.

Há várias entidades interessadas em utilizar os Açores para fomentar um pequeno ecossistema de empresas ligadas ao espaço que criará sinergias entre si, aproveitando todas as infraestruturas existentes no arquipélago. Será, sem dúvida nenhuma, um grande centro de investigação internacional, e uma mais valia tremenda para a Região e para Portugal, a que me atrevo de vaticinar como sendo “**o momento**” da nossa geração, como contributo para os Açores no mundo.

Tem este Governo, igualmente, como objectivo dar apoio ao sistema científico regional, aos centros de investigação, criando bolsas de doutoramento e participação em projectos internacionais, que visam em última instância o fortalecimento da ligação entre o sistema científico e tecnológico regional e os agentes económicos, alicerçado numa atitude colaborativa e participativa entre Governo, Universidade, Empresas e cidadãos.

De realçar igualmente a actualização da estratégia de especialização inteligente para a Região, ou RIS3 (research and innovation for smart specialization) que define **áreas prioritárias**:

como a Agricultura, Pecuária e Agro Indústria; Pescas, mar e Turismo, e **áreas de interesse** como: a Biotecnologia; a Vulcanologia e riscos ecológicos; a Energia e a monitorização espacial, tudo com o primordial objectivo de dar apoio às actividades de investigação e inovação, em estrita articulação com investimentos estruturais europeus, enquadrados na agenda estratégica Europa 2020.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Finalmente, registre-se a preocupação do Governo em garantir aos cidadãos a acessibilidade às tecnologias de informação e comunicação, apoiando a aquisição de equipamentos específicos nesta área por pessoas com deficiência

ou com necessidades educativas especiais, apoiar uma rede regional de espaços TIC e apoiar a aquisição de equipamento de Tecnologias de informação e comunicação por Instituições que desenvolvam actividades de interesse público. Como se referiu inicialmente, é com enorme conforto, agrado e entusiasmo, que o grupo parlamentar do Partido Socialista olha para este programa do Governo agora apresentado, no que concerne ao sector do mar, ciência e tecnologia porque o consideramos realista, racional, equilibrado, arrojado e prospectivo. Permitam-me que, tendo ontem sido o dia nacional do mar, conclua reproduzindo um breve trecho de Herberto Helder do livro “Os passos em Volta”: “Já me disseram que a gente que nasce e vive ao pé do mar é mais pura. Penso que o mar dá uma qualidade especial à fantasia, ao desejo e à confiança. É uma propriedade misteriosa do espírito, e por ela se aprende a nada esperar, a não desesperar de nada. Talvez seja isso a inocência.” Fim de citação.

Disse.

Deputado André Bradford (PS) e Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, a próxima intervenção de tribuna cabe ao Sr. Deputado Jaime Vieira.

Tem a palavra.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Senhora presidente, Senhores deputados, Sr. Presidente do governo, Senhores membros do governo:

O programa do XII Governo dos Açores, que agora apreciamos, dedica um capítulo ao mar, o qual integra a economia das pescas.

O programa começa com um conjunto de afirmações genéricas sobre as pescas, no entanto algumas destas medidas eram importantes que não passassem de boas intenções que ficam muito bem no papel.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade!

O Orador: O que os pescadores pretendem é que estas medidas efetivamente não se fiquem apenas pelo documento e sejam postas em prática.

A realidade vivida pelos que dependem da pesca para sobreviver não se compadece com as boas intenções apregoadas neste programa de governo.

A situação neste setor tem-se agravado de forma dramática: a pobreza extrema atinge com particular intensidade as maiores comunidades piscatórias.

Apesar disto, neste programa de governo não se estipulam objectivos concretos ou metas a atingir, nomeadamente o aumento dos rendimentos dos pescadores e o combate à situação de emergência social que se vive no setor.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Na última década, os rendimentos dos pescadores, medidos através do volume da primeira venda em lota, caíram para menos de metade. Este programa de governo não dá respostas a este grave problema.

Existe a necessidade de encontrar rendimentos extra para os luleiros ou de avaliar os efeitos da paragem da pesca de espécies demersais.

Por isso, o governo regional não pode continuar a falar da pesca como se tudo estivesse bem.

Aliás, a suspensão da pesca do goraz, necessária para garantir a sustentabilidade dos recursos, não pode continuar a ser feita à custa dos rendimentos de quem vive da pesca.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade, sim, senhor!

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, a paragem destas espécies, em que concordamos e defendemos com esta medida, mas, no entanto, discordamos que esta se concretize sem uma compensação à perda de rendimentos dos pescadores.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo os jovens!

O Orador: Perante este cenário, o governo regional tem a obrigação moral de encontrar soluções para compensar os pescadores em caso de suspensão da pesca do goraz, recorrendo a fundos comunitários previstos no Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca ou procurando outras soluções.

Senhora presidente, Senhores deputados, Sr. Presidente do governo, Senhores membros do governo:

Quando se fala em sobrepesca na Região, é preciso não esquecer que uma das suas causas foi o número excessivo de embarcações que nos últimos anos foram autorizadas a pescar pelo governo regional.

Deputado Luís Garcia (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Assistiu-se, deste modo, à autorização, sem critério, de novas embarcações de pesca ao desbarato, até mesmo a não profissionais. Registou-se um “boom” de embarcações que veio prejudicar claramente o sector.

Senhora presidente, Senhores deputados, Sr. Presidente do governo, Senhores membros do governo:

Outro fator essencial para a dignificação do setor da pesca é promover a qualificação e formação dos recursos humanos. O que tem sido feito neste domínio é manifestamente insuficiente.

Deste modo, o PSD/Açores defende um modelo de formação descentralizado e próximo das comunidades piscatórias. Por exemplo, em Rabo de Peixe, onde se

concentra a maior comunidade piscatória, a Escola Profissional da Ribeira Grande poderá desempenhar e ajudar nessa tarefa.

Para além da formação, a informação sobre apoios existentes para o setor é um fator decisivo para a pesca. É preciso dotar o setor de um instrumento que possa, de uma forma rápida e incisiva, disponibilizar aos pescadores esta preciosa ferramenta.

Consideramos também que é cada vez mais premente valorizar o produto do mar dos Açores, dotando-o de uma identidade comum no mercado nacional e internacional, em que a certificação e a rotulagem dos produtos frescos e transformados têm que ser promovidos.

Senhora presidente, Senhores deputados, Sr. Presidente do governo, Senhores membros do governo:

Dentro do sector das pescas existem várias realidades e contextos diferenciados. Importa estar no terreno e tentar perceber de facto o que se passa no sector.

Só assim se podem tomar as medidas mais adequadas que possam ir ao encontro daquilo que os profissionais mais precisam, mas sempre salvaguardando de forma inteligente a sustentabilidade dos recursos.

Exige-se ao governo que reflita nas causas da degradação do sector num período em que ocorreram as maiores transferências de fundos europeus e se realizaram os maiores investimentos, tanto nos portos como na frota de pesca.

Termino afirmando que estaremos disponíveis para colaborar em prol de melhores condições de vida a todos os Açorianos no geral e aos pescadores em particular.

Tenho dito.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Penso não haver inscrições.

Vamos então passar para à próxima intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

Deputado Mário Tomé (PS): Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção na XI Legislatura, quero saudar e felicitar a Senhora Presidente pela sua eleição bem como a respetiva Mesa e desejar os maiores sucessos na condução dos trabalhos na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O mar dos Açores constitui um importante e fundamental recurso natural e económico pela sua diversidade e com um elevado potencial para o crescimento da economia azul.

Os sectores e subsectores da economia do mar são uma prioridade estratégica para os Açores.

A sua importância no contexto da economia Regional é determinante, a pesca corresponde a 3,6 % do PIB da Região e é responsável por cerca de 5% do emprego nos Açores. A sua representatividade é geradora de empregabilidade e de mais valias, com enorme potencial de crescimento.

A temática das pescas assume hoje uma abordagem diferente da do passado em que a vertente da quantidade de pescado capturado implicava maior rentabilidade financeira.

Estamos conscientes que os recursos dos nossos mares são frágeis, por

consequente finitos, uma exploração intensa, compromete a sustentabilidade do sector da pesca e a existência de determinadas espécies piscícolas.

A criação e implementação de medidas de salvaguarda e a gestão das mesmas garantem a sustentabilidade do ecossistema marinho, através de uma pesca sustentável, atividade esta de elevado valor económico e social, com vastas implicações positivas na preservação dos valores culturais Regionais.

As medidas de proteção dos tamanhos mínimos de captura e a criação de zonas e ou períodos de defeso ou interdição de pesca são fundamentais para as espécies mais valiosas no mercado e, por isso, sensíveis à sobre-exploração.

O reforço na contínua monitorização das ações de controlo e vigilância e a implementação de atividades recreativas e pedagógicas voltadas para um meio marinho saudável vão beneficiar as comunidades piscatórias e a sua existência.

O sector das pescas na região atravessa momento difícil e com desafios importantes, com oscilações nas capturas nos últimos cinco anos.

A crise económica internacional, nacional e que também afetou a Região, levou a que o sector pesqueiro, absorvesse mais profissionais na pesca, aumentando o número de pescadores.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A contínua formação e qualificação dos profissionais da pesca e do sector são fundamentais na aquisição de novos conhecimentos no incremento de novas competências, proporcionando mais-valias na gestão pesqueira.

O desafio a propor para o futuro será de uma pesca responsável mais sustentável mudando o paradigma:

Pescar o mesmo e vender melhor diversificando a incidência de capturas em espécies alvo, em unidades populacionais adultas e maiores, marcando a diferença pela qualidade do produto, permitindo maior benefício para os pescadores.

As várias medidas já iniciadas desde a regulamentação da primeira venda de pescado, a venda direta ao consumidor final e a marcação de pescado fresco nos Açores, potenciam a valorização, funcionando também como instrumentos de combate da fuga à lota, garantido uma maior rastreabilidade e controlo do produto, fatores importantes num mercado moderno.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Importa referir que os investimentos, realizados na última legislatura e os previstos, em infra-estruturas e equipamentos de frio de apoio à pesca, contribuem e irão contribuir diretamente para a valorização do pescado descarregado, permitindo ainda melhores condições de trabalho destes profissionais.

As medidas do MAR 2020 direcionadas para a pesca, comercialização e transformação dos produtos da pesca e em outras ações previstas em instrumentos de planeamento co-financiados por fundos comunitários e medidas específicas de âmbito regional, nomeadamente, no que se refere à reestruturação da frota de pesca, reorientação de ativos, irão potenciar a valorização do pescado.

Reforça-se a importância da promoção de um plano de sensibilização da sociedade civil e dos pescadores, lúdicos e profissionais, para as medidas de gestão e controlo implementadas e fomentar o consumo de pescado proveniente da captura sustentável e legal.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores continuam a depender das importações de peixe, é essencial continuar a trabalhar para reverter a situação.

É possível consumir mais peixe pescado nos Açores, utilizando, como já está a ser feito, os meios de comunicação, pela qualidade e também pela singularidade e seletividade das artes de pesca, valorizando comercialmente espécies menos

pescadas, de baixo valor comercial e com valor nutricional semelhante, diversificar a produção e o consumo, inovando e criando novos produtos certificados.

A nível externo, e na procura de novos mercados, é possível exportar um conceito que possa relacionar a pesca nos Açores com sustentabilidade, com o carácter artesanal e com a condição geográfica da pesca açoriana, um conceito que pode destacar o nosso pescado de outro de uma qualquer região, através de certificados de qualidade e da associação dos produtos da pesca à marca “Açores”.

A pesca é uma atividade económica multidimensional, transgeracional, que cria valor e que projeta os Açores no exterior.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É necessário criar mais rendimento pescando o mesmo, promovendo a competitividade e sustentabilidade a prazo do sector, apostando na inovação e qualificação profissional, na qualidade e na valorização dos produtos, aproveitando melhor todas as possibilidades de pesca, recorrendo a regimes de produção e exploração ecologicamente sustentáveis, adaptando o esforço de pesca aos recursos disponíveis.

Esta é a aposta do Governo para um sector tão fundamental como a Pesca, é isso que está plasmado no seu programa e é com isso que trabalharemos por um sector estável para os seus profissionais e sustentável nos seus recursos.

Os pescadores Açorianos sabem que podem contar connosco e com este Governo para vencer os desafios que este sector enfrenta, tal como aconteceu com a negociação difícil com Bruxelas sobre a manutenção da cota do Goraz.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Passamos então para a última intervenção de tribuna sobre esta matéria. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Manuel Pereira (PS): O especialista!

Deputado Luís Garcia (PSD): Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste início de legislatura a todos saúdo e a todos desejo um bom trabalho.

Prevê o programa de governo a definição de uma “Política Marítima integrada Regional que permita uma coordenação eficaz entre os diversos atores e domínios relacionados com as atividades centradas no mar”.

A fixação deste objetivo apesar de positivo é absolutamente tardio e revelador.

No início da legislatura anterior aqui afirmámos que “a aposta no mar tem de estar alicerçada numa política marítima bem definida, bem estruturada e bem conhecida” e que “as políticas marítimas - europeia e nacional - têm reflexos e implicações na nossa ação, mas não nos devem inibir de definir a nossa própria política marítima. Não podemos navegar à vista, sem orientação nem destino, sob pena de naufragarmos.”

Ora, o programa deste governo, ao assumir o objetivo de definição de uma política marítima regional, reconhece, desde logo, que os governos anteriores da

responsabilidade do PS não tinham, ao contrário do que diziam, uma estratégia estruturada para o desenvolvimento da economia do mar.

Numa Região marítima e atlântica em que urge criar riqueza e emprego sustentável a ausência de uma política marítima é uma omissão muito penalizadora e incompreensível.

Senhora Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É verdade, e é justo reconhecê-lo, que muito desta aposta no mar passa pela defesa e consagração das nossas especificidades e das nossas competências tanto no plano europeu como no nacional, neste caso, sobretudo, com a clarificação do conceito de gestão partilhada. Tarefa na qual sempre estivemos e estaremos ao lado da Região na defesa das suas competências e direitos sobre os seus mares e respetivos recursos.

Mas é igualmente verdade que os avanços nesta aposta passam também por exercermos bem e na plenitude as competências que já temos e por fazermos bem e atempadamente o nosso trabalho de casa. E neste domínio, Sras. e Srs. Deputados, como se comprova temos muitas lacunas.

Mas mais vale tarde do que nunca! E se essa política marítima integrada regional não existe que seja rapidamente elaborada para permitir a gestão e a utilização sustentável do nosso mar.

Uma política marítima regional que, no nosso entendimento, deve identificar e estabelecer uma estratégia para desenvolver os diversos componentes do Hypercluster da Economia do Mar, que no caso do mar dos Açores e numa perspetiva holística inclui, entre outros domínios: ambiente, biodiversidade, transportes, energia, turismo, desporto, ordenamento do território, pescas, aquacultura, biotecnologias, construção e reparação naval, defesa e segurança no mar, infraestruturas portuárias e serviços marítimos, formação e investigação científica.

Compatibilizar e potenciar todas estas vertentes é uma tarefa que tem tanto de dificuldades quanto de desafios e que para ter sucesso deve ser definida em diálogo e com a colaboração de todos os agentes e setores envolvidos.

E essa política para ser bem-sucedida, no nosso entendimento, deve ainda ser alicerçada no conhecimento científico, deve atrair e envolver investimento privado e promover a formação e a qualificação de recursos humanos para as atuais e para as novas profissões do mar.

O Governo Regional tem agora mais uma oportunidade para operacionalizar esta aposta. Não há mais tempo para desculpas e omissões.

Disse.

(Aplausos dos Deputados do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Está então concluída esta fase do debate.

Vamos avançar para...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Solicitar uma interpelação para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: Sr. Deputado, é regimental, mas, sendo assim, e uma vez que eu preciso de fazer uma reunião com os líderes, conforme já tinha informado, eu propunha que fizéssemos agora o nosso intervalo de 30 minutos, para que eu pudesse fazer essa reunião e, sendo assim, dispensaria o Sr. Deputado de utilizar o seu pedido.

Portanto, sendo assim, vamos fazer um intervalo de 30 minutos. Regressamos às 17h30 e peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional o favor de me acompanharem até à sala da Mesa.

Eram 16 horas 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 48 minutos.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos agora à intervenção do Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vítor Fraga): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero, antes de mais, saudar todos os presentes e fazer votos de que o trabalho desenvolvido por cada um de nós, no Governo e no Parlamento, tenha como objetivo principal o desenvolvimento das nossas nove ilhas e o bem-estar de todos aqueles que nelas nasceram ou escolheram viver.

Tenho a firme convicção de que, com o contributo de todas as Açorianas e de todos os Açorianos, vamos poder continuar a levar o nome da nossa Região, mais longe, mais além, ultrapassando todos os obstáculos e atingindo maior e melhor equilíbrio.

Pela minha parte, estou hoje aqui, como desde o primeiro dia em que assumi funções públicas no Governo dos Açores, ao vosso dispor para essa colaboração!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na nossa Região, uma boa rede de transportes é essencial para que consigamos garantir uma maior conectividade com as zonas geográficas de referência, assim como contribuir para o desenvolvimento económico e social, não só da nossa comunidade açoriana, dispersa pelas nove ilhas, mas também da nossa diáspora. A acessibilidade e a mobilidade no interior de cada uma das ilhas, interilhas e ainda de e para o exterior do território regional são fundamentais para garantir o desenvolvimento e a coesão social, económica e territorial da Região.

A consciência dessa realidade teve reflexo em diversas medidas e ações que foram realizadas ou iniciadas na anterior legislatura, nomeadamente a requalificação e a modernização das infraestruturas portuárias e aeroportuárias, a aquisição de dois navios ferry (Mestre Simão e Gilberto Mariano), a fusão entre as duas empresas de transporte marítimo de passageiros detidas pela Região, a definição de obrigações de serviço público para o transporte marítimo, a definição e implementação de um novo modelo de ligações aéreas entre o continente e a Região e entre esta e a Região Autónoma da Madeira e a revisão das obrigações de serviço público aéreas interilhas.

Tudo isto contribuiu para aumentarmos a capacidade de mobilidade de todos os Açorianos e para uma nova e eficiente dinâmica turística, que em muito potenciou o desenvolvimento e consolidação da economia de todas e de cada uma das nossas ilhas.

Porém, temos ainda um caminho a percorrer com vista à melhoria global do sistema de transportes.

As opções programáticas que, em linhas gerais vos apresento, são o corolário dessa ambição, desse inconformismo!

Assim, propomos aprofundar o previsto no Plano Integrado de Transportes, complementando-o com novas e renovadas medidas que visam, acima de tudo, contribuir para o incremento da capacidade de mobilidade de todos os Açorianos e, simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento do mercado interno.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar da grande evolução no setor do transporte marítimo verificada nos últimos anos, em especial no transporte de passageiros e viaturas, queremos aprofundar o modelo existente com o objetivo último de o otimizar, reforçando a frequência e os pontos de ligação, reduzindo ainda os atuais custos diretos e indiretos.

Como sabemos, a eficácia, quer do transporte marítimo de passageiros, quer do transporte marítimo de mercadorias, é vital para a economia açoriana.

Assim, no que ao transporte marítimo de passageiros diz respeito, os objetivos a prosseguir consistem na consolidação do atual modelo, bem como na afirmação dos Açores como destino de cruzeiros e como destino da náutica de recreio.

Quanto ao transporte de carga, os objetivos a que nos propomos, passam pela diminuição dos custos globais do sistema e dos tempos de entrega nos mercados exportadores, bem como pela consolidação do transporte de mercadorias interilhas.

No que toca às infraestruturas portuárias e redes de transporte marítimo internacionais, os objetivos a prosseguir são a otimização da operação de transporte marítimo de mercadorias de e para os Açores, o incremento da competitividade do setor portuário regional, o reforço da proposta de valor dos serviços portuários regionais, o aumento do grau de especialização, notoriedade

e representatividade do setor, a confirmação dos Açores na Rede Transeuropeia de Transportes, a integração nas novas tendências de mercado do transporte marítimo internacional e o desenvolvimento de parcerias estratégicas para qualificar o setor.

Para atingir tais objetivos implementaremos várias medidas, entre as quais quero destacar a promoção, em articulação com os operadores, da fusão dos dois terminais marítimos em Lisboa para centralizar toda a carga movimentada entre aquele porto e os Açores, a adequação das rotas de entrada e saída dos principais portos da Região e o assegurar da continuidade do serviço de transporte marítimo regular de mercadorias entre as ilhas das Flores e do Corvo, regido por obrigações de serviço público, lançando, para o efeito, o respetivo concurso.

Permitam-me ainda destacar a integração do Porto da Praia da Vitória na rede transeuropeia de transportes como ponto de abastecimento de GNL, e a apresentação de uma candidatura ao “Plano Juncker FEIE” para o desenvolvimento deste mesmo porto, potenciando o seu papel no transporte de carga entre os continentes europeu e norte-americano, no âmbito do projeto europeu das "Autoestradas do Mar".

De entre as várias medidas associadas aos objetivos já referidos, quero também evidenciar o lançamento do concurso para a construção de dois navios de transporte marítimo de passageiros e viaturas, logo que o processo que decorre nas instâncias europeias esteja concluído.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao nível do transporte aéreo, a última legislatura ficou marcada pela materialização da maior reforma de sempre efetuada ao nível das acessibilidades e mobilidade, servindo melhor, por essa via, todas as ilhas,

através de um instrumento estratégico para a Região, como é o Grupo SATA, e que se pretende manter na esfera pública regional.

No que ao transporte de passageiros diz respeito, os nossos objetivos passam pelo incremento da eficiência dos transportes e pela potenciação das acessibilidades instaladas.

Para tanto, iremos dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários para a sua contínua afirmação nacional e internacional, sem perder o sentido do seu verdadeiro objeto social, que é o de servir sempre e cada vez melhor os Açores e os Açorianos.

Por outro lado, promoveremos a monitorização permanente da prestação do serviço de público de transportes aéreos no interior da Região e entre esta e o exterior, com vista a garantir a sustentabilidade e fiabilidade das acessibilidades aéreas a todas as ilhas do arquipélago.

Quanto ao transporte de carga aérea, os nossos objetivos consistem na reorganização do sistema de transporte e na diminuição dos seus custos globais, nomeadamente através da implementação de obrigações de serviço público deste transporte entre os Açores e o continente português.

Já no domínio das infraestruturas aéreas, prosseguiremos com a certificação da infraestrutura aeronáutica da Base das Lajes para a sua utilização permanente por aeronaves civis, sem prescindir de cuidar da flexibilização dessa utilização civil enquanto decorre o processo de certificação.

Daremos igualmente continuidade às diligências junto do Governo da República para que a certificação da iluminação noturna da pista das Flores, da responsabilidade da ANA, decorra com celeridade, ainda no ano de 2017, conforme compromisso da concessionária, vertido no Plano Estratégico 2013-2017.

Do mesmo modo, iremos continuar a pugnar junto das autoridades nacionais competentes para que sejam garantidos os padrões legais de segurança da pista do aeroporto da Horta.

Propomo-nos, ainda, potenciar o Centro de Formação Aeronáutica dos Açores, promovendo, conjuntamente com a sua entidade gestora, a angariação de parceiros privados para o desenvolvimento de maiores valências.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ainda no âmbito dos transportes, na sua vertente terrestre, entendemos que está criado o enquadramento necessário para se dar mais um salto decisivo na mobilidade dos Açorianos, tendo em conta a perspetiva de desenvolvimento sustentável que constitui a marca impressiva dos Açores.

Assim, assumimos como objetivos programáticos, promover a Mobilidade Urbana/Modos de Mobilidade Suave, potenciar uma maior integração intermodal, modernizar e reorganizar a rede de transportes públicos terrestres e melhorar as infraestruturas de apoio.

Para tal, entre outras medidas, prosseguiremos com a implementação da Plataforma de Gestão Integrada de Transportes (PGIT) com vista a permitir uma integração bilhética alargada e desenvolveremos novos títulos de transporte com diferentes pacotes de viagens e com viagens intermodais entre o transporte marítimo e terrestre.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A última legislatura marcou claramente um momento de viragem no setor da construção civil e obras públicas, com o ajustamento deste a uma nova realidade.

Atualmente existem três desafios que o Governo dos Açores pretende alcançar com sucesso, contando, desde logo, também, com a intervenção da iniciativa privada.

Assim, queremos reforçar a adequação deste setor à aposta estratégica de fomento da utilização de materiais endógenos regionais, queremos qualificar as infraestruturas públicas, nomeadamente no domínio da acessibilidade e mobilidade, e queremos vencer o desafio da sustentabilidade do setor, indissociável da previsibilidade de investimentos e do contexto de elegibilidade e disponibilidade de fundos, desde logo europeus, quanto à realização de investimentos desta natureza.

Assumimos, por isso, como objetivos, aumentar a estabilidade, a qualidade e a competitividade global do setor da construção civil e obras públicas e a promoção da criação de valor e sustentabilidade da fileira da construção.

Para tal, assumiremos a previsibilidade de investimento em obras públicas como valor a preservar no relacionamento com o setor.

Iremos ainda apoiar e fomentar a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico no domínio da construção civil e criar a Plataforma de Indústria Criativa dos Açores, com o objetivo de envolver toda a comunidade técnica e criativa no desenvolvimento de novos produtos a partir de materiais endógenos da Região.

Assumimos também como objetivo promover uma Região inclusiva e diferenciada, com o aumento de condições de mobilidade e acessibilidade aos equipamentos e edifícios públicos.

Para tal, reforçaremos a implementação de medidas de promoção de acessibilidade e mobilidade de pessoas com mobilidade condicionada e avaliaremos igualmente todas as medidas, passivas e ativas existentes, de prevenção de sinistralidade rodoviária implementadas na rede regional e

desenvolveremos medidas que possam reduzir as incidências nas zonas de maior risco.

Outro objetivo passa por otimizar e rentabilizar os nossos recursos, nomeadamente através da uniformização dos procedimentos de planeamento, contratação, gestão e execução de todos os investimentos em obras públicas promovidos pelo Governo dos Açores que estão sujeitos a procedimento concursal público e ainda através do mapeamento por georreferenciação de todas as viaturas não ligeiras e equipamentos, de forma a permitir a requisição centralizada de recursos e assim garantindo a sua rentabilização, em caso de necessidade justificada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O nosso trabalho não será fácil.

Muitas vezes surgirão adversidades com que não contamos.

Porém, estaremos cá para superá-las, para ir mais além.

O Programa que agora apresentamos e discutimos nesta Assembleia mostra o caminho que queremos trilhar para nos desenvolvermos mais, para sermos mais do que somos, para nos superarmos como homens e mulheres, cidadãos de pleno direito deste arquipélago dos Açores.

Para isso, contamos com a confiança dos Açorianos, com a nossa força, com a nossa ambição para sair do lugar-comum e levar a nossa melhor participação e reivindicação a todos os lugares do mundo.

Sei que estão connosco os que não têm medo de arriscar; sei que estão connosco os que não têm medo de dizer “presente!” e dar um passo em frente rumo ao sucesso dos nossos Açores.

Com a força da nossa Autonomia vamos chegar lá.

Precisamos de todos.

Que ninguém se escuse são os meus votos.

Vamos a isso! Viva os Açores

Vozes dos Deputados do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa, de momento, já tem duas inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como primeira intervenção nesta legislatura, permitam-me deixar um cumprimento especial à Mesa da Assembleia, à Sra. Presidente, a todas as Sras. e Srs. Deputados, ao Presidente do Governo dos Açores e aos seus Membros e que possamos empenhar todas as nossas forças e a força da autonomia por uns Açores cada vez melhores.

O setor dos transportes como um instrumento vital de união da nossa dimensão atlântica é um setor vital a todos os níveis, sendo que o transporte aéreo e o marítimo ganham, a cada dia que passa, cada vez mais importância e confiança nos Açores, pela sua qualidade, fiabilidade, conforto, segurança...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e pelo papel essencial que desempenham para o desenvolvimento económico e social e também em especial para a sua coesão territorial, que, no caso do transporte marítimo, ficará completa com a aquisição dos dois novos navios, ampliando, assim, a todas as ilhas, aquela que é a boa prática já existente no triângulo.

No que diz respeito aos aéreos, depois de materializada a maior reforma de sempre e com resultados na mobilidade em todas as ilhas e que todos

conhecemos e reconhecemos, importa, em termos de infraestruturas aéreas, saber, pela sua importância, como está a decorrer o processo de certificação da Base das Lajes como aeroporto para uso civil e mesmo conhecendo a limitação do contrato de concessão celebrado pelo anterior Governo da República do PSD e CDS-PP com a ANA, que, infelizmente, conseguiu excluir das obras a efetuar nos aeroportos concessionados a obra de ampliação do Aeroporto da Horta e, por isso, é importante saber que diligências tomou o Governo dos Açores junto das autoridades nacionais competentes em relação a este Aeroporto da Horta. E para que não restem dúvidas, porque nesta matéria não devem restar nenhuma dúvida, ou não devem existir, pelo menos, pergunto se atualmente está posta em causa a segurança na operação regular do transporte aéreo que acontece todos os dias naquele aeroporto.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, o Programa do Governo é naturalmente um documento genérico e que não pode apresentar medidas concretas para resolver diversos problemas que afetam todos os açorianos. E percebendo também o teor da questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Miguel Costa e o objetivo da mesma, não posso, no entanto, deixar de perguntar...

Deputado André Bradford (PS): Já tem a resposta!

O Orador: ... diretamente, Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, quais são as intenções do Governo Regional relativamente ao Aeroporto da Horta.

(Aparte inaudível da Câmara)

O Orador: O Sr. Secretário utilizou o termo “pugnar”; pugnar é um termo genérico e que não nos permite ter grande confiança...

Deputado Francisco César (PS): A vossa pergunta não conta. A nossa é que é!

O Orador: ... e, portanto, a questão, Sr. Secretário Regional, é claramente a seguinte. Que medidas concretas tenciona o Governo Regional dos Açores adotar para resolver ou ajudar a resolver os graves problemas de operacionalidade que se têm verificado e que afetam e preocupam, sobremaneira, todos os agentes económicos e toda a população da ilha do Faial? Muito obrigado.

Vozes dos Deputados do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Existindo na região nove aeródromos cuja gestão é distribuída por três entidades, a saber, ANA, SATA e Força Aérea, e que, logicamente, levantam questão e problemas que não dispensam, pelo contrário, impõe-se que a região continue a investir neste domínio, não sendo aceitável que o Governo tente desresponsabilizar-se desse investimento, como faz no Programa do Governo em relação à certificação da iluminação do Aeroporto das Flores e o aumento da pista do Aeroporto da Horta.

Quanto à SATA, questões tão importantes como o reforço e adequação da sua frota, fica diluída numa formulação de tal modo genérica sobre o Grupo SATA, que tudo em relação ao seu futuro fica na imaginação de cada qual.

Assim, pergunto: Tem o Governo intenção de reforçar ou reformular a frota? Que alterações ou mudanças pretende o Governo fazer durante esta legislatura em relação ao próprio Grupo SATA?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, prezamos em saber que finalmente se lembrou novamente do PIT, do Plano Integrado de Transportes, e ainda bem, e ainda bem também que admite que é necessário reformulá-lo, isto porquê? Porque quando o apresentou, há coisa de dois anos, na realidade, passado um ano, sofremos aquela que muitos apelidaram como uma autêntica revolução nos transportes aéreos nos Açores com a introdução das companhias aéreas de baixo custo na região, ou seja, o estabelecimento de ligações da região para o exterior e, sobretudo, para o continente português, através de companhias aéreas de baixo custo.

Ora, pareceu-nos, na altura, completamente incompreensível de como é que, durante um ano, tivemos um Plano Integrado de Transportes que não foi reformulado, depois desta autêntica revolução nos transportes. Penso que, agora, de acordo com a sua intervenção, tudo será reformulado e, finalmente, será atendida esta autêntica revolução nos transportes nos Açores.

Gostaria de saber, então, como é que será feita essa reformulação.

Além do mais, todo este hiato de tempo em que não houve esta alteração, esta modificação no Plano Integrado de Transportes no sentido de acomodar esta autêntica revolução nos transportes aéreos, isso quer dizer que, durante um ano, o Plano Integrado de Transportes ficou completamente esquecido, arrumado

numa gaveta, porque este Plano Integrado de Transportes, afinal de contas, durante quase desde o seu início, não sabemos bem se foi um plano, duvidamos muito que tenha sido, de facto, integrado e, vá lá, talvez tenha sido um plano de transportes.

Ainda de acordo com aquilo que consta no Programa do Governo, finalmente parece-nos que depois do Bloco de Esquerda ter trazido, na anterior legislatura, a esta casa, duas iniciativas legislativas, aliás, uma delas que diz mais respeito à possibilidade de termos, finalmente, na região, um sistema integrado de transportes, principalmente, e aqui, sobretudo, no caso da nossa proposta, entre os transportes terrestres e os transportes marítimos, com a introdução dos passes multimodais e dos passes combinados, se calhar, deixo aqui, em tom de desafio, que se o Bloco de Esquerda entregar, novamente, nesta casa, a mesma proposta para a criação destes novos passes sociais, combinados e multimodais, se, agora, pelo menos, da parte do partido que suporta este Governo Regional e se o Governo Regional, ele próprio, irá apoiar, ao contrário do que fez na anterior legislatura, esta iniciativa do Bloco de Esquerda?

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Francisco César (PS): O seu tempo está a acabar!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No âmbito daquilo que eu posso referenciar como a democracia de representatividade, a democracia de proximidade que eu trouxe para este debate do Programa do Governo, eu quero colocar-lhe duas questões muito específicas sobre a ilha do Corvo. Têm a ver se o Governo, no âmbito do Programa do Governo e da sua ação durante os próximos quatro anos, prevê o aumento do número de ligações aéreas, durante o inverno IATA e durante o verão IATA,

para a ilha do Corvo? A segunda questão: o que é que se passa em relação ao equipamento de raio-X, em que se eterniza uma situação que é insustentável para a população da ilha do Corvo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Os senhores gozaram o CDS quando fez uma proposta aqui para lá pôr um! Lembra-se? Paulo Rosa! Lembra-se [*impercetível*]...

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, há uns meses, muito poucos, quando o CDS propôs, nesta casa, que se realizasse um estudo de viabilidade económica para avaliar os diferentes modelos alternativos de transporte marítimo de mercadorias e que tornasse essa operação economicamente mais rentável, caiu o Carmo e a Trindade, porque o atual modelo era a quinta maravilha deste mundo. Eu vejo, com muito espanto, que uma das suas medidas é exatamente discutir, analisar e, posteriormente, implementar modelos que possam trazer maior benefício e que permitam reduzir os custos de contexto.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é isso que está lá escrito!

A Oradora: Oh, Sr. Secretário, o que é que, entretanto, mudou para ter chegado à conclusão de que, efetivamente, o atual modelo tem custos elevadíssimos, que são altamente penalizadores para a economia regional?

Mas mais grave.

Deputado André Bradford (PS): É completamente diferente!

A Oradora: É que na medida a seguir, exatamente com o objetivo de reduzir o custo de frete dos contentores, coloca a possibilidade de passar ao século passado e voltar a fazer o transporte de combustíveis, na região, em cisternas,

em navios de contentores! Isto é uma realidade ou é um erro daquilo que está no seu Programa de Governo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E mais. Depois, propõe a criação de um único centro logístico em Lisboa, mas duas medidas mais abaixo propõe a fusão entre os dois terminais marítimos de Lisboa, chamando-lhe “Terminal dos Arquipélagos”. Afinal, vai ser um centro logístico ou dois?

E, já agora, desde quando é que a região tem competências para tomar decisões sobre a administração dos Portos de Lisboa?

Quanto ao transporte marítimo de passageiros, constatamos com alguma perplexidade que o Governo vem insistir novamente em lançar o concurso público internacional para a construção de dois navios, que vão custar 85 milhões.

Deputado Francisco César (PS): É uma proposta nossa! Sufragada! A senhora está admirada?

A Oradora: Sr. Secretário, como é que isto é possível se o senhor, oficialmente, ainda nem sequer submeteu este projeto à avaliação e à aprovação, pela Comunidade Europeia, porque este projeto é considerado um megaprojeto, tem custos ilegíveis, acima de 75 milhões?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: E em setembro passado, o CDS tem informação da Europa, porque nós também temos Deputados Europeus e que podem fazer requerimentos como os Deputados daqui, onde foi dada uma resposta oficial de que, até 15 de setembro, o Governo Regional não tinha submetido oficialmente este projeto para avaliação e aprovação. E, portanto, mais grave. Como é que já, em 2015, tinha aberto um concurso público exatamente para a construção destes barcos, que nem sequer tinha aprovação de Bruxelas que iria pagá-lo, mas que, de resto, ficou deserto.

E, para já, eram estas as questões.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou tentar agrupar algumas questões comuns, porque não vale apenas estar a responder duas vezes à mesma questão.

Em relação ao Sr. Deputado Miguel Costa, colocou aqui a questão da certificação da pista da Base das Lajes para utilização civil. O processo para utilização permanente está a decorrer, tinha um prazo de execução de dois anos,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Isso é uma anedota!

O Orador: ... mas, tal como disse o Sr. Ministro da Defesa, ainda recentemente, prevê-se a possibilidade de antecipação desse prazo, para que a mesma fique certificada, sendo que, entretanto, haverá um período de transição, em que será flexibilizada a utilização civil desta infraestrutura, para que todas as companhias possam operar com o menor constrangimento possível.

Em relação ao Aeroporto da Horta, permita-me dizer-lhe que este é um assunto que o Governo Regional vem a acompanhar desde 2006. Foi em 2006 que, na altura, a Secretaria Regional da Economia solicitou à ANA a avaliação da possibilidade de incrementar a pista do Aeroporto da Horta e questionou também se estava posta em causa ou não a segurança. Em 2008, perante a insistência neste tema e solicitando novamente esclarecimentos relativamente à segurança do aeroporto, se cumpria ou não com a legislação em vigor, foi respondido que sim, que o mesmo cumpria a legislação vigente...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas obviamente que sim!

O Orador: ... e as normas *standard* internacionais, nomeadamente da ICAO, e solicitou que fossem analisados vários cenários de aumento da pista do Aeroporto da Horta. Em 3 de outubro de 2008, a ANA devolve esse estudo, tendo, entretanto, solicitado, por várias vezes, o apoio do Governo dos Açores a disponibilizar informação com três soluções possíveis: uma com 300 metros de ampliação, com um custo estimado de 47,8 milhões de euros; uma segunda opção, com um incremento de 400 metros, com um custo estimado de 60,7 milhões de euros; e uma terceira solução, com uma proposta de ampliação de 500 metros, com um custo estimado de 72,8 milhões de euros.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E no Plano e Orçamento?

O Orador: Posteriormente, em 2012, a 12 de dezembro de 2012, o meu gabinete, na altura, Secretaria Regional do Turismo e Transportes, enviou para a Secretaria de Estado das Obras Públicas, com conhecimento do Sr. Ministro da Economia e do Emprego, bem como de outras entidades, a apreciação ao contrato de concessão da ANA, no qual, entre o mais, é referida a discordância com o teor da minuta do contrato de concessão e no que se refere às obrigações específicas de desenvolvimento, é suscitada a necessidade de se prever, entre o mais, a ampliação da pista do Aeroporto da Horta. Esta apreciação não teve resposta por parte do então Governo da República.

Deputado André Bradford (PS): Não teve resposta?

O Orador: Em 15 de novembro de 2013, o Governo dos Açores endereçou um ofício à ANA contendo a apreciação ao plano estratégico da mesma para o período de 2013/ 2017, no qual, nessa apreciação, é referido que o plano estratégico não acautela, entre o mais, a ampliação da pista do Aeroporto da Horta e que o Governo dos Açores considera ser obrigação da ANA incorporar este investimento neste documento estratégico. A ANA acusou a receção, mas não disse nada sobre este assunto.

A 27/10/2014, o Sr. Presidente do Governo abordou o Primeiro-Ministro de então, Passos Coelho, sobre a ampliação do Aeroporto da Horta e este, em reunião na Câmara Municipal da Horta, afirmou que era muito difícil haver a médio prazo investimento público para ampliar a pista do Aeroporto da Horta, tendo em conta o retorno esperado, tendo, no entanto, ressalvado que a concretização da obra poderia ser incluída nas obrigações da ANA, caso fosse declarada, pela ICAO, fundamental para a segurança da própria pista.

Sras. e Srs. Deputados, em relação ao Aeroporto da Horta e às obrigações que cada um tem para com esta infraestrutura, acho que estamos claramente elucidados.

O Governo dos Açores assume continuar a pugnar para que sejam garantidas todas as condições de segurança e de operacionalidade do Aeroporto da Horta.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E em relação à operacionalidade que fique claro: aquilo que é da nossa competência está a ser feito, nomeadamente através da instalação do sistema RISE nas aeronaves da Azores Airlines,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quanto tempo o senhor diz isso?

O Orador: ... de forma a que possam aumentar os níveis de operacionalidade no Aeroporto da Horta, esperando-se que, durante o mês de dezembro, sejam efetuados os primeiros voos de ensaio com essas aeronaves.

Também posso informar as Sras. e os Srs. Deputados que, até ao final deste mês, se prevê que todas as aeronaves, ou seja, os três A320 da Azores Airlines tenham consigo instalado o sistema que permite a operação no aeroporto com o sistema RISE.

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado João Corvelo, em julgo que na minha intervenção respondi. Iremos continuar, esta é uma obrigação da ANA, proceder à iluminação, está contemplada no plano estratégico da empresa,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há quantos anos? Seja sério!

O Orador: ... iremos continuar a lutar e a trabalhar para que esta cumpra com aquilo que está implementado no seu plano estratégico.

Em relação ao reforço da frota da SATA Air Açores, confesso-lhe que não percebi o âmbito da sua questão.

Sr. Deputado Paulo Mendes, quero dizer-lhe que me orgulho muito do trabalho que foi efetuado na anterior legislatura, mas motiva-me muito mais o trabalho que temos para fazer na nova legislatura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2006, 2003!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: E é com este espírito que vamos melhorar aspetos que estavam contemplados no Plano Integrado de Transportes, é com este espírito que vamos introduzir novas medidas no Plano Integrado de Transportes, com um objetivo único: servir sempre mais e melhor todas as açorianas e todos os açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me voltar a trás. Em relação à questão da reforma que houve ao nível de transporte aéreo e que não teve o devido acompanhamento na região, lamento informar o Sr. Deputado que está desatento, porque, após a alteração ao nível do modelo de acessibilidades à região, foram efetuadas as revisões das Obrigações de Serviço Público do transporte aéreo precisamente para dar resposta ao incremento que era exetável através da alteração do modelo de acessibilidades e cujos resultados falam por si. Os resultados são reconhecidos por todos em relação ao incremento que houve muito expressivo ao nível dos passageiros desembarcados na nossa região. Se compararmos só ao nível dos voos territoriais, aqueles que têm origem no continente com destino aos Açores, o atual ano com o último ano em que não houve alteração do modelo de acessibilidades, ou seja, 2014, o incremento é se 68%; se compararmos o

período em que foi alterado as Obrigações de Serviço Público, ou seja, a partir de outubro de 2015, com o atual ano, com o ano anterior a haver alteração das Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo inter-ilhas, o incremento é de 19%.

Portanto, estamos aqui claramente também esclarecidos relativamente à previsibilidade que nós tivemos relativamente ao incremento de tráfego que iria existir e às medidas que foram adotadas atempadamente para dar resposta às alterações que daí advieram.

Em relação àquilo que foi dito pela Sra. Deputada Graça Silveira, em relação ao modelo de transportes, oh, Sra. Deputada, aconselho-a a reler o Programa do Governo e a perceber o que é que lá está escrito em relação a discutir e a analisar com os operadores em termos da melhoria do sistema de transporte para o tráfego de mercadorias.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o que era a nossa proposta? Melhorar o modelo alternativo!

O Orador: Em relação à questão dos novos navios, Sra. Deputada, a Sra. Deputada está mal informada...

Deputada Zuraida Soares (BE): Está tudo mal informado!

O Orador: ... ou então deram uma informação incorreta aos Deputados do CDS-PP na República.

Houve um primeiro processo no âmbito do anterior Quadro Comunitário; no âmbito do atual Quadro Comunitário, que levou a que se tivesse de despoletar todo o processo de novo e que requer uma pré-notificação e uma pré-avaliação do projeto a Bruxelas, essa pré-notificação foi enviada a 10/09/2015.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e da Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Está inscrito o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, relativamente a esta questão, permita-me estranhar que o Governo Regional só em 2006 tenha começado a acompanhar este processo, porque em 2000 já havia sido feito um anúncio, na presença do então Ministro das Obras Públicas, e em 2004, num célebre comício na freguesia dos Flamengos, nesta ilha, foi feito um novo anúncio em comício eleitoral.

Deputado José San-Bento (PS): O Sr. Deputado estava de serviço, não pôde ir ao comício!

O Orador: Mas sobre o passado já muito se falou e...

Deputado André Bradford (PS): Imagino!

O Orador: ... neste processo poder-se-iam imputar responsabilidades a muita gente, de muitos partidos e cobrar-se o cumprimento de promessas, repetidamente feitas aos faialenses e nunca cumpridas. Mas o que nos interessa, Sr. Secretário e Sr. Presidente do Governo, é projetar o futuro da infraestrutura e garantir um compromisso urgente para o efeito.

Entendemos que se exige uma decisão do Governo Regional dos Açores de liderar politicamente o processo, envolver o Governo da República e a ANA num processo partilhado, para que, de uma vez por todas, se concretizem os investimentos necessários à melhoria da operacionalidade do Aeroporto da Horta.

Muito obrigado.

Deputados Luís Rendeiro e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário dos Transportes e Obras Públicas, antes de mais e uma vez que quando mencionei a questão dos transportes, que modelo e que medidas concretas podia apresentar aos pescadores, gostaria de ver esclarecido. E também porque os transportes são imprescindíveis, nomeadamente na área do turismo, para que se tenha um efeito impulsionador em todas as ilhas, assim é necessário garantir acessibilidades, permitindo a mobilidade dos turistas nas diversas ilhas, existindo uma boa articulação entre os transportes marítimos e aéreos, para além da disponibilidade e da estabilidade dos horários. Uma vez que os turistas, operadores turísticos organizam com cada vez mais antecedência as suas viagens, existindo a necessidade de disponibilizar cada vez mais cedo os horários, nomeadamente dos transportes marítimos, uma vez que no *site* da Altânticoline temos os horários marítimos até ao final do ano, pergunto-lhe para quando é que está previsto disponibilizar os horários para o ano de 2017, nomeadamente na época alta.

Também outra questão que lhe queria fazer: aqui no Programa de Governo temos como medida desenvolver novos títulos de transporte, com diferentes pacotes de viagens e com viagens intermodais entre o transporte marítimo e terrestre. Pergunto-lhe, esta passa por um barco sedado no Porto das Velas?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, estará o Governo Regional disponível para assumir, de uma vez por todas, que houve problemas e que foram cometidos erros no que diz

respeito à conceção do novo porto da Horta? Isto porquê? Considerando que sabemos, através da empresa Portos dos Açores, que se vão iniciar novas obras no porto da Horta, de forma a corrigir os erros que foram cometidos na construção do novo porto.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso é falso!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grandes erros!

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado Lúcio Rodrigues terá oportunidade de se inscrever e esclarecer os faialenses!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

A resposta que nos foi dada foi o seguinte (eu vou lê-la em português, foi dada em inglês, como deve imaginar): “Confirmamos que o PO Açores 2014/2020, na temática 7, transportes, efetivamente, propõe a construção de dois *ferries* de 650 passageiros, num total de 85,4 milhões. Como o total de custos ilegíveis é superior a 75 milhões, este projeto constitui um *major project*, de acordo com o artigo 100.º, *the common provision*, tem de ser submetido à comissão para análise e aprovação. *So far...*”, e a data é de 16 de setembro de 2016, “... este *major project* não foi oficialmente submetido à comissão para aprovação”.

Portanto, Sr. Secretário, alguém aqui está a faltar à verdade e eu estou a transmitir-lhe dados que tenho. Mas, se necessário for, faço um requerimento oficial da Comissão Europeia para ser distribuído a todos os deputados, porque esta posição sistemática do Sr. Secretário a faltar à verdade e ainda chamar aos deputados da oposição que não sabem ler e que não estão na verdade, tem de acabar.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Graça Silveira, eu não disse,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Disse, disse!

O Orador: ... de qualquer forma, que a senhora tinha faltado à verdade,...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Disse, disse! Antes!

O Orador: ... eu disse-lhe que a notificação tinha sido feita. E foi feita. (Disse-lhe que estava mal informada!).

E foi feita.

Aquilo de que estamos a falar são de coisas completamente distintas. A senhora está a falar da notificação à Comunidade Europeia, antes de chegar...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Estou a falar da aprovação da construção dos barcos!

O Orador: Sra. Deputada, se me permitir!

Antes de chegar a notificação à Comunidade Europeia, é preciso fazer a pré-notificação à DG Com e à DG Regio e, a 10/09/2015, foi efetuada a notificação à DG Com. Neste momento, o processo está na DG Regio. Só depois de ter a validação destas duas entidades europeias é que o processo pode ser remetido para a Comissão Europeia.

Julgo que assim ficamos todos elucidados e, provavelmente, ninguém enganou ninguém.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: Em relação àquilo que foi levantado pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, em primeiro lugar, e em relação à questão prévia que tinha ficado do meu colega das pescas, eu gostaria de dizer que todo o modelo de transportes de e para o continente português para a região ou da região para o continente

português assentava também no desenvolvimento do modelo da carga aérea, que é uma das componentes que ainda não está concluída, é um processo que está a decorrer e que será lançado, muito em breve, o concurso, pelo Governo da República, para esta vertente e que foi desenhado, precisamente, para dar resposta essencialmente à exportação do peixe, com a preocupação de o colocar em Lisboa até à meia noite, garantindo, assim, que ele entre nas cadeias de distribuição logo no dia seguinte, o que possibilitará, de acordo com os estudos que foram feitos, uma valorização de cerca de 30% no pescado. Simultaneamente, foram desenvolvidas as Obrigações de Serviço Público do transporte aéreo inter-ilhas, que contemplam esta vertente, de forma a que possa ser recolhido, em todas as ilhas, e garantido que ele tenha ligação com este cargueiro que vai fazer a ligação, em triângulo, entre Lisboa, Ponta Delgada, Terceira, Lisboa, de forma a assegurar que este objetivo, que apresentei anteriormente,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já devia estar a funcionar há dois anos!

O Orador: ... seja cumprido.

Também e em simultâneo, tem existido um conjunto de reuniões entre a transportadora aérea regional, os departamentos do Governo com competência na área das pescas e dos transportes, assim como com as diversas organizações do setor das pescas para encontrar um conjunto de medidas consensuais que possibilitem uma maior eficiência em termos do transporte de peixe, nomeadamente ao nível da reserva de espaço que é efetuada para garantir que não fique peixe atrás, como ainda a semana passada acabou por acontecer.

Este é um trabalho permanente que estamos a desenvolver no sentido de termos o sistema o mais bem oleado possível, para garantir que o pescado chegue a Lisboa, como lhe disse, até à meia noite de cada dia, de forma a entrar nas cadeias de distribuição.

Vou também responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que tinha colocado, na anterior ronda, um conjunto de questões que não tive oportunidade de responder, por lapso da minha parte.

Em relação ao aumento de ligações aéreas, as novas Obrigações de Serviço Público preveem em que condições é que são incrementados o número de voos para cada uma das ilhas, verificando-se taxas de ocupação que justifiquem, naturalmente, que o número de voos seja incrementado.

Em relação ao raio-X, o raio-X está instalado, como o Sr. Deputado bem, sabe, aguarda que a PSP termine a formação necessária para que possa operar com o mesmo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, tem ou não tem luz verde de Bruxelas para poder mandar construir os dois barcos de 85 milhões?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, quando nós não queremos entender as coisas, nós entendemos mesmo. Eu acabei de lhe dizer que o processo foi enviado para a DG Com e que, neste momento,...

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem ou não tem?

O Orador: ... está em avaliação na DG Regio.

Deputada Graça Silveira e Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem ou não tem?

O Orador: Se está em avaliação, é porque ainda não há uma resposta, como é evidente.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Então, não tem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele nem sabe se a Europa vai aprovar!

(Diálogo entre o Deputado Artur Lima, a Deputada Graça Silveira e os Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Teve verba de quatro milhões o ano passado!

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Rendeiro possa iniciar a sua intervenção.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na orgânica deste Governo temos o regresso das obras públicas a uma secretaria própria, em vez do betão estar distribuído, como tem estado até agora, pelas mais variadas tutelas. E hoje ainda não se discutiu o motivo desta mudança e eu gostaria de lhe perguntar. Foi controlar os custos ou há mais razões? É porque os problemas com as empreitadas da região eram mais do que muitos e, muitas vezes, foram aqui debatidos.

Depois, foi o Sr. Secretário Regional, Vítor Fraga, quem, há quatro anos, assumiu, no debate do programa do anterior Governo, o final do ciclo das

grandes obras públicas e a importância de um fantástico novo documento que era a Carta Regional das Obras Públicas e que tinha como horizonte o ano de 2020. A CROP foi um documento que o Governo Regional falhou em operacionalizar e cujo calendário foi sempre marcado, ora por incumprimento, ora pelo atraso. A CROP serviu para melhorar o planeamento e gestão das três maiores empresas do setor na região, que, hoje, dominam o mercado e repartem entre si as obras de maior dimensão que se vão realizando nos Açores. E gostaria de lhe perguntar o que é que aconteceu à CROP, Sr. Secretário Regional, desapareceu?

O setor da construção civil foi outra que o PS e os seus governos conduziram a mais uma tempestade perfeita. Este é o setor que, fruto da crise, lançou um maior número de açorianos no desemprego,...

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não! Puxam é para cima!

O Orador: ... desde os trabalhadores menos qualificados aos técnicos mais especializados...

Deputado André Bradford (PS): Puxam para cima!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, eu lamento dizer-lhe, mas foi a vossa governação que nos conduziu até aqui, não foram as oposições que decidiram as políticas, foram os senhores e as vossas maiorias absolutas, por muito que isso vos custe!

... e que levou a um maior número de falências de empresas na região, que levou a que um maior número de pessoas emigrasse ou ficasse condenado a integrar as fileiras dos beneficiários de apoios sociais ou de programas de ocupação e que são cada vez menos temporários e cada vez mais permanentes.

O investimento público em infraestruturas tem beneficiado de avultado financiamento comunitário, o mesmo não acontecendo com a manutenção e recuperação daquilo que se constrói, o que deveria obrigar a que as obras públicas se baseassem em critérios...

Deputado Francisco César (PS): Podia falar de estradas, por exemplo!

O Orador: Não, mas há circuitos logísticos de apoio ao desenvolvimento, que foi outro nome que os senhores arranjaram para as estradas!

Presidente: Por favor, não entrem em diálogo, Srs. Deputados!

O Orador: ... de geração de riqueza e criação de emprego, mais do que na obtenção do respetivo financiamento comunitário.

Há um conjunto de equipamentos quase faraónicos que os governos do PS construíram na região e que a região está a ter imensas dificuldades para manter e é preciso resolver e abordar este problema de frente.

Todo o investimento público em infraestruturas deverá estar prioritariamente dirigido para o aumento do emprego, para a conservação dos equipamentos existentes e para a valorização da oferta turística, nomeadamente nas acessibilidades, como o Deputado Francisco César acabou de referir.

Este Programa de Governo é também muito pobre no que diz respeito à reabilitação urbana. Esta pode melhorar as respostas da região na conservação do património, no ordenamento do território, nas políticas sociais e de habitação e na fixação de populações nos centros urbanos. Em articulação com as autarquias locais, é possível dinamizar as pequenas e médias empresas do setor da construção, criando riqueza e emprego e ainda combater de forma eficaz a praga urbana das térmitas pela única via que verdadeiramente resulta, que é a realização de obras nos imóveis.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui foi dito, o PSD não vai esquecer os compromissos que assumiu para com os açorianos das nove ilhas e que o PS anda há demasiado tempo a adiar, no que diz respeito às condições de operacionalidade dos portos e aeroportos da região. E falo do que consta deste Programa do Governo que, hoje, aqui, se debate, sublinhando muito do que aqui já foi dito e algumas situações que o Governo omite, incluindo a iluminação noturna e respetiva

certificação das várias pistas que o necessitam, não apenas a das Flores, das questões relativas à melhoria da operacionalidade das pistas do aeroporto do Faial, já aqui discutido, e também do Aeroporto do Pico, da ampliação da placa destinada ao uso civil do Aeroporto das Lajes e da questão da construção de infraestruturas adequadas à atracagem e desembarque de turistas em navios de cruzeiro, na ilha Terceira.

Era bom que o Governo dissesse, hoje, ao que aqui vem e ao que se compromete para os próximos quatro anos e cumprisse mais do que aquilo que anuncia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É só para ficar registado que o Sr. Secretário não me respondeu à questão dos horários marítimos para a época alta, para o ano 2017, nomeadamente para a época alta, e também quanto à medida de viagens intermodais entre o transporte marítimo e terrestre, se estavam a prever sedear o barco no porto das Velas.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto e há mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há quatro anos, quando dissemos que o ciclo das grandes obras públicas tinha terminado, dissemos a verdade, como mesmo se mantém hoje, porque aquilo que está feito não se pode voltar a fazer. Aquilo que nós falamos é verdade e a verdade mantém-se naquilo que dissemos há quatro anos,...

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): As grandes obras não terminaram!

O Orador: ... como se mantém naquilo que dizemos hoje. Aquilo que é verdadeiramente importante é o contributo que o Governo dos Açores tem dado para a recuperação do setor, nomeadamente através de criar previsibilidade junto dos vários agentes e isso continuá-lo-emos a fazer com toda a determinação.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, eu não fugi, foi por lapso, esqueci-me de dizer-lhe.

Em relação aos horários do transporte marítimo para a época alta, eles estão, por dias, para serem publicados.

Em relação a colocar um navio no porto das Velas, isto é uma medida do ponto de vista operacional que cabe, naturalmente, à concessionária escolher quais os melhores locais para ter a sua operação fixada.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): E o Menino Jesus deitado nas palhinhas, não?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas, eu peço imensa desculpa,...

Deputado André Bradford (PS): Está desculpado, Sr. Deputado!

O Orador: ... mas pedia-lhe que o senhor respondesse à questão que eu lhe coloquei, e que não respondeu, e por isso vou fazer-lhe apenas esta pergunta. Está ou não o Governo Regional dos Açores disponível para assumir a decisão de liderar politicamente o processo destinado aos investimentos que são necessários à melhoria de operacionalidade do Aeroporto da Horta e envolver o Governo da República e a ANA numa parceria tripartida, para que esses investimentos sejam concretizados?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): Quem é que se esqueceu!?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro, tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Vem aí as térmitas outra vez!

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria salientar que, mais uma vez, o membro do Governo que foi interpelado não respondeu e desta vez nem surgiu nenhum secretário sombra

que respondesse. O que é facto é que continua sem dizer qual é que vai ser o documento que vai substituir este. Não existe!

Depois, as grandes obras não só não terminaram, como estão aí anunciadas umas quantas, como, por exemplo, as obras no porto de Ponta Delgada, o Porto da Casa, no Corvo, as obras da barra, na Graciosa, a ampliação do Porto das Pipas, na ilha Terceira, quer que continue?

(Aparte inaudível do Deputado André Bradford)

O Orador: Está em construção!

Portanto, as grandes obras não acabaram, estão aí.

Deputado Francisco César (PS): Não são grandes?

O Orador: E depois, não teve uma única palavra...

Não, não são grandes, são pequenas, Sr. Deputado!

As questões que lhe coloquei quanto ao setor da construção civil e quanto ao problema da requalificação urbana...

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Não são grandes, nem pequenas. São as necessárias!

Deputado André Bradford (PS): Normalmente, nós não fazemos nada, agora fazemos...

O Orador: ... e à criação de emprego, que é feita pelas pequenas e médias empresas do setor, o senhor não teve uma única palavra.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Leia o Programa do Governo, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, o Governo não tem resposta para os cerca de 12 mil açorianos que perderam o emprego no setor da construção civil e isso devia deixar-vos a todos muito preocupados. A nós, preocupa-nos. Se a V. Ex.^{as} não preocupa, é uma questão que têm de começar a abordar de outra forma.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Vítor Fraga*): Basta ler o Programa do Governo!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*Burburinho geral*)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

(*) **Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Vítor Fraga*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, a liderança do processo pelo Governo dos Açores, eu tive a oportunidade de lhe mostrar que vem de 2006 e o senhor fez-me o favor de dizer que não era de 2006, que era desde 2000. Portanto, quanto a isso, estamos claramente esclarecidos. Quanto às responsabilidades pelo processo não ter evoluído, também estamos claramente esclarecidos.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Ferreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Ferreira** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, e o futuro? Eu estou a perguntar-lhe sobre o futuro do processo. Quais são as suas intenções,...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Está escrito no Programa do Governo!

O Orador: ... quais são as intenções do Governo Regional...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Isso foi respondido! O senhor estava desatento!

O Orador: ... para o futuro da infraestrutura? Eu não estou a falar do passado. Os senhores têm passado o tempo a falar do passado. A mim, a esta bancada, aos faialenses e penso que a todos os açorianos interessa-nos o futuro. Por isso, uma vez mais, eu pergunto-lhe: Quais são as suas intenções para o futuro do Aeroporto da Horta?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Miguel Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado Miguel Costa** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Ferreira, eu não lhe vou responder, mas vou fazer uma intervenção, como todas as outras que já aconteceram aqui e que não fizeram algumas perguntas.

O Governo Regional já respondeu aqui, vai liderar o processo politicamente, junto das autoridades competentes para pugnar que seja feito...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Pagnar para não fazer nada!

O Orador: ... tudo o que for necessário para garantir as condições de segurança no Aeroporto da Horta. Mais claro do que isto é impossível.

Deputado Luís Rendeiro (*PSD*): Que significa?

O Orador: O que os senhores deviam saber responder é quem é que não usou da sua influência junto do seu partido quando no caderno de encargos da privatização da ANA não conseguiu assegurar, ou melhor,...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado Bruno Belo (PSD): Isto tem graça, muita graça!

O Orador: ... não quis assegurar a ampliação do Aeroporto da Horta. Isso é que os senhores deviam saber responder! E isso não é voltar ao passado, sabe porquê? Este passado é fundamental, porque foi aqui que se decidiu tudo,...

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): É verdade!

O Orador: ... foi ali que se privatizou o aeroporto e foi ali que os senhores não conseguiram influenciar o vosso partido a liderar este processo e a garantir a construção.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Bruno Belo (PSD): Oh, Lúcio, se não te deixam falar, não sei por que é que bates palmas!

O Orador: E aí, Sr. Deputado, eu conluo a perguntar o seguinte: Onde é que estavam os deputados da Horta?

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente! Onde é que estavam os deputados da Horta? O Deputado Lúcio Rodrigues não sabe se é do Faial, do Pico, das Flores...

O Orador: Onde é que estavam os deputados do Faial, peço desculpa? Onde é que estavam os deputados do Faial? Onde é que estava o Sr. Deputado, que até estava noutra missão, mas, porque já tinha feito parte das listas em 2012, onde é que o senhor estava nessa altura? Onde é que estavam os deputados do Faial nessa altura, que deixaram acontecer? Aliás, onde é que estava a senhora candidata Berta Cabral,...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que promete esta obra e vai para o Governo da República e nada fez?

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Aí é que está o problema. Agora que está privatizado, Sr. Deputado, aquilo que o Governo já respondeu aqui, e muito bem, irá pugnar junto das entidades competentes na matéria e responsáveis, uma vez que já está privatizado o aeroporto, aí, sim, vai pugnar para que seja feito tudo o que for preciso para garantir os níveis de segurança daquela pista.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Uma vez que o Sr. Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas não respondeu à questão,...

Deputado Miguel Costa (PS): Já respondeu!

Secretário Regional dos Transportes e Obras Públicas (Vitor Fraga): Respondi da primeira vez!

O Orador: ... agradeço ao Sr. Deputado Miguel Costa pelo facto de ter tentado responder. E não querendo protelar este assunto por muito mais tempo, porque já percebi também que não vamos ter as respostas que queríamos,...

Deputado André Bradford (PS): Quem devia fazer perguntas era o Sr. Deputado Luís Garcia!

O Orador: ... deixe-me apenas dizer-lhe, Sr. Deputado, que, embora eu não estivesse cá nessa altura, de facto, os deputados eleitos pelo PSD do Faial, na altura, tomaram uma posição contra o Governo da República, que é algo que os senhores nunca fizeram, nesta casa, quando o Governo da República é do Partido Socialista.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente! Bem lembrado! Sentido de responsabilidade!

O Orador: E, Sr. Deputado Miguel Costa, eu vou citá-lo, antes de terminar, estranhando que tenha de ser o senhor a defender os investimentos no Aeroporto da Horta, e deixo-lhe a mesma pergunta: Onde estão os Deputados do Faial?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições para este debate, vamos passar às intervenções de tribuna. A primeira cabe ao Sr. Deputado José Ávila.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Senhora Presidente da Assembleia, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente do Governo, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Não sendo esta a primeira vez que intervenho nesta legislatura, é seguramente a primeira vez que o faço nesta tribuna, por isso, aproveito a oportunidade para desejar a V. Exa., Senhora Presidente, os maiores sucessos na condução dos trabalhos nesta casa que é a sede da Autonomia.

Às Senhoras e Senhores Deputados, de todas as bancadas, faço votos de um trabalho profícuo em favor das Açorianas e dos Açorianos.

Ao Senhor Presidente, e a todos membros do seu Governo, desejo que o seu labor permita cumprir na sua plenitude o mandato para que foi investido na sequência do expressivo resultado das eleições do passado dia 16 de outubro.

Os transportes são fundamentais para promover o desenvolvimento harmonioso e reforçar a coesão económica e social dos Açores. É com esse intuito que, apesar do muito que foi feito nesta área, é imperioso continuar a trabalhar para que este serviço, nas suas diversas vertentes, seja mais eficiente para bem das populações que servimos.

A descontinuidade territorial e a considerável distância dos dois continentes confinantes fazem a Região ser totalmente dependente dos transportes aéreos e marítimos.

A redução das tarifas aéreas e as recentes alterações ao modelo de acessibilidades aéreas com o exterior, garantidas pelo Governo dos Açores no seu último mandato, permitem, e isso já é conhecido e reconhecido, aumentar a procura e, conseqüentemente, a oferta, devido à dispersão de passageiros,

através das ligações inter-ilhas por via aérea ou via marítima, por outras ilhas. A mobilidade dos Açorianos foi, também, impulsionada por este mesmo processo. A implementação de um novo modelo de obrigações de serviço público também promoveu mais frequências e maior fiabilidade.

Constata-se, assim, sem qualquer surpresa, que os transportes, nas suas diversas vertentes, assumem, como não podia deixar de ser, uma posição relevante no Programa do XII Governo para os próximos quatro anos que está agora a ser debatido nesta Sessão Plenária que marca o início da XI Legislatura.

Estas oportunidades devem ser potenciadas para, em todos os sectores, para estimular a economia e reforçar a coesão territorial.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Relativamente ao transporte marítimo de carga, sensível em qualquer região arquipelágica, o Governo propõe-se introduzir mecanismos para reduzir os custos e aumentar a eficácia com a redução do tempo de entrega das produções nos mercados.

Isso faz-se através do ajuste da oferta à procura, quer na cabotagem insular, quer no tráfego local, aliado à introdução de um novo serviço de transporte de carga integrado no transporte de passageiros, que contará, com toda a certeza, com o envolvimento ativo dos atuais *players*.

A concentração num único centro logístico em Lisboa também será um contributo decisivo para introduzir ganhos no sistema de manuseamento e de transporte de carga por via marítima, quer à entrada, quer à saída da região.

O atual modelo, como qualquer modelo, poderá ser melhorado e deverá sê-lo, mas não podemos perder o enfoque na particularidade deste ser um verdadeiro serviço público, prestado sem custos para a Região e que garante o mesmo preço de e para cada uma das ilhas, discriminando positivamente as exportações.

No que concerne aos transportes marítimos de passageiros, este programa prevê o lançamento de novo concurso público internacional para a construção de dois navios com condições para operar durante todo o ano nos portos dos Açores, dedicado ao transporte de passageiros, viaturas e carga rodada, concluído que esteja o processo em curso nas instâncias comunitárias.

Esta é uma medida verdadeiramente estruturante que alterará o paradigma do transporte marítimo de passageiros e de carga rodada e estimulará o mercado interno e a mobilidade dos Açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Além disso, o Governo dispõe-se a introduzir alterações tarifárias, à semelhança do que acontece com os transportes aéreos, nomeadamente a tarifa de residente.

O transporte marítimo de passageiros nos Açores, recorde-se, foi recuperado pelo Partido Socialista e essa recuperação não foi feita apenas por ser uma boa ideia, como alguns partidos gostam muito de chamar, mas por ser um serviço imprescindível para o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas dos Açores.

Nesta área, o Governo propõe-se, ainda, reforçar a imagem dos Açores como destino de cruzeiros e da náutica recreio. Para atingir esse objetivo, vai manter e reforçar a promoção, participar ativamente nas organizações nacionais e internacionais que tem interesses nestas áreas, rever tarifas e integrar os vários sistemas de transportes, enquanto dará prioridade ao aumento da capacidade das marinas e criará condições para a invernagem de embarcações nos Açores, contribuindo para acrescentar valor a esta área da economia do mar.

A acompanhar este esforço regista-se ainda, por um lado, o contínuo investimento nas infraestruturas portuárias, concluindo os investimentos já iniciados e lançar as empreitadas dos investimentos cujos procedimentos já estão concluídos e, por outro lado, prosseguir com o trabalho para asseverar

uma posição de destaque dos Açores na Rede Europeia de Transportes e integrar a Região nas novas tendências deste mercado, antecipando oportunidades e criando alianças comerciais, explorando assim a posição geoestratégica dos Açores no Atlântico Norte, ponto de passagem, como é sobejamente conhecido, das rotas que intercetam o Norte da Europa, a América do Sul, África e ligam a América do Norte com o Mediterrâneo e o Extremo Oriente.

Relativamente aos transportes aéreos, sistema fundamental para a mobilidade dos Açorianos e decisivos para a consolidação do turismo na Região, o Governo pretende, nesta legislatura, continuar a proporcionar às empresas do Grupo Sata meios para manter um serviço de qualidade aos Açorianos, quer os residentes, quer os da nossa diáspora, e prosseguindo com a tarefa de captação de fluxos para garantir a sustentabilidade do turismo, como aconteceu com extraordinário resultado na rota da América do Norte.

A Sata-Air Açores, com uma tarefa acrescida com a entrada de voos de companhias de baixo custo também na Terceira a partir do próximo mês, terá redobradas responsabilidades na distribuição de passageiros por todas ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Deixou de voar para a Terceira, pura e simplesmente! À terça não vai!

O Orador: Relativamente à carga aérea, o Governo dos Açores insistirá na implementação de ligações, ao abrigo de obrigações de serviço público, entre os Açores e o Continente Português, como forma de garantir a exportação rápida das nossas produções de bens perecíveis.

No que concerne aos transportes terrestres, área que sofreu enormes transformações nos últimos anos, o Governo pretende prosseguir com a modernização deste importante serviço, promovendo a mobilidade urbana, a integração intramodal e melhoria das infraestruturas de apoio.

O caminho feito até aqui e o previsto para os próximos quatro anos na área dos transportes, não é fruto do acaso, mas antes o resultado de uma estratégia bem definida para unir as ilhas dos Açores e, sobretudo, para servi-las convenientemente.

Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Membros do Governo:

Depois de um período de retração no investimento privado, surgem agora sinais de retoma, ao mesmo tempo que se executa o novo quadro comunitário.

É neste enquadramento que se insere o sector das obras públicas.

Nesta área, o XII Governo elege, como principais, três desafios: fomentar a utilização de materiais endógenos, a qualificação das infraestruturas públicas e promover a sustentabilidade do sector.

Senhoras e Senhores Deputados:

Neste percurso nem tudo foi perfeito, nem tudo resultou como se esperava, mas se é preciso ousadia para empreender e rapidez para decidir, é também preciso ter a humildade para, quando as circunstâncias assim o exigam, reconhecer e emendar a mão com a mesma determinação e sem medos.

A força não se adquire com as vitórias, a força adquire-se enfrentando os desafios e, sobretudo, com a recusa em deixar-se render à primeira dificuldade.

É por isso que depois de cada intempérie, depois de cada terramoto o Povo Açoriano só pensa em reerguer-se, agarrar-se à esperança e caminhar de novo.

É esta a força da nossa Autonomia.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições.

Sendo assim, vamos então passar à última intervenção sobre esta matéria.

Tem a palavra, pelo PSD, a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sendo a primeira vez que intervenho nesta Assembleia começo a minha intervenção por felicitar o Senhor Secretário dos Transportes e Obras Públicas, desejando-lhe os maiores sucessos nas suas funções.

Como o PSD/Açores tem vindo a afirmar publicamente, investimentos correctos e acertados nos sistemas de transporte são promotores de desenvolvimento económico e são, portanto, e no caso dos Açores, cruciais para a promoção da coesão entre as ilhas do arquipélago.

Assim, e apreciado o programa de Governo, que esperemos que não passe de um conjunto de boas intenções, compete-nos tecer os seguintes comentários:

O actual modelo de transporte de mercadorias entre o Continente e os Açores pode e deve ser melhorado, para que se assegure uma concorrência efetiva neste setor, sem nunca descurar o serviço regular.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aleluia! Haja saúde!

A Oradora: Só assim se poderão garantir preços mais baixos para os consumidores finais de todas as ilhas.

É também urgente a implementação da figura do Tráfego Regional como forma de promover a salutar concorrência entre os armadores a operar na Região, sejam de grande ou média dimensão.

Actualmente, os operadores mais pequenos estão impedidos de operar fora do seu grupo de ilhas, obrigados por Obrigações de Serviço Público castradoras que impedem a sua expansão e que são protectoras dos interesses dos armadores da cabotagem entre o Continente e os Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tal carrete!

A Oradora: Senhora presidente, Senhores deputados, Senhores membros do governo,

Promover uma análise ao transporte de combustível na Região em cisterna é um regresso ao passado. E toco no ponto que foi tocado também pela Deputada Graça Silveira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Isto parece-me um filme, que devem todos conhecer, que em vez de ser *Regresso ao Futuro* é *Avanço ao Passado*.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

A Oradora: Trata-se de uma solução desajustada das exigências ao nível da segurança, sabem porquê? Susceptível a riscos de derrames, roubos em 20% e conduz a um aumento significativo das perdas do produto resultantes das evaporações em trânsito – 6% de perdas só aqui. É regressas aos anos 70.

Deputados António Marinho e Bruno Belo (PSD): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Anos 60!

A Oradora: O sistema vigente de transporte de combustíveis inter-ilhas em navio tanque é o mais adequado a uma operação segura e cumpridora da regulamentação actual para o transporte destes produtos a granel.

Ainda no que toca aos graneis líquidos, havendo capacidade no parque de combustíveis do Porto da Praia da Vitória, não se percebe, e repito, não se percebe por que razão o abastecimento das ilhas dos grupos Central e Ocidental se faça a partir de Ponta Delgada e não a partir da Praia da Vitória.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): O Sr. Deputado Carlos Ferreira o que é que diz sobre isto?

A Oradora: Em relação à consolidação do transporte de passageiros por via marítima, voltamos a reiterar a necessidade de aprofundar as actuais necessidades da Região nesta matéria, porquanto, parece-nos descabida a insistência na aquisição dos famosos dois navios.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Bem-vinda ao clube!

A Oradora: Parece-nos, e agora vou citar ali o Deputado José Contente, que devíamos, se calhar, começar pelos projetos de papel, que são as tais sementinhas que podem germinar, ou talvez não.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

É, infelizmente, com quase toda a certeza, que afirmamos...

Deputado José San-Bento (*PS*): Mas como é “quase toda a certeza”? Ou é ou não é!

A Oradora: ... que a rentabilização proposta neste Programa de Governo para estes navios não será exequível dada a impossibilidade de se manter a operação de carga rodada nos meses de Outono e Inverno, em que as condições do estado do mar, como bem sabemos, aqui nos Açores, são bem adversas.

Mas o transporte de mercadorias não se esgota, nem se pode esgotar, no modelo marítimo. A colocação de produtos frescos nos mercados externos reveste-se da maior importância pelo seu alto valor comercial acrescentado.

Por isso mesmo, consideramos que deve ser promovida a introdução de uma rota aérea diária regular que alimente os mercados de Lisboa, Porto, Madrid e até mesmo Barcelona.

Deputado Bruno Belo (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Senhora presidente, Senhores deputados, Senhores membros do governo,

(Nós temos as ideias, querem ajuda? Estas estamos a dá-las de borla!)

O PSD/Açores está firme nas suas ideias e convicto que estas propostas podem contribuir...

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... para uma verdadeira promoção do desenvolvimento económico da Região, elevando-a, portanto. Não diziam que só púnhamos para baixo? Não! Queremos elevar.

Esperamos, portanto, que, e a bem desse mesmo desenvolvimento,...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: ... o Governo acolha, tenha a humildade de acolher as sugestões e comentários aqui feitos.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Francisco César (PS): Eu não percebi!

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Se não percebeste, eu explico, até te faço um guia!

Deputado Francisco César (PS): É que o PSD não defendia isso antes!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Está então encerrada a temática dos transportes e obras públicas.

Avançamos para a saúde.

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma saudação especial nesta primeira intervenção na ALRAA à Senhora Presidente, com os meus cumprimentos que, através de si, estendo a todas as Senhoras e Senhores Deputados e por esta via, a todos aqueles que representam, que são o foco da nossa ação diária, as Açorianas e os Açorianos.

Permitam-me também que, desta tribuna, cumprimente todos os profissionais do Serviço Regional de Saúde, bem como da Proteção Civil e de Bombeiros que, no seu dia-a-dia, se dedicam a cuidar do outro.

Um cumprimento também às Ordens e associações profissionais representativas destes setores. Poderão todos encontrar no Secretário Regional da Saúde um interlocutor dialogante, que privilegia os consensos, com espírito colaborativo e que pretende, em conjunto com todos, encontrar as melhores soluções para a definição e execução de políticas nestas áreas.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Nota-se!

O Orador: As medidas constantes deste Programa de Governo pretendem dar resposta às vicissitudes do Sistema Regional de Saúde no presente e projetar uma resposta de Saúde para o futuro.

Apesar da contínua exigência de estruturar uma resposta coerente com as necessidades sociais e de saúde, não nos basta focar na realidade presente, pois, se assim for, quando o futuro for presente, as necessidades serão as mesmas ou

tenderão mesmo a aumentar e, por inerência, a colocar em causa a resposta efetiva de cuidados de saúde de qualidade.

Assim, consideramos que, neste momento, ao mesmo tempo que nos concentramos no presente, torna-se obrigatório direcionar o nosso foco de atenção também para o futuro, de forma a preparar, proativamente, uma estratégia de saúde para a população açoriana.

Os dados epidemiológicos relativos às co-morbilidades dos Açorianos indicam que as maiores taxas patológicas se situam ao nível das doenças crónicas, pelo que se trata de situações que surgem como fruto de um processo evolutivo, manifestamente silencioso.

Nestas situações, a maioria das respostas ao nível de cuidados centra-se numa prevenção secundária ou num tratamento ao problema já instalado. É neste contexto que faz todo o sentido traçar, simultaneamente, um caminho de prevenção efetiva, estruturada por pilares sólidos que assentam numa política de educação para a saúde.

O Serviço Regional de Saúde é reconhecido como um serviço de qualidade, cujas políticas têm sido definidas e implementadas procurando um grau de desenvolvimento que permita, cada vez mais, garantir a coesão social da nossa Região.

Convictos de que muito foi feito pela saúde dos Açorianos, mantemos a humildade de reconhecer que muito mais há a fazer e a aperfeiçoar, já que estamos perante uma área em constante mutação e atualização que carece, permanentemente, de adaptações e regulamentações.

O grande desafio que se coloca aos sistemas de saúde em todo o mundo, na atualidade, é o de garantir a todos os cidadãos o acesso aos cuidados de saúde de forma equitativa, com garantias de qualidade e de sustentabilidade.

A implementação do Plano Regional de Saúde nas suas respetivas áreas de intervenção tem sido preponderante para prosseguir na melhoria dos

indicadores de cuidados de saúde, reveladores de uma melhoria efetiva da saúde dos Açorianos.

Como é sabido, a pressão sobre os serviços de saúde tem vindo a crescer de forma significativa por via do aumento da esperança média de vida e do conseqüente envelhecimento das populações, que traz consigo um maior número de doenças crónicas, degenerativas e mentais.

Uma boa articulação entre os diversos níveis de cuidados e das redes existentes torna-se, portanto, fundamental para a otimização dos recursos e para a manutenção dos doentes em ambiente familiar durante o maior período de tempo possível, assim como para o desenvolvimento de estratégias para que estes utentes e cuidadores informais se tornem participantes ativos e responsáveis pela sua saúde.

A responsabilização e o empoderamento dos cidadãos nas políticas para a promoção da saúde e prevenção da doença é um dos grandes desafios que se colocam neste setor, uma vez que o cidadão é o principal responsável pela sua saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assegurar um serviço de saúde acessível a todos, com qualidade, segurança e transparência exige um processo de melhoria contínua.

Assim, há que prosseguir a implementação de formas de organização dos cuidados de saúde primários, nomeadamente através dos Núcleos de Saúde Familiar, sempre que se revele vantajoso para a melhoria dos cuidados prestados à população.

Será necessário garantir a cobertura total da população por médico especialista em Medicina Geral e Familiar, situação que prevemos atingir em 2018.

Para dar resposta aos desafios já elencados, vamos proceder à implementação da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados em Saúde Mental,

articulando com a já existente Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, aproveitando sinergias entre as redes e as equipas de cuidados domiciliários.

No que concerne à acessibilidade dos Açorianos aos serviços de saúde, importa prosseguir com o aperfeiçoamento da regulamentação da deslocação de médicos especialistas, bem como manter o acompanhamento do regulamento de deslocação de doentes, procedendo às atualizações e alterações que se revelem necessárias.

Ao nível das listas de espera cirúrgicas - e em resultado da abertura e consensos alcançados nesta Casa - há que regulamentar, de imediato, o Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia da RAA e o respetivo regime do Vale de Saúde, criando-se também mecanismos que permitam um melhor aproveitamento dos tempos cirúrgicos nos blocos operatórios dos hospitais, prosseguindo com a aposta no aumento das cirurgias em regime de ambulatório. Ao nível da qualidade dos serviços, iremos prosseguir e concluir os processos de certificação de qualidade dos Centros de Saúde das Unidades de Saúde de Ilha, bem como os processos de certificação de qualidade do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira e do Hospital da Horta, assegurando, igualmente, a manutenção da certificação do Hospital do Divino Espírito Santo, de Ponta Delgada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aos anos!

O Orador: É essencial otimizar a utilização das tecnologias disponíveis na interação entre as instituições do Serviço Regional de Saúde e entre estas e os utentes, reforçando, desta forma, a comunicação, a acessibilidade e a transparência.

Um dos objetivos centrais da política a prosseguir é, naturalmente, a otimização dos recursos disponíveis, procurando uma contínua maximização da sua

eficiência que permita, por sua vez, garantir a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Atendendo aos resultados positivos já alcançados, prosseguiremos com os processos de contratos públicos centralizados de aprovisionamento, nomeadamente ao nível dos medicamentos, material clínico e equipamentos.

A desmaterialização do receituário para formato eletrónico, para além de permitir o abandono da utilização do papel, será uma medida de poupança por via do maior controlo que irá propiciar.

Há que garantir e alargar a partilha de informação clínica de resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica a todos os níveis de cuidados de saúde.

Os modelos de financiamento das Unidades de Saúde de Ilha e Hospitais devem continuar a ser implementados com o recurso a objetivos e indicadores baseados na produtividade, acessibilidade, qualidade, assim como indicadores dos cuidados prestados, permitindo a disseminação da contratualização interna.

Nesta vertente da sustentabilidade e acessibilidade, o recurso à Telemedicina tem permitido melhorar o acesso a exames complementares de diagnóstico e a médicos especialistas, sem que seja necessário para os utentes, como para os especialistas, se ausentarem dos seus locais de origem, pelo que devemos potenciar a sua utilização, introduzindo mecanismos de contratualização que permitam disseminar e incentivar o recurso à Telemedicina.

De forma a consolidar e manter a rede de infraestruturas, concluiremos a modernização da rede de cuidados de saúde primários, designadamente com as obras nos Centros de Saúde das Lajes do Pico, das Velas, da Calheta, de Santa Cruz das Flores e o novo Centro de Saúde da Horta.

Prosseguiremos, igualmente, com a modernização dos hospitais, nomeadamente no Hospital da Horta e no Hospital do Divino Espírito Santo, além da natural manutenção e modernização de equipamentos do Serviço Regional de Saúde.

Considerando a relevância da complementaridade entre instituições, devemos reforçar as parcerias do Serviço Regional de Saúde com outras entidades, como sejam as entidades privadas, no âmbito das convenções, e as necessárias para a eficiência das redes de cuidados continuados integrados, já mencionadas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Fizeram muito!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É fundamental continuar a desenvolver políticas de saúde que permitam reforçar a promoção da saúde e a prevenção da doença, aprofundando e estreitando a relação com as estruturas educativas, através da promoção da saúde em contexto escolar, do Plano Regional de Saúde, reforçando a aposta na educação em saúde.

Também ao nível da prevenção da doença, é crucial manter os bons índices de rastreios ao nível dos diversos programas da área, permitindo a identificação precoce da situação patológica.

De forma transversal à implementação destas políticas, a gestão, a motivação, a qualificação e a fixação de recursos humanos é crucial para o Serviço Regional de Saúde, sejam eles enfermeiros, médicos, técnicos de diagnóstico e terapêutica ou outros profissionais de Saúde.

Importa prosseguir políticas de captação de recursos diferenciados para Região, continuando com os regimes de incentivos para a fixação de profissionais de saúde nas especialidades carenciadas, melhorando-os sempre que se verifique necessário.

É fundamental criar condições para aumentar as idoneidades formativas da Região ao nível das especialidades médicas e potenciar a investigação e desenvolvimento no Serviço Regional de Saúde.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O reforço das políticas de promoção de estilos de vida saudáveis reflete-se no fortalecimento da prevenção e combate às dependências, alargando o âmbito de intervenção a outros comportamentos aditivos.

Consciente desta importância, decidiu o Governo dos Açores criar uma Direção Regional que terá, precisamente, a missão de operacionalizar essas políticas.

Os novos desafios neste domínio são numerosos e incluem não apenas as drogas ilícitas, as substâncias psicoactivas lícitas (medicamentos, álcool, tabaco, etc.), mas também as novas substâncias psicoativas.

As numerosas problemáticas associadas aos comportamentos aditivos e dependências, principalmente dos mais jovens, bem como os diferentes eixos pelos quais devem ser intervencionados, são justificados pela necessidade de respostas integradas e/ou complementares por articulação de políticas setoriais confluentes, por forma a maximizar os recursos.

A estratégia regional de prevenção e combate às dependências assentará numa perspetiva transversal, intersetorial e integrada, na medida em que estas problemáticas contêm, em si, riscos e custos aos quais é fundamental fazer face pelas consequências e impacto que têm na vida da pessoa, das famílias e da sociedade.

Queremos, portanto, investir nos domínios da prevenção, dissuasão, tratamento e redução de danos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já existia!

O Orador: Aqui também se revela elementar a consolidação da área de intervenção na promoção da saúde em contexto escolar, assim como a dinamização de parcerias com outras instituições, numa perspetiva de complementaridade, prosseguindo uma política de proximidade no âmbito da prevenção e tratamento das dependências.

Pretendemos criar um programa de apoio e suporte às famílias dos utentes com problemas de dependências e articular, em conjunto com os departamentos com

competência em matéria de Emprego e Solidariedade Social, sistemas de reintegração destes cidadãos.

Para que seja possível avaliar a execução das políticas e programas nesta área, revela-se essencial a criação de um mecanismo de monitorização periódica, que permita acompanhar a evolução dos comportamentos de dependências e agir em tempo útil.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores é hoje uma referência a nível nacional e internacional, o que, além de constituir um enorme motivo de orgulho para todos os Açorianos, impõem a adoção de medidas que visem manter a qualidade dos serviços prestados à população.

A consolidação de um sistema regional de proteção civil seguro e de excelência deverá assentar no melhoramento das infraestruturas e dos equipamentos, na formação e capacitação dos recursos humanos, no aperfeiçoamento do relacionamento com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e no aprofundamento do diálogo com a população.

Vamos prosseguir a política de requalificação e construção, quando justificada, de quartéis para as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, bem como de outras infraestruturas de apoio à proteção civil, destacando-se a requalificação dos quartéis de bombeiros do Nordeste e das Lajes do Pico, e a construção do novo quartel de bombeiros do Faial e da Povoação.

Queremos assegurar a aquisição de novos equipamentos que permitam manter as respostas diferenciadas à população, garantindo a modernização de veículos de socorro e equipamentos de intervenção especial.

Na área da formação, pretendemos continuar o investimento na sensibilização das populações e agentes de proteção civil, que em muito tem contribuído para

o sucesso do modelo introduzido, visando a consolidação da cultura de proteção civil da comunidade açoriana.

Serão desenvolvidas ações de suporte básico de vida em todas as escolas da Região, dando também continuidade ao projeto que visa a difusão das medidas de autoproteção à comunidade educativa.

De forma a garantir as qualificações e certificações dos bombeiros e outros elementos, serão mantidas, com regularidade, ações de formação, destacando-se a importância de valorizar e promover o Centro de Formação de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Conscientes dos novos desafios que se colocam às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, há que aperfeiçoar o modelo de financiamento vigente.

Por fim, e de modo a aproximar o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores dos cidadãos, pretendemos melhorar os mecanismos de comunicação, através do aproveitamento das novas tecnologias, tornando mais fácil a divulgação de informação junto da população.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reafirmo a disponibilidade do Governo dos Açores para manter um diálogo construtivo sobre a implementação de políticas, com total abertura para acolher os contributos de melhoria que se verifiquem necessários e que se enquadrem, por um lado, num princípio de sustentabilidade destes setores e, por outro, e sempre, no princípio da garantia da prestação de melhores serviços aos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa já tem duas inscrições, mas agradeço que se continuem a inscrever.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, o discurso que o senhor acabou de proferir aqui poderia igualmente servir para o seu colega que proferiu aqui, no ano 2000: não traz nada de novo e repete as mesmas coisas, inclusivamente a questão da telemedicina, prometida desde 1997 e que ainda não funciona nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): E que já tem vários projetos a funcionar!

O Orador: Tem uns projetos piloto, aqui e acolá, e que não funciona nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Já tem vários projetos a funcionar!

O Orador: A telemedicina como sistema integrado de consultas não funciona nos Açores.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Funciona, sim senhor!

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: Mas, Sr. Secretário Regional, eu começo precisamente por uma questão aqui do seu Programa do Governo e eu perguntei, há bocado, ao Sr. Secretário Berto Messias, se o que estava no Programa do Governo era um compromisso...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ao que respondi, sim senhor!

O Orador: ... e falo da questão dos médicos de família, que V. Ex.^a aqui falou. Estão prometidos, no ano 2004, 2008, 2012, e agora, em 2016, é para 2018. É caso para dizer que uma mentira muitas vezes repetida um dia tornar-se-á verdade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Os açorianos anseiam e têm esperança que isso um dia venha a ser verdade, mas isso não tem acontecido. Portanto, os senhores nem sequer deviam anunciar aquilo que não podem.

Mas o que se lê aqui que é mais grave é que a gestão das listas de espera é um constrangimento comum. Não é um constrangimento, Sr. Secretário, a gestão das listas de espera é um dever que os serviços têm para evitar o sofrimento dos cidadãos.

E já agora, Sr. Secretário, era questão para lhe perguntar, porque o senhor, ali, não disse, por que é que retiraram da informação pública de um projeto que o CDS tinha feito aqui, que foi aprovado nesta casa e alterado pelo seu colega no anterior Governo, que agora desapareceram os tempos de espera que cada cidadão tem à espera de uma cirurgia. Por que é que retiraram essa informação do *site* da Direção Regional de Saúde. Isso é que é a questão. Isso é ocultar e esconder informação aos cidadãos, Sr. Secretário Regional.

E quanto a listas de espera, Sr. Secretário, e gostam das comparações com o continente, é vergonhoso o tempo em que ainda nos encontramos, pese embora, como o senhor disse, um instrumento que foi aprovado, mas não vai ser suficiente, Sr. Secretário.

Nós temos, comparando com o continente, em oftalmologia, se quiser ir para o percentil 90, o tempo de espera é de apenas sete meses; em cirurgia vascular, o tempo de espera é de apenas oito meses, percentil 90 – 90% das pessoas espera apenas oito meses por uma cirurgia. Em oftalmologia, espera apenas sete meses por uma cirurgia; em ortopedia, espera apenas 11 meses – 90% das pessoas.

Quais são os tempos de espera, nos Açores, nestas três especialidades que eu lhe acabei de referir, Sr. Secretário?

Ainda, quando vim para a Horta, encontrei uma senhora. Disse, “Gosto em vê-la. Como é que está a saúde?”. Foi ser operada. Sabe há quanto tempo estava à espera, Sr. Secretário Regional? Há quanto tempo estava à espera? Há sete anos! Não era por uma questão estética, era por uma questão de saúde, Sr. Secretário, e é por isso mesmo que o serviço de saúde que o senhor começa ali a dizer que é de altíssima qualidade, a OCDE classifica como o pior das sete regiões de Portugal. Não sou eu que o digo, é a OCDE, Sr. Secretário.

Portanto, gerir listas de espera, têm de ser geridas a favor do utente e, sobretudo, tendo o cuidado, o respeito pela humanização dos cuidados de saúde, palavra que o senhor, ali, não proferiu e que no seu programa aparece apenas uma vez.

Indo mais à frente, no seu programa, o senhor tem aqui uma coisa que eu acho muito interessante. Listas de espera, naturalmente que me vai dar resposta por que é que retirou e quais são os tempos de espera em Angra, em Ponta Delgada e na Horta, nas três especialidades referidas. Mas há aqui uma coisa que eu acho muito interessante. V. Ex.^a tem aqui no programa, que, aliás, também tem uma alteração, os outros programas todos tinham Região Autónoma dos Açores, Governo Regional dos Açores, este tem só o símbolo e Governo dos Açores, é uma coisa mais avançada, é o presente no futuro. Mas, Sr. Secretário, há aqui, vou citar o programa, “Continuar com a profissionalização da gestão nas unidades de saúde de ilhas e hospitais, garantindo a continua formação dos profissionais envolvidos em cargos de direção e chefia”. Eu devo dizer-lhe, Sr. Secretário, que a sua formação foi tão intensa em seis meses que chegou de administrador a Secretário Regional da Saúde.

Mas há aqui um outro ponto que V. Ex.^a também refere que é: “Introduzir mecanismos que permitam implementar um sistema de retribuição dos

dirigentes e chefias com uma componente variável em função dos objetivos”. Oh, Sr. Secretário, se for a avaliar pela gestão das unidades públicas de saúde dos hospitais, eles todos vão ficar endividados, porque, se o senhor permeia a boa gestão, também tem que penalizar a má gestão. Portanto, o prejuízo também de certeza que o senhor vai contabilizar nestas matérias.

Portanto, o que estamos aqui a ver é que é mais do mesmo, não há nenhuma inovação.

Relativamente à deslocação dos médicos especialistas, Sr. Secretário, o que é que vai fazer? Vai rever o quê? Os senhores acabaram com uma boa medida que o velho Governo tinha, os senhores acabaram com ela, diminuíram e, depois, envergonhadamente, foram aumentando um bocadinho para corrigir o terrível erro e o sofrimento que infligiram às pessoas que tinham que se deslocar da sua ilha, Sr. Secretário.

Vem-me falar, o Sr. Secretário, da certificação das unidades de saúde. Há quantos anos se fala nisso? Desde 2008, pelo menos, Sr. Secretário. Ainda se fala nisso! E vem-me o senhor falar de idoneidade formativa? Sr. Secretário, quais os serviços que têm idoneidade formativa no hospital de Ponta Delgada, no Hospital da Horta e no hospital de Angra do Heroísmo? Quais os serviços que têm idoneidade formativa? É essa a pergunta que lhe faço.

E relativamente, Sr. Secretário, quais são as *guidelines* internacionais que o senhor quer implementar que garantem uma melhor qualidade nos tratamentos e terapêuticas? Aliás, pergunta que lhe fiz quando o senhor foi ouvido para ser empossado administrador do hospital de Angra do Heroísmo e que o senhor se recusou, reiteradamente, a responder. Portanto, Sr. Secretário, quais são as *guidelines* que vai implementar e, de uma maneira muito sintética, era isso que eu tinha para lhe dizer, neste momento, Sr. Secretário.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Corvelo.

(*) **Deputado João Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, não será necessário criar um programa especial de recuperação de listas de espera para a colocação de próteses de anca e de joelho? Não considera que o Concelho das Lajes das Flores necessita de um centro de saúde com médicos e enfermeiros afetos? Neste concelho, não será necessário uma ambulância com suporte básico de vida? Os doentes das Flores não deviam ser enviados a um hospital, Horta, Angra ou Ponta Delgada, de acordo com a necessidade, mas também com a sua vontade, até porque a diferença de custos de viagem é pouco significativa?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sr. Secretário Luís, desde já, muitos parabéns pela sua nomeação e pela audácia de pegar nesta pasta, que não é nada fácil.

A minha intervenção vai na linha, porque alguns dos meus colegas vão intervir, vai para que na saúde e cada vez se fale mais, porque fala-se muito na parte da medicina, e que é importante, mas também que não se esqueça e que se fale cada vez mais e que se ouça cada vez mais os enfermeiros, os assistentes operacionais e os técnicos de diagnóstico. É importante que a sua voz seja ouvida, para quê? Porque são eles que estão na linha da frente, são os primeiros agentes que estão em contacto com os nossos utentes do Serviço Regional de Saúde e precisamos que eles sejam um contributo para termos melhor eficiência, para termos mais motivação dentro dos nossos hospitais e centros de saúde, para termos melhor atendimento, melhores indicadores de saúde e melhor humanização. Estas pessoas têm que ser ouvidas e muitas vezes não são ouvidas e elas, se forem integradas, acredite, Sr. Secretário, vamos ter melhor saúde nos Açores.

Outro aspeto importante, que é relativamente à certificação e acreditação dos hospitais e centros de saúde, que nós temos na região, é importante que se trabalhe, todos ao mesmo tempo, é importante que todas as ilhas trabalhem ao mesmo tempo nesta intervenção. Não é possível que em ilhas que se implemente este tipo de processos sejam mais rápido do que outras, quando umas estão à espera há quase cinco anos. Portanto, é importante que todas remem no mesmo sentido e que haja diretrizes para que isto seja, de facto, importante.

Outro aspeto que também falou o Deputado Artur Lima, no aspeto da formação contínua, é importante a formação contínua, não só em cargos de gestão e direção, mas pensar também nos enfermeiros, pensar também nos técnicos de diagnóstico, nos assistentes operacionais. Isto são fontes para eles muito importantes e para a evolução do nosso Sistema Regional de Saúde.

Outro aspeto que também é salutar e que apresentou na situação do Programa do Governo e que felicito, que é consolidar a implementação da estratégia regional para a promoção de estilos de vida saudáveis e prevenção de comportamentos de risco, designadamente nas áreas da intervenção na promoção da saúde em contexto escolar, na área da intervenção das dependências. Excelente, muito bom, só que, uma situação que eu aprendi quando estudei enfermagem, a prevenção deve ser a primeira coisa em que se deve investir em qualquer sistema regional de saúde.

Deputado André Bradford (PS): Estamos de acordo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, estão não!

O Orador: Eu acho que é importante que se implemente e seja a linha da frente, seja cada vez mais a linha da frente e, se calhar, às vezes, por outras razões, por criação de infraestruturas, esquece-se um bocadinho esta parte. É importante que se volte, e nós estamos aqui também para ajudar a criar medidas neste aspeto da prevenção.

Última pergunta, um aspeto também relacionado especificamente com os enfermeiros, que é relativamente a quando pagarão os restantes retroativos em falta. Segundo o Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, nos Açores, está estimado em perto de 4,5 milhões de euros.

Obrigado pela atenção.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a minha primeira intervenção nesta legislatura, quero cumprimentá-la, Sra. Presidente, felicitá-la e desejar-lhe os maiores sucessos no desempenho das suas funções e, simultaneamente, quero também dirigir a todas as Sras. e Srs. Deputados os meus cumprimentos, desejar as maiores felicidades e sucesso no desempenho das nossas tarefas, para consolidar a nossa autonomia.

Ao Sr. Presidente do Governo quero também expressar os meus cumprimentos, como às Sras. e Srs. Membros do Governo, desejando as maiores felicidades, a coragem, a determinação e o ânimo para levar para a frente esta tarefa de continuarmos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobretudo o ânimo!

O Orador: ... a desenvolver o futuro da nossa autonomia.

Falar de saúde exige, de facto, alguma serenidade e exige também alguma verdade no meio das coisas que vão acontecendo.

O Partido Socialista e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, em todos os debates que entra nesta matéria, assume, desde o início, que há situações que são situações difíceis, que muitas vezes acontecem quando não deviam acontecer, pugnamos sempre por mais e melhor e é nesse sentido que nós registamos com muito agrado que a evolução que temos vindo a observar no Serviço Regional de Saúde, nos últimos anos, é uma evolução que não resta nem põe dúvidas a ninguém, a não ser aqueles que menos querem que o Serviço Regional de Saúde evolua. Aumentámos a qualidade, aumentámos a quantidade,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E listas de espera!

O Orador: ... aumentámos infraestruturas e melhorámos outras, mas sobretudo o que nós temos vindo a fazer e vamos continuar a fazer é a melhorar e a ganhar os recursos humanos para os fixar e diferenciá-los no sentido de dar mais e melhor serviço e cuidados aos açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim, sim! Alguns não os querem cá! Mandam-nos para o continente!

O Orador: Temos mais médicos, temos mais enfermeiros, temos técnicos de diagnóstico e terapêutica, temos mais técnicos superiores de saúde e tudo isto contribui para um aumento da produtividade e da sua qualidade que é indiscutível.

Não reconhecer esta situação, não reconhecer que temos mais e melhores serviços, que temos mais diferenciação, que temos mais produção, que mantivemos as linhas mestras estruturantes de uma evolução consolidada e progressiva do Serviço Regional de Saúde é, de facto, eu quase que me atrevia a dizer aquilo que o Sr. Presidente do Governo aqui já disse que é puxar os Açores para baixo e o Serviço Regional de Saúde para baixo.

O nosso Serviço Regional de Saúde é um dos melhores serviços regionais de saúde que existem...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa conversinha de Calimero não dá!

Deputado Bruno Belo (PSD): Em algumas ilhas!

O Orador: ... e comparativamente com o nacional, nós não temos nenhum pejo em poder compará-los.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não fale do serviço, fale do sistema, das políticas!

O Orador: Não querer admitir estas evidências e esta realidade é ter uma visão condicionada da realidade e consideramos, sobretudo, se me permitem, um desrespeito por todos os profissionais de saúde, que, todos os dias, se esforçam e dão o seu melhor para garantirem mais e mais cuidados, com qualidade, nos serviços que prestam. Não reconhecer isto é, de facto, um grande desrespeito por todo o Serviço Regional de Saúde.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem muito orgulho, como também tem o seu Governo, no trabalho que tem sido feito, naquilo que vamos continuar a fazer, como no que vamos continuar a contribuir para o desenvolvimento da saúde na nossa região. Vamos continuar a trabalhar para consolidar o que está bem feito, para que corrigir aquilo que precisa ser corrigido e adaptar o suficiente àquilo que são as exigências permanentes da saúde, porque ela muda a toda a hora, quase a todo o minuto.

Por isso, Sras. e Srs. Deputados, o que queria deixar aqui, nesta minha intervenção, é dizer que o Serviço Regional de Saúde, contrariamente àquilo que muitas vezes tem sido assumido, é uma das mais importantes conquistas da nossa autonomia e é um dos seus pilares e por isso mesmo exige que tenhamos realismo, tenhamos serenidade e saibamos abordar esta problemática com a elevação que ela merece.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, depois de ouvir a sua intervenção, fiquei com a sensação que apenas havia uma realidade nos Açores em relação à saúde, mas não há uma realidade só nos Açores em relação à saúde. Existe a realidade das ilhas com hospital e existe a realidade das ilhas sem hospital. E nas ilhas sem hospital, Sr. Secretário, ao longo dos últimos quatro anos, sobretudo dos últimos quatro anos, houve alguns retrocessos, e passo a dizer-lhe.

Relativamente à deslocação de especialistas às ilhas sem hospital, nomeadamente às Flores, e dou-lhe um exemplo concreto: há quase três anos que não há uma consulta de pediatria na Unidade de Saúde da Ilha das Flores. Eu percebo que V. Ex.^a, à data que tomou posse e a este momento, não tenha tido tempo para ter consciência de toda a realidade da região em termos de saúde. E o que lhe pergunto, Sr. Secretário, em relação às consultas de especialidade, é o seguinte: Já que o Programa do Governo não é explícito nesta matéria, o que pensa o senhor fazer em relação à deslocação de especialistas às ilhas, não só à frequência, mas à quantidade de especialidades a se deslocarem às ilhas sem hospital, nomeadamente às Flores?

Segunda questão, Sr. Secretário. Também assistimos a uma mudança de paradigma na deslocação de doentes das ilhas sem hospital às ilhas com hospital. E se antes havia a deslocação dos doentes das Flores à ilha de São Miguel, à ilha Terceira, ao Faial, às ilhas com hospital, e que havia uma relação de confiança entre o doente e o médico, que já vinha a assistir esse paciente, esta relação foi quebrada com a nova postura do Serviço Regional de Saúde em relação a esses doentes.

Finalmente, Sr. Secretário, porquê o Estatuto do Doente do Serviço Regional de Saúde tipifica a ordem de prioridades dos cuidados de saúde? O doente desloca-se e deve ser atendido na unidade pública de saúde na sua ilha; seguidamente, se esta unidade de saúde não for capaz de lhe dar resposta, deve deslocar-se a uma unidade de saúde privada que tenha convenção com a região; se esta unidade não for capaz de lhe dar resposta, deve deslocar-se a uma unidade privada sem convenção. O Serviço Regional de Saúde por que é que não cumpre o artigo 43.º do Estatuto do Doente do Serviço Regional de Saúde?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputados Jaime Vieira e António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero, numa primeira abordagem, para já, também como é da praxe, agora, saudar a todos, desejar a todos as melhores felicidades e concretizações e consensos, fundamentalmente, em relação a áreas muito críticas.

Primeiro que tudo, eu queria, de facto, dar os parabéns ao Sr. Secretário Rui Gonçalves Luís por ter a coragem de fazer aqui uma abordagem global, sistematizada, realista do que é a intenção deste Governo em relação a uma área que tem como paradigma a mudança contínua e em propostas concretas de beneficiar continuamente essa assistência global, e digo global porque não pode ser sectorizada por questões menores em relação à caracterização da doença, mas, sim, numa visão multidisciplinar, atual, moderna, científica na abordagem dos nossos doentes.

Em resposta ao que foi aqui afirmado sobre *handicaps* ou problemas adiados em relação ao Serviço Regional de Saúde, eu começava por, primeiro que tudo,

de facto, prestar homenagem aos técnicos de saúde desta região pelo seu esforço em formação, pelo seu esforço em acreditação formativa,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Quem não valoriza os médicos é o Governo, não são as pessoas!

O Orador: ... e só quem não leu os relatórios de atividades dos hospitais da região, nomeadamente em relação ao hospital de Ponta Delgada, e não sabe a quantidade de técnicos em formação específica que existe na região e a quantidade de produção científica que se faz na região em relação quer na pesquisa de base de dados, que são mais de 60 mil pesquisas, quer na publicação de artigos e revistas internacionais, está a descredibilizar aqueles que querem uma saúde melhor, uma saúde com qualidade e moderna para os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Em relação ao processo de certificação, quem nunca esteve dentro de um hospital que evoluísse para um processo de certificação não sabe a complexidade que isto tem. Não é abrir duas portinhas e dizer “Vamos certificar os senhores e isso vai ficar tudo certificadinho”,...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sabemos, sabemos!

O Orador: ... é necessário que o hospital tenha requisitos e condições e evolua...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Senhor, há 14 anos!

O Orador: Sejam os anos que forem! Eu estou há trinta e tal anos em medicina e só conseguimos certificar o Hospital de Ponta Delgada há oito anos ou dez anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Porquê? Porquê?

Deputada Mónica Seidi (PSD): E os outros?

O Orador: Portanto, o que eu quero dizer é que a certificação é um processo que, felizmente, está na intenção do Governo, porque ele é uma garantia, e já esteve...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Intenção!

O Orador: Não, não! Já esteve! Ponta Delgada certificou-se por estas intenções, não foi por obra e graça do Espírito Santo, embora seja um hospital do Espírito Santo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, é um processo complexo, muito sério, de recertificação, se for necessário, e, portanto, é uma mais-valia, não é para resolver este problema que está, agora, aqui, levantado, é para ser uma mais-valia do sistema.

Em relação ainda a outro problema que é o problema da telemedicina, a telemedicina depende de técnicos. Nós podemos arranjar os... Atenção, mas os técnicos não é como a história de ter aqui que nascer mais gente de repente, os técnicos têm que ter formação para serem assessores e para estarem disponíveis em rede...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Daí a formação!

O Orador: ... para prestarem um serviço de qualidade, não é para prestarem o tal número de consultas que toda a gente quer ao metro.

Portanto, em relação à telemedicina, o que eu digo é que, sendo um processo que tem regulamentação própria em relação à transmissão de dados, que tem

regulamentação própria em relação à responsabilidade médica, não é para ser tratado aqui com esta leviandade,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ... é para ser feita quando tiver que ser feita e com todas as garantias necessárias ao nosso sistema.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): E as alternativas? Fale das alternativas!

O Orador: Em relação à deslocação dos médicos especialistas, eu digo, muito sinceramente, ainda ninguém me conseguiu dizer qual é o rácio de consultas de especialidade por utente em algumas ilhas dos Açores.

Deputado Bruno Belo (PSD): O Sr. Deputado pode fazer um requerimento ao Governo! Em 2014, nas Flores, foi zero, zero!

O Orador: Certamente que estão aqui numa falsa questão. A questão essencial aqui que está como meta no programa deste Governo é, em 2018, termos médicos de medicina geral e familiar formados, que possam fazer a tal referenciação dos seus utentes para as unidades mais adequadas no nosso Serviço Regional de Saúde.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não, isso não é a questão!

O Orador: As consultas da especialidade, de facto, têm a mais-valia de fazer uma proximidade de respostas, evitando tudo aquilo que nós sabemos. Mas depois a gente há de falar sobre isso.

Deputado Bruno Belo (PSD): Então, faça as deslocações de especialistas às ilhas sem hospital!

Deputado Luís Garcia (PSD): O assunto é demasiado sério!

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente! É demasiado sério e não é para estar só nas mãos daqueles senhores!

O Orador: O que eu queria, mais uma vez, aqui dizer é que, de facto, nós estamos perante um assunto muito sério e, como assunto sério, tem que ser abordado seriamente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Coitados é dos que estão à espera!

O Orador: A saúde é um sistema dinâmico, em mudança, sujeito a modificações que estão relacionadas com a incidência ou prevalência de determinados problemas médicos, num determinado tempo e num determinado lugar e é nisso que nós vamos trabalhar.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para? Uma interpelação? Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Depois desta tarefa!

Presidente: É regimental e, considerando o nosso horário, vamos também interromper os nossos trabalhos.

Eu peço apenas alguma atenção para que o Sr. Secretário da Mesa possa informar dos tempos restantes para amanhã.

(Burburinho na sala)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputados, eu peço alguma atenção, só para que o Sr. Secretário possa fazer o anúncio dos tempos.

Secretário: Obrigado, Sra. Presidente.

Então, os tempos restantes de cada uma das bancadas são os seguintes: Governo Regional dos Açores 58 minutos; PS 140 minutos; PSD 62 minutos; CDS 28 minutos; Bloco de Esquerda 5 minutos; PCP 4 minutos; PPM 4 minutos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Uma boa noite a todos. Regressamos amanhã, às 10 horas.

Eram 19 horas e 49 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Luís Maurício Mendonça Santos

A Redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*